

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 670  
30 de Outubro de 1986  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 48222 - Impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## Encontros de Álvaro Cunhal

16 eidos - Árei: 1,80 Ft

### VILAG PROLETÁRIJAL EGYESÜJLETEK! NÉPSZABADSÁG

1986. október 23. csütörtök AZ MSZMP KÖZPONTI LAPJA XLIV. évfolyam, 230. szám

## Em Foco /

Dex anos de saques e ilegalidades

# BASTA!

Reforma Agrária quer trabalhar em paz  
investir e produzir



## Semana /

Em sintonia  
contra o emprego  
Banqueiros, Governo, UGT



# Um passo no Porto para a paz no mundo

Semana  
Pág. 8

## Ma összeül az Országgyűlés

A Miniszttertanács ülésén a Magyar Posta munkája



Jól esett!



## com Janos Kadar,

Niculae Ceausescu,

PROLETÁRI VŠECH ZEMÍ. SPOJTE SE!

## RUDĚ PRÁVO

ORŠÁN ŐSTERNŪHŪ ŮTĚROU KOMUNISTICKÉ STRANY ČESKOSLOVENSKA

Historie žije dneškem



Vysoká úroveň všestranných

## Gustav Husak,

Tchiodomir Alexandrov,

VOLKS

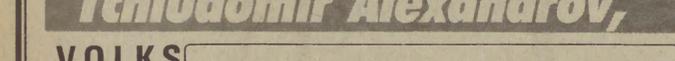
## STIMME

e Franz Muhri

Alvaro Cunhal zu Gast bei der KPÖ



Weinberger: Kein Kompromiß bei SDI



Carlos Costa no encontro da APU

## Sólida confiança nas eleições do Montijo

Violência contra trabalhadores



# Função Pública luta pelo direito à negociação

Pág. 3



Carlos Costa no encontro da APU  
Sólida confiança nas eleições do Montijo



## Lei das Finanças Locais votada por unanimidade

Pág. 4

# GUIMARÃES

Às ordens de Cavaco e do Governo

# Violência contra trabalhadores

Pág. 6

## O PCP e os países libertados da África Austral

**A** situação da África Austral deteriorou-se e assumiu nos últimos dias actualidade incontestável.

O regime do «apartheid» — a mais odiosa forma de opressão colonial e racista — tornou-se na época actual uma perigosa ameaça à Paz e à segurança não só no extremo-sul do vasto Continente Africano como no plano mundial.

Na África do Sul, o regime colonial racista agoniza sob a corajosa luta revolucionária dos povos sul-africano e da Namíbia.

Nas fronteiras de Angola e Moçambique os invasores e agressores da África do Sul e os seus fantoches da Unita e da Renamo encontram a firme resistência dos povos angolano e moçambicano.

Sob os golpes da luta libertadora dirigida pelo ANC e pela SWAPO, encontrando a barrar-lhe o caminho a firme unidade dos países da «Linha da Frente», condenado pela comunidade internacional, o «apartheid» tem os dias contados, novas derrotas do imperialismo se avizinham.

Os comunistas portugueses acompanham com o mais empenhado interesse e uma actividade solidária a luta heróica dos novos países libertados da África Austral, em particular os de língua oficial portuguesa, e dos povos ainda oprimidos da África do Sul e da Namíbia.

**A** fraterna solidariedade de combate dos comunistas portugueses para com a prolongada e dura luta dos povos africanos outrora submetidos ao colonialismo português, assim como dos povos de Goa, Damão e Diu e do povo mauber, de Timor-Leste, não é de hoje: tem sido uma constante da história e da luta do PCP desde a sua formação; tem estado na primeira linha das suas preocupações e da sua acção internacionalista desde a Revolução vitoriosa de Abril de 74.

No passado fascista, designadamente durante a injusta guerra colonial de 13 anos em três países, quando outros defendiam «soluções políticas» da questão colonial, no claro sentido de perpetuar sob formas neocolonialistas o domínio colonial português em África, o PCP, lutando contra a ditadura fascista, acompanhava por todos os meios, inclusive pela via armada, a guerra patriótica de libertação nacional dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

A posição e acção internacionalista do PCP em relação

à luta libertadora dos povos outrora submetidos ao colonialismo português obedeciam não somente a questões de princípio mas também a questões de prática política.

Para os comunistas portugueses a luta dos povos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor-Leste, Goa, Damão e Diu e a luta do povo português contra o regime fascista de Salazar e Caetano eram inseparáveis.

**N**o terreno dos princípios, considerando os interesses do povo português, o colonialismo português, e a luta libertadora dos povos submetidos pelo colonialismo português, o PCP orientou-se desde a primeira hora pela consigna de que «não pode ser livre um povo que oprime outro povo».

O Movimento de Libertação Nacional dos povos submetidos à opressão colonial — a que a Grande Revolução Socialista de Outubro deu expressão superior imediata — tornou-se, depois da derrota do nazifascismo na Segunda Grande Guerra Mundial com a criação de uma vasta comunidade de países socialistas e o impetuoso crescimento e amadurecimento do movimento comunista e operário dos países capitalistas, uma grande força revolucionária no combate universal pela liquidação da exploração do homem pelo homem sob todas as suas formas.

A este poderoso conjunto de forças juntou-se, nos últimos anos, a acção convergente de um número crescente de países e forças progressistas que lutam activamente pela democracia, pela independência nacional e pela Paz, contra o imperialismo.

O PCP tem dado, no terreno teórico dos princípios como no terreno prático da sua acção concreta, uma contribuição válida para uma justa compreensão da correlação e da arrumação de forças no mundo dos nossos dias.

Partido da classe operária de um país nominalmente senhor de um império colonial de 500 anos foi desde a primeira hora para o PCP uma questão de honra e um dever simultaneamente nacional e internacionalista aliar e conjugar a luta popular e democrática do povo português contra o fascismo à luta patriótica de libertação nacional dos povos oprimidos pelo colonialismo português.

A fraternidade e a solidariedade — e jamais o paternalismo — foram os vínculos profundos dessa aliança de combate.

**Q**uando outros democratas ou pseudodemocratas que hoje muito falam de «política de amizade e cooperação» com os povos de língua oficial portuguesa disfarçavam ontem os seus preconceitos neocolonialistas e silenciam ou protegem hoje em Portugal as actividades conspiradoras dos inimigos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe — concretamente dos dois primeiros, os bandidos da Unita e da Renamo — o PCP batia-se activamente pela causa dos povos submetidos pelo colonialismo português e bate-se hoje com intransigência pela Amizade e Cooperação efectivas entre Portugal e os novos Estados independentes da África Austral e pela proibição e interdição imediatas das actividades dos fantoches do regime do «apartheid» do território nacional.

«Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o pleno direito à imediata independência», não era um simples ponto do Programa do PCP reafirmado e aprovado no seu VI Congresso em 1965 — era um lema para a acção dos comunistas que fizeram da causa da libertação dos povos coloniais a sua própria causa.

Na escola e no terreno da luta contra o inimigo comum três heróis hoje desaparecidos dos novos países libertados do colonialismo português partilharam com os comunistas portugueses o mútuo combate e a mútua confiança na vitória final contra o fascismo e o colonialismo de Salazar e Caetano.

Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Samora Machel, excelsos patriotas caídos em pleno combate, sempre tiveram a preocupação de salientar que a guerra contra o regime colonial português não era uma guerra contra o povo português e que a luta dos nossos povos era inseparável nos seus objectivos fundamentais.

Quando em Janeiro de 71 se escrevia no «Avante!» que «A luta libertadora dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique só terminará pela conquista da sua independência» há uma linha coerente com a proclamação do PCP em 25 de Abril de 74 quando coloca três exigências da Revolução vitoriosa como imediatas: Liquidação do fascismo e instauração das liberdades democráticas; Cessação imediata da Guerra Colonial e supressão do colonialismo; Libertação de Portugal do domínio dos monopólios e do imperialismo.

Há uma linha de coerência quando em 1976 o PCP afir-

# Resumo

22

Quarta-feira

PCP, PS e PRD chamam a atenção para o facto de o Governo não ter entregue à AR as Grandes Opções do Plano para 1987 ■ ORT's e sindicatos de Lisboa condenam a passividade do Ministério e da Inspeção do Trabalho face às ilegalidades do patronato ■ DORAL do PCP denuncia a degradação e destruição do aparelho produtivo no Algarve ■ Delegação da Reforma Agrária é recebida na AR pela Comissão Eventual de Inquérito à actuação do MAP ■ APU apresenta programa de recuperação do Bairro Alto ■ É constituída em Maputo uma comissão oficial para averiguar as causas do desastre aéreo que vitimou Samora Machel ■ Parlamento Europeu condena expressamente a UNITA no dia em que a direita recebe Savimbi ■ URSS anuncia medidas de resposta à expulsão de diplomatas soviéticos pelas autoridades dos EUA ■ A Warner Communications e a Honeywell Inc. anunciam a sua retirada da África do Sul, juntando-se assim à IBM e à General Motors ■ A Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça anuncia que a equipa nacional venceu o 50.º Campeonato do Mundo de Tiro ao Vôo.

23

Quinta-feira

PCP anuncia que vai requerer ao Tribunal Constitucional um parecer sobre o decreto-lei que transforma a União dos Bancos Portugueses em SARL ■ Função Pública manifesta-se frente à residência oficial do Primeiro-Ministro, acção integrada numa jornada nacional de luta pelo direito à negociação, à estabilidade no emprego e a uma remuneração justa ■ É anunciado que o PR chefiará a delegação oficial portuguesa aos funerais de Samora Machel e que, por outro lado, o Governo Regional da Madeira não está a cumprir o luto nacional de três dias ■ Termina colóquio do Conselho da Comunicação Social sobre o sector público da informação ■ Cavaco Silva e Felipe Gonzalez encontram-se em Guimarães ■ O Grupo Comunista do Parlamento Europeu e a Embaixada de Angola provam em Estrasburgo que «os contactos de Savimbi com as autoridades coloniais portuguesas datam de 1969» ■ Parlamento Europeu responsabiliza o «empenho inflexível dos americanos no projecto IDE» pela falta de um acordo em Reykjavik ■ Perez de Cuellar afirma, no dia das Nações Unidas, que «temos que continuar a acreditar na vocação da ONU».

24

Sexta-feira



Jornada de luta em toda a zona de intervenção exige: «Não toquem mais na

Reforma Agrária!» ■ Portugal tem os índices mais altos de acidentes de trabalho na Europa, afirma-se num debate organizado pela Coordenadora das CT's do Porto ■ ORT's da Centrel acusam a administração da empresa de querer despedir grande parte dos trabalhadores ■ AR aprova por unanimidade Lei das Finanças Locais ■ PCP pede na AR ratificação do diploma sobre o regime de precedências e prescrições no Ensino Superior ■ É anunciado que o défice comercial de Portugal com Espanha triplicou no primeiro semestre deste ano ■ DORP do PCP denuncia agravamento da situação social no distrito do Porto ■ São tornadas públicas sérias apreensões de economistas e industriais japoneses devidas à brusca subida do desemprego no País ■ Depois de a Grã-Bretanha ter anunciado o corte de relações com a Síria, os EUA chamam a Washington o seu embaixador em Damasco.

25

Sábado

Realiza-se no Porto uma Marcha da Paz integrada no Ano Internacional da Paz ■ Polícia espanca em Guimarães trabalhadores com salários em atraso que pretendiam falar com o Primeiro-Ministro ■ A CGTP-IN acusa o Governo de dar demasiado dinheiro às despesas militares, prejudicando o progresso do País ■ U-RAP homenageia no Alto S. João, em Lisboa, os antifascistas mortos no Tarrafal ■ Termina a «Cimeira Ibérica» de Cavaco e Gonzalez ■ Conferência da Cruz Vermelha decide expulsar delegados do Governo sul-africano; Portugal votou contra.

26

Domingo

Vitor Constâncio reconhece no Porto que «a situação política é precária e não pode prolongar-se por muito mais tempo» ■ Encerra o I Congresso da União dos Sindicatos de Coimbra, iniciado sábado ■ Pescadores e pequenos e médios armadores de Sesimbra repudiam a regulamentação de pesca que o Governo pretende introduzir ■ Termina a jornada de trabalho voluntário realizada nas freguesias APU de Lisboa no fim-de-semana ■ GNR revela que o excesso de velocidade é a causa principal dos acidentes de viação no Alentejo e Algarve ■ Ministros dos Estrangeiros da CEE debatem relações económicas com Japão, EUA e Canadá ■ Robert Mugabe afirma que o Zimbábue «lutará até ao último homem» para defender a soberania de Moçambique, numa clara advertência a Pretória ■ Ministro filipino da Defesa junta-se a apoiantes do ditador Marcos, incitando à luta contra os comunistas e exigindo mudanças substanciais no país ■ Realiza-se em Lisboa a I Maratona e Meia-Maratona de Portugal.



27

Segunda-feira

Governo publica decreto-lei tentando alienar bens das empresas públicas da comunicação social à revelia da AR ■ Sindicatos do Porto e Aveiro repudiam espancamento de trabalhadores com salários em atraso em Guimarães ■ Setena-



ve paralisa duas horas por turno em defesa da empresa e dos postos de trabalho ■ Polícias sul-africanas retiraram documentos do avião presidencial moçambicano, revelam sobreviventes do desastre ■ Uma greve de 25 mil mineiros sul-africanos provoca o encerramento de três minas de ouro do grupo «Goldfields» ■ URSS frisa que as ofertas de redução de armamentos feitas por Gorbachov em Reykjavik são, nas negociações de Genebra, «um ponto de partida a que não se pode renunciar» ■ Realiza-se em Assis, na Itália, uma jornada ecuménica inter-religiosa de oração pela Paz.

28

Terça-feira



Realizam-se em Maputo os funerais do Presidente Samora Machel ■ INE revela que a produção de bens de investimento caiu 6,45 por cento no primeiro semestre deste ano ■ Álvaro Cunhal regres-



sa da visita que efectuou à Austria, Hungria, Roménia, Bulgária e Checoslováquia ■ Fernando Amaral é reeleito presidente da AR ■ Delegação da CGTP-IN reúne com Cavaco Silva ■ CEE recusa-se a acompanhar Thatcher na campanha contra a Síria ■ Escritores portugueses e soviéticos divulgam acordo de cooperação assinado ontem em Lisboa.

ma que, sempre activamente solidário para com a luta dos povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, «é com profunda alegria que vemos esses povos amigos alcançarem a independência e escolherem com determinação o caminho do progresso social» e a denúncia do governo «AD» em 1981 como «Cavalo de Tróia em África» e do seu verdadeiro objectivo «de derrubamento do poder popular sob a direcção do Partido Frelimo e do MPLA-Partido do Trabalho e dos actuais regimes existentes nos dois Estados e a sua substituição por governos dóceis ao imperialismo».

É útil rememorar tudo isso no momento em que tragicamente desaparece por causas ainda não determinadas — mas fortemente suspeitas de iniciativa criminosa do «apartheid» — o herói do povo moçambicano e valoroso e destacado combatente da causa da libertação dos povos oprimidos pelo imperialismo e o colonialismo — **Samora Moisés Machel.**

O PCP curva as suas bandeiras em memória do dirigente do povo irmão de Moçambique agora caído, com profundo sentimento de fraternidade e solidariedade.

O PCP esteve em Maputo partilhando com o povo de Moçambique o luto e a dor pela perda do seu inesquecível Presidente mas não como outros que fecham cúmplices os olhos à criminosa actividade dos inimigos da Frelimo e do povo moçambicano em Portugal.

Na linha de coerência das suas posições do passado e do presente sobre a liberdade e independência dos Estados africanos libertados do colonialismo português os comunistas reclamam:

— Amizade e cooperação com os países libertados da África Austral;

— Interdição imediata e expulsão aos representantes da Renamo e da Unita em Portugal;

— Cessação imediata da ajuda aos fantoches moçambicanos e angolanos do «apartheid».

Hoje, como ontem, os povos Irmãos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste podem contar com a solidariedade indefectível dos comunistas portugueses, do lídimo representante da classe operária portuguesa — o Partido Comunista Português.

**Avante!**  
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livrelra, SARL, Serviço Central: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

## Em sintonia contra o emprego Banqueiros, Governo, UGT

Se tomássemos à letra os ideólogos da direita social-democrata, teríamos que concluir que todos os felizes possuidores de um emprego, por mais mal remunerado que seja, são os causadores **voluntários** do desemprego em Portugal.

Chamados ideólogos, neste caso, aos vulgares inculcadores da propaganda do Governo, das associações do grande patronato e da UGT.

Como esses inculcadores são bem pagos, proliferam. Mas queremos destacar dois: o ministro do Trabalho, ex-assessor da UGT, Mira Amaral, e o secretário-geral desta mesma confederação, Torres Couto.

As suas posições coincidem abertamente. Torres Couto é, aliás, há anos, uma espécie de sub-ministro do Pacto Social. Para ele, que tem sempre os dois pés no «futuro», a instabilidade reinante no «mercado do trabalho» é um factor de progresso; e quantos mais postos de trabalho desaparecerem, mais os banqueiros da CEE podem acreditar no futuro deste País.

Quanto ao ministro do Trabalho, se nos dermos ao incómodo de desbravar as suas densas produções macroeconómicas no domínio laboral, não descobriremos outra coisa.

### As novas formas de organização social

Não vamos perguntar aos 640 trabalhadores ameaçados de despedimento na UTIC — apenas um caso entre muitos dos mais actuais — o que pensam das «novas formas de organização social» que o ministro do Trabalho subscreve no boletim central do PSD. As novas formas de Mira Amaral e de Torres Couto não lhes são dirigidas. Dirijam-se **aos que não iriam substituí-los** nos seus postos de trabalho, porque os mesmos ideólogos deste género basto especulador já estão a ver os veículos que a UTIC costuma carregar a serem substituídos por fantasiosas naves robotizadas onde a mão do homem jamais porá o pé.

As novas formas de organização social fazem abertamente a

propaganda do desemprego.

Cite-se Mira Amaral, no boletim do PSD do dia 16.

Fala de um «**sistema socioeconómico coerente**» para acrescentar logo a seguir que às **novas formas de organização social «não escapa obviamente»** (é inabalável) o «mercado do trabalho», que circunscreve assim: «trabalho em tempo parcial, modulação dos horários de trabalho, trabalho ao domicílio, redução dos horários de trabalho, ligação entre salários e produtividade, em suma, uma certa flexibilidade neste mercado, eis

tudo aspectos importantes e coerentes com o contexto das novas formas de organização social».

Essa flexibilidade trinómica (o trinómio é uma palavra-chave na prosa do ministro) deveria — diz ele — ser «**controlada**». Pelos sindicatos? Nem pensar.

O controlo cabe, nas cabeças de Mira Amaral e de Torres Couto, no trinómio governo de direita/empresários/UGT. Mas não quaisquer empresários. Trata-se para o ministro do Trabalho e Segurança Social dos que «investam e criem novas empresas, mais riqueza e mais emprego no nosso país».

Onde estão eles? O ministro não diz. Torres Couto também não. Mas dizem-no claramente os banqueiros da CEE, que estiveram há dias no Porto em seminário organizado pelo BPA.

Essas eminências, aliás, não se limitam a dizer. Avisam, ad-

vertem, exigem, afinal, que o desemprego aumente sem contrapartidas, sem saídas. As mudanças tecnológicas de que falam contrariam completamente mesmo as mais tímidas «novas formas» que existem na cabeça do ministro Amaral, como coisas excelentes para os trabalhadores com o posto de trabalho ameaçado.

Essas mudanças para os banqueiros, a quem o Governo Cavaco oferece mão-de-obra cada vez mais barata e no seu entender desorganizada, terão «efeitos no mercado do trabalho que se poderão tornar traumatizados e requerem um especial cuidado».

**O desemprego crescerá**, ameaçam os banqueiros. E, segundo eles, são exigidas «condições para facilitar a privatização da indústria, a desregulamentação dos sistemas financeiros

e bancário e a reconversão a todos os níveis».

### Os pactuantes sociais podem dormir tranquilos?

Os adeptos das concertações e pactos (ainda no dia 25 o conselho geral da UGT «aprovou» as bases de um deles que por sua vez já estavam aprovadas pela Concertação-CPCS onde foram apresentadas por Torres Couto) podem embalar-se no mesmo sono dos banqueiros. Mas os sindicatos não. E muito menos os trabalhadores, incluindo os filiados nas associações sindicais representativas, que ainda as há integradas na UGT.

Entretanto, no meio destas ameaças bem claras e em curso por todo o lado, há expressões e termos que convém descodificar.

**Flexibilidade** significa destruição de postos de trabalho e aumento vertiginoso do desemprego; **flexibilidade controlada** é o mesmo que formas superactivadas de repressão nas empresas e nas ruas; **pacto social** significa subordinação e subserviência, não significa capacidade de negociar e muito menos negociação; **concertação** representa o que o patrão da UGT e os outros grandes patrões das associações representadas no CPCS entendem por isso, sem consultar os sindicatos (nem os da própria UGT) pois Torres Couto avançou com as suas «Bases» no CPCS muito antes de ouvir sobre elas o próprio conselho geral da mesma UGT, que só veio a aprová-las muito depois de serem aceites pelo Conselho Permanente de Concertação Social. Por último, «**traumatizantes**» em boca de banqueiros quer dizer acções que têm a ver naturalmente com traumatismos cranianos de que seriam vítimas os trabalhadores insatisfeitos com as **novas formas de organização social** de trinómio Torres Couto/Governo Cavaco/Mira Amaral.

Os pactuantes sociais poderão dormir tranquilos. Pelo que escrevem e proferem por aí, a sua consciência social não os atormenta. Parecem seguros das suas razões.

Conforme se sabe, as suas razões não são as mesmas, são mesmo radicalmente diferentes, das dos trabalhadores que, ao defenderem os postos de trabalho e o aumento do nível do emprego, se baseiam nas realidades nacionais repetidamente descritas e analisadas pelo movimento sindical unitário encabeçado pela CGTP-IN.

Contra as perspectivas liquidacionistas no campo do emprego e do direito ao trabalho, que os ideólogos da direita social-democrata querem fazer pagar pelos que têm emprego e pelos que não o têm, trata-se a seguir neste caderno da «**plataforma reivindicativa para uma política de rendimentos**» que a CGTP acaba de apresentar publicamente.



Uma das vítimas: o sector automóvel. Em Foco na próxima semana: entrevista com trabalhadores da UTIC

## Granada

Passaram três anos sobre a invasão de Granada pelas tropas expedicionárias dos EUA. Comemorando a efeméride, foi decretado pelos actuais governantes do país feriado de «acção de graças» (tradição ianque muito popular nas Antilhas, como se sabe), a que não faltou uma parada militar (estranhamente sem «marines») e a leitura de uma mensagem do presidente Reagan. Que dizia: «Granada será sempre um símbolo de liberdade e os granadinos podem orgulhar-se do seu lugar importante na história da democracia». As ditas mil pessoas que ouviram a mensagem (num serviço religioso com a aparente função de representar o «povo» granadino) deviam ter ficado orgulhosas à brava, sobretudo ao recordarem o «lugar importante» donde assistiram à entrada das unidades de assalto norte-americanas a escrever, a tiro, a página granadina na «história da democracia». Com sangue local, para não introduzir dúvidas sobre a genuína contribuição da pequena ilha das Antilhas em tal transcendência. Nestas coisas o tempo é relativo — por isso três anos sobre a invasão de Granada pode ser, ou não, muito tempo. Será pouco, por exemplo, para aqueles que, nos EUA ou dependências, não conseguem esquecer a humilhação do «mais poderoso exército do mundo» a ser militarmente escorraçado do Vietname há pouco mais de dez anos, com o terror estampado no rosto. Para esses, a quem a derrota militar não deixa ver outras bem mais importantes na tragédia do Vietname — nomeadamente as derrotas políticas e morais — o esmagamento da pequena ilha de Granada foi, há três anos, a «desforra» possível (o resto da terapia lá vai sendo procurada com Rambos de ramboiada hollywoodesca) e é, hoje, uma memória a preservar. Com «acção de graças» e tudo. Será muito para os granadinos, há três anos esmagados pela importância do seu lugar na «história da democracia» — que, por imposição das hordas norte-americanas, lhes tiraram o lugar no seu próprio país. Para esses não há memória a preservar, pelo simples facto de que a memória continua a sangrar. Será um tempo suficiente para todos os que, nos EUA e no mundo, vão entrando em alarme crescente, com os crimes belicistas da administração Reagan. Como não lembrar Granada, quando se sabe que o Governo dos EUA mentiu ao seu povo e ao mundo (e a informação surgiu por «fuga» das próprias fontes governamentais) acerca da Líbia, quando há meses falava de «ameça terrorista» para se meter, mais uma vez, numa verdadeira agressão terrorista a um país soberano? Como achar longínquos os três anos que distam da cobarde agressão a Granada, quando se vê o próprio presidente dos EUA (que, por crença mágica dos cidadãos norte-americanos, é o último reduto da verdade — a **figura de Estado** que não mente aos seus compatriotas) envolver-se pessoalmente numa campanha de angariação pública de fundos para os «contras» da Nicarágua — queixando-se, ao mesmo tempo, do Congresso por lhe proibir tais acções — e ser há dias desmascarado pelo derrube, em pleno território nicaraguense, de um avião dos EUA carregado de armamento e tripulado por três norte-americanos? Como esquecer Granada ao lembrar os sofismas pacifistas de Reagan em Reiquejavique, que não abdicavam do futuro armamento no espaço, por ser uma «defesa contra os mísseis», enquanto recusavam a proposta soviética de destruição, hoje, de **todos** os mísseis — o que tornaria desnecessária a tal «defesa espacial»? Como não lembrar tudo isto (entre outros exemplos possíveis) e não considerar os três anos da invasão de Granada um tempo suficiente para a maioria dos cidadãos do mundo reavaliarem o significado político, militar, ético e moral desta criminoso acção contra o pequeno país das Antilhas? E não considerar a urgência de reavaliar o perfil político, humano, ético e moral de uma administração que tem nas mãos os meios de destruir o mundo e reassumiu há três anos, numa pequena ilha das Antilhas, a protagonização directa do terrorismo de Estado? E não considerar a urgência de relacionar a chocante operação de há três anos com os crimes do racismo sul-africano, dos bandos da Unita, da Renamo, ou dos anti-sandinistas, com a torpeza de regimes como os do Chile ou da Indonésia, do Paquistão ou da Turquia, de El Salvador ou de Israel? E não considerar a urgência de relacionar o cobarde ataque a Granada com a própria sobrevivência da Humanidade? É que se a memória do Vietname recorda ao mundo que nem militarmente o imperialismo ganha, a memória de Granada procura fazer esquecer ao imperialismo que, militarmente, é o próprio mundo que (se) perde.

■ HC

### Trabalhadores

# Marcadas para breve importantes iniciativas do movimento sindical

Iniciativas orgânicas de largo alcance vão decorrer até ao fim deste ano nas estruturas intermédias da CGTP-IN a nível local e de sector. Além dos primeiros congressos das Uniões Sindicais de Coimbra (no passado fim-de-semana) e de Leiria (anunciado para 30 e 31 de Janeiro próximo) acaba de ser convocado o I Congresso da União dos Sindicatos de Braga, que decorrerá nos dias 21 e 22 do mês que vem. Entre outras iniciativas referidas a seguir, destaque-se o IV Congresso da Federação dos Sindicatos da Química e Farmacêutica (FSTIQFP) em 29 e 30 de Novembro na Faculdade de Letras de Lisboa.

Sob o lema geral «Com os trabalhadores, garantir o emprego e uma vida melhor, resolver os problemas do sector», ao anunciar a realização do IV Congresso o Secretariado da FSTIQFP recorda que são do seu âmbito empresas públicas como a **Quimigal, Petrogal, CNP** (Petroquímica) e **PGP** (Petroquímica e Gás de Portugal), que empregam 33 por cento de trabalhadores e têm um volume de vendas de 50 por cento. Ambas as percentagens se referem ao total do sector.

O Secretariado afirma ainda que essas empresas têm «um papel fulcral» não só no desenvolvimento da química e farmacêutica, mas são também «um suporte da actividade de outros sectores».

#### Debate no dia 7

A preparação do IV Congresso da FSTIQFP inclui na sexta-feira da próxima semana um debate sobre o sector empresarial do Estado (SEE) no sector químico e farmacêutico.

A iniciativa destinada a dar resposta, com os trabalhadores, aos problemas do SEE, começa às 10 horas do dia 7 de Novembro no auditório do Sindicato do Comércio, junto ao Largo D. Estefânia em Lisboa.

Segundo o Secretariado da FSTIQFP, participam no debate dirigentes e activistas sindicais, membros das CTs, gestores eleitos e quadros técnicos. A iniciativa é aberta aos órgãos de comunicação social.

Sublinha aquela estrutura intermédia da CGTP-IN que «**considera fundamental acabar-se com a política de degradação e destruição do SEE seguida pelos últimos governos**». A Federação considera fundamental, também, que se tomem **medidas adequadas à dinamização daquele sector empresarial do Estado**.

#### Semanas de luta em Beja e Portalegre

De 3 a 8 de Novembro em Beja e de 15 a 22 do mesmo mês em Portalegre, o movimento sindical destes distritos promove semanas de luta. Estas formas de acção sindical incluem plenários nas principais empresas, distribuição de documentos sobre a situação social nos distritos, faixas nas ruas.

Serão motivo de maior atenção as situações relacionadas com os salários em atraso, o desemprego, o encerramento de empresas, incluindo naturalmente acções de protesto dos trabalhadores das UCPs/Cooperativas dessas zonas alentejanas.

catos de Braga, foi esclarecido num encontro com os jornalistas que o total dos desempregados, actualmente, no distrito é de 43 mil e não de 27 mil, como alguma imprensa entretanto anunciara. Os 27 mil são apenas os que «tiveram emprego e ficaram sem ele».

O I Congresso da USB decorrerá sob o lema «Unir e Organizar». As palavras de ordem são «Trabalho, Desenvolvimento e Liberdade».

Recorde-se, como fez Armando Teixeira da Silva, da Comissão Executiva da CGTP, que a situação social está muito degradada no distrito e que é imprescindível para a ultrapassar «a in-

Foi anunciado para hoje em Braga um plenário de Sindicatos do Comércio de todo o País. Incluindo as Regiões Autónomas, os trabalhos decorreram nas instalações do sindicato distrital do ramo. Além de encontros nacionais de trabalhadores de escritórios e de supermercados, consta da agenda do plenário a marcação do III Congresso da FEPCES (Federação sindical do sector).

No plenário de activistas, dirigentes e delegados sindicais, que aprovou a semana de luta no distrito de Beja, foi também decidido «**intensificar a luta pelo direito ao trabalho, respondendo à destruição do aparelho produtivo e ao aumento do trabalho precário e clandestino**».

#### 43 mil sem emprego no distrito de Braga

A propósito da preparação do I Congresso da União dos Sindi-

tervenção e o empenhamento dos trabalhadores».

#### Formação profissional em Setúbal

A União dos Sindicatos de Setúbal já elaborou e enviou ao Fundo Social Europeu e ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) projectos nesse âmbito para o distrito, que envolvem um «**total de 62 acções de formação**» e 850

participantes, «entre trabalhadores de pequenas e médias empresas e jovens à procura do primeiro emprego».

Esses projectos da USS, que afirma ter sido «arredada» da definição de orientações, que afinal nem existem», oficialmente, dizem respeito ao próximo ano.

Mas ainda no ano corrente, a USS/CGTP-IN que «**reclama um plano de formação profissional para o distrito, enquadrado num plano nacional**», assinala que, juntamente com outras estruturas do movimento sindical, levou a cabo desde Agosto findo, «um já significativo número de acções de formação profissional. Nestas acções de formação (16 cursos) participam 200 jovens à procura do primeiro emprego e 60 trabalhadores de pequenas e médias empresas, em horário pós-laboral».

Acrescenta a USS que, «distribuídos pelas localidades do Barreiro, Almada, Setúbal e Baixa da Banheira, estão em funcionamento 4 cursos de Informática; 3 cursos de Óleo-hidráulico, Pneumático e Automação; 4 cursos de Desenho de Construção Mecânica; 3 cursos de Soldadura Eléctrica Manual; 1 curso de Metalurgia e 1 curso de Contabilidade».

A União dos Sindicatos de Setúbal, «apesar de não caber às organizações sindicais o principal papel nesta questão», compara o seu esforço nessa área com a do Centro de Formação Profissional de Setúbal (organismo oficial) que só abrirá em 3 de Novembro, se abrir, e que vai dar «**prioridade a cursos de cabeleireiro e esteticista**».

Refere a terminar a USS: «**perante a situação social e a degradação da indústria no distrito, veja-se o desenquadrado dos organismos governamentais e a ausência de uma política de formação profissional**», que só tem servido para longas tiradas de propaganda governamental.

# Luta na Setenave

Cumprindo decisões do plenário da semana passada, os trabalhadores da Setenave iniciaram, na segunda-feira, uma semana de luta em defesa do emprego e da própria empresa, que pertence como se sabe ao sector empresarial do Estado. Processos disciplinares de índole política, subempregadas e formas de repressão da actividade sindical, se terminarem, poderão pôr termo às paralisações na Setenave de duas horas por dia.

Os trabalhadores protestam contra a escassez das encomen-

das e o desemprego que daí advém, designadamente no sector de novas construções. A falta de saneamento financeiro da empresa é também um dos motivos da luta que se desenvolve por dez objectivos que incluem a reivindicação de investimentos, uma melhor organização interna (os trabalhadores referem-se à «desorganização» existente), a melhoria das condições de trabalho e o relançamento da imagem da Setenave perante novos desafios económicos e sociais.

Uma das razões da luta são

as subempregadas. Durante a paralisação da passada segunda-feira, nenhum subcontratado entrou na empresa. As ORTs (organizações representativas) da Setenave acusam a administração do recurso sistemático a mão-de-obra exterior. A redução da capacidade produtiva da empresa em meios humanos permite a «**corrupção moral e material**» ligada aos subempregados.

A adesão tem sido praticamente total, com maior incidência no sector produtivo.

Trabalhadores

# Função Pública luta pelo direito à negociação

Quem passou, na última quinta-feira, pela Calçada da Estrela, notou com certeza um movimento pouco habitual nas proximidades da residência oficial do Primeiro-Ministro: mais polícias do que é costume e mais gente do outro lado das linhas dos eléctricos.

Quem parou ouviu aquele povo ali concentrado exigir «Negociação, sim! Imposição, não!».

E houve até quem gritasse, com os trabalhadores da Função Pública de Lisboa, que foi deles a concentração de que estamos a falar: «A luta continua, Cavaco para a rua!».

A 22 de Junho iniciavam-se as conversações entre a Comissão Negociadora Sindical da Frente Comum da Função Pública e o Governo, interrompidas passados dois meses, sem acordo. Desde 22 de Agosto que a CNS não é convocada, apesar das diligências feitas junto do secretário de Estado do Orçamento.

A atitude deste responsável governamental levou os sindicatos a acusá-lo de má-fé negociadora e hipocrisia, negociando com a UGT e discriminando a Frente Comum, largamente maioritária em termos de representatividade: dela fazem parte 29 organizações sindicais de todos os sectores da administração pública portuguesa.

No início de Outubro a CNS escreveu ao Primeiro-Ministro, solicitando a sua intervenção para desbloquear o processo de negociação.

Mas, se o secretário se calava aos pedidos dos sindicatos, o chefe do Governo mantinha-se mudo. Entretanto, dá entrada na Assembleia da República a proposta de Orçamento de Estado para 1987.

## O Governo desrespeita o direito à negociação

Ao apresentar a proposta de Orçamento sem estarem concluídas as negociações com os trabalhadores da Função Pública, o Governo atropela o direito à negociação colectiva da revisão salarial, consagrado pela Constituição e regulamentado na lei. Além disso, é introduzida uma alteração — a aplicação à Função Pública dos impostos profissionais e complementar — sem negociar previamente tal matéria com os sindicatos.

O número mais recente do jornal da Federação sindical comentava assim esta atitude: «o Governo pretende utilizar a via do Orçamento para, de uma penada, se furtar à negociação com os sindicatos e impor um baixo tecto salarial e a aplicação de impostos aos TFP, já em 1987».

Tendo em conta tudo isto, os sindicatos convocam para 22 e 23 de Outubro acções em vários pontos do País. A reunião de dia 21 com o ministro do Trabalho e o secretário de Estado do Orçamento apenas veio confirmar a necessidade de tal jornada de luta.

Os trabalhadores que nesta quinta-feira se concentraram junto à residência do Primeiro-Ministro aprovaram uma resolução onde explicam preto no branco os motivos desta luta:

«Repudiar a atitude prepotente e autoritária assumida pelo Governo na condução deste processo negocial;

exigir o recomeço das negociações sobre a questão salarial; exigir a calendarização para negociar uma verdadeira reestruturação global de carreiras e a imediata progressão de todos os trabalhadores que se encontram há cinco ou mais anos estagnados na mesma categoria, adequando os quadros às necessidades presentes;

exigir que seja de imediato aplicada à Administração Regional e Local o direito à aposentação bonificada previsto na Lei 9/86;

exigir que qualquer medida visando a aplicação à Função Pública de impostos de que até aqui estava isenta não seja aceite sem prévia discussão desta matéria com os sindicatos (...).»

O «Avante!» ouviu, por ocasião da concentração de quinta-

feira, a opinião de Zita Braga, membro da Comissão Negociadora Sindical e da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que manifestou sérias preocupações em relação à forma como está a ser colocado o problema da descentralização dos serviços da segurança social.

— O Governo fala em transferir trabalhadores do CNP para a Direcção-Geral de Contribuições e Impostos. Mas, se este organismo já tem 13 mil trabalhadores, sem contar os «tarefeiros» e os que estão a entrar ou entrarão em breve por concurso (recorde-se que para 400 vagas houve 30 mil candidatos), é justo ter dúvidas em relação à possibilidade real de tal transferência. Colocámos esta questão — disse-nos aquela activista sindical — no encontro que tivemos com o ministro do Trabalho e o secretário de Estado do Orçamento.

Aqui a voz começa a ter o tom que lhe dá a indignação justa que provoca uma resposta como a que o secretário de Estado deu.

— Pois não é que, face às nossas interrogações quanto aos efeitos práticos destas medidas,

o sr. Rui Carp diz, em nome do Governo e na presença de um dos ministros, nem mais nem menos que «nós também temos dúvidas»!

## O ponto de vista dos trabalhadores

O plenário sindical de dia 25 e as conclusões dele saídas vieram contribuir para a melhor definição do ponto de vista dos trabalhadores da Função Pública, nomeadamente daqueles que as medidas anunciadas «com dúvidas» pelo Governo vão tocar mais directamente: os do Centro Nacional de Pensões e os dos Centros Regionais de Segurança Social.

«As medidas anunciadas pelo Governo não resolvem as questões de fundo dos pensionistas da segurança social (juntas médicas, legislação complexa, reorganização dos serviços dos centros regionais) e põem em causa os direitos de 1200 trabalhadores, designadamente a estabilidade de emprego, direito à carreira profissional, protecção social, etc.



Os trabalhadores do sector e os utentes devem participar activamente num processo de melhoria da situação.

Aproveitando de forma correcta os meios técnicos e humanos existentes é possível reduzir os custos e alterar radicalmente o tempo de espera das pensões.

Seria vantajoso instruir documentalmente os processos nos centros regionais, incluindo a gravação dos requerimentos, sendo o deferimento e pagamento da responsabilidade do Centro Nacional de Pensões.»

No documento divulgado no

final da reunião chama-se a atenção para o facto de que «se a situação não é mais grave, tal deve-se ao empenhamento e esforço colectivo dos trabalhadores da Segurança Social».

Aqui fica a posição dos trabalhadores, que será certamente desenvolvida mas que, para já, não deixa dúvidas, ao contrário do que se passa com as intenções do Governo em todo este processo de ataque aos direitos dos trabalhadores e à Segurança Social a que os portugueses têm direito.

## Se fossem outras as condições políticas

# O emprego aumentaria no próximo ano

• 100 mil novos empregos — reivindica a CGTP-IN

Na sua «Plataforma reivindicativa para uma política de rendimentos», a CGTP reclama o «aumento líquido de 100 mil, no número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores por conta de outrem». Esta reivindicação faz parte de uma série a que se fez referência na semana passada. Tratando-se de uma «plataforma», aquele e outros números adiantados pela CGTP, no que se refere a reivindicações, apresentam-se como base de negociação, se fossem outras as condições políticas vigentes, porque, como se pode ler naquele documento recentemente divulgado, «o crescimento da massa salarial global a nível do País está estreitamente dependente, também, do aumento do emprego (líquido)».

Recorde-se que, segundo a CGTP, o «objectivo central da política de rendimentos para 1987» deve ser o aumento para 45,6 por cento da parte dos salários, ordenados e vencimentos no rendimento nacional.

Este ano, a parte acabada de referir atingiu os 43,5 por cento e «em 1987, acrescenta a CGTP, se os salários tivessem apenas o aumento que consta do acordo assinado pelo Governo/patronato/UGT no CPCS (Concertação Social) aquela percentagem continuaria a diminuir, alcançando o mais baixo valor verificado depois do 25 de Abril (43 por cento)».

Ao apresentar as suas reivindicações neste campo, a CGTP-IN sublinha que a parte dos salários, vencimentos e ordenados nos rendimentos nacionais de «outros países da Europa» varia entre 70 e 75 por cento.

Segundo dados fornecidos pelo Conselho Nacional do Plano e obtidos noutras fontes oficiais,

as estimativas sobre o Rendimento Nacional Bruto para 1987 reservariam para a massa salarial global, no mesmo ano, 1906 milhões de contos, o que representa mais de 20,6 por cento do que em 1986.

Sobre esse aumento de 20,6 por cento, a CGTP afirma que o mesmo deve ser alcançado no ano que vem «não só através do aumento dos salários dos trabalhadores que já têm emprego, mas também por meio do crescimento líquido do emprego, ou seja, através do aumento do número de trabalhadores a receberem salários».

Se esses 100 mil postos de trabalho fossem criados em 1987 e se os 21,5 por cento de aumento nos salários mínimos na-

cionais se verificasse a partir de 1 de Janeiro próximo, para se atingir os 45,5 por cento reivindicados pela Inter para a massa salarial global, «seria necessário que as remunerações dos restantes trabalhadores aumentassem, em média, em 1987, entre 19 e 20 por cento».

Estas perspectivas, embora a curto prazo, estão longe de qualquer plano do Governo Cavaco Silva e dos mentores do desem-

prego (ver primeira página do caderno *Semana* nesta edição).

Ainda assim e sem prejuízo de outros aspectos que serão abordados noutra oportunidade, sublinhem-se as duas condições básicas que a CGTP reivindica para que o objectivo central dos 45,6 por cento seja alcançado em 1987:

• Segurança e estabilidade no emprego, o que passa por um combate eficaz contra to-

das as formas de emprego precário, nomeadamente o chamado trabalho clandestino;

• Que cada trabalhador receba no final de cada mês o salário a que tem direito, isto é, que seja eliminada no nosso país a existência de trabalhadores com salários em atraso, o que é uma situação desumana e inconstitucional e que viola todas as leis internas e internacionais».



Indústria naval entre os casos mais graves da escalada contra o emprego no sector empresarial do Estado

## Assembleia da República

# Lei das finanças locais votada por unanimidade

Vitória para o Poder Local o facto de ter sido aprovada por unanimidade, na votação final global, que decorreu sexta-feira passada na Assembleia da República, a Lei das Finanças Locais.

O diploma agora aprovado é um texto alternativo resultante em grande parte dos quatro projectos de lei (PCP, PRD, PS e CDS) e da proposta de lei do Governo aprovados por unanimidade na generalidade. «Coincidindo em largas zonas — como refere o relatório da Subcomissão para a Lei das Finanças Locais — divergiam fortemente em aspectos do núcleo central da matéria das finanças locais, pelo que a Subcomissão optou pela análise de cada dispositivo, com vista ao apuramento de um texto alternativo.»

O texto da lei teve duas votações na especialidade, se assim lhe podemos chamar. A primeira, por unanimidade, referente a um bloco de artigos onde não havia discordâncias por parte dos diferentes partidos. A segunda, referente aos poucos artigos onde se verificava oposição. Isto sucedeu no art.º 3.º — 1 a) n.º 6, onde o PCP se absteve; no art.º 4.º que obteve unanimidade; art.º 8.º, com a abstenção do PCP, PS, PRD e MDP; art.º 9.º, com os votos contra do PS; e no art.º 13.º, onde o PCP votou contra.

Refira-se, pois, as posições assumidas pelo PCP, através do seu deputado João Amaral, presidente da Comissão de Administração: Interna e Poder Local onde todo o trabalho de elaboração da Lei foi feito, por intermédio de uma Subcomissão para a Lei das Finanças Locais, no respeitante a estes artigos que mereceram uma votação na especialidade à parte.

Começemos pelo art.º 3.º, n.º 1, alínea a), no que respeita à sisa como receita do município. Salientou a este respeito João Amaral que, «com muita clareza nesta matéria entendemos que a nova lei de Finanças Locais, em vez de ter aumentado o leque dos impostos que revertem para o município, deveria sim ter aumentado significativamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Fazendo a comparação entre a situação de um único município, o de Lisboa, com a situação de nove distritos (Bragança, Vila Real, Viana do Castelo, Viseu,

Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja) utilizou os valores de cobrança de 1981 para dar os números impressionantes: no respeitante à sisa Lisboa-município tem 16 por cento de percentagem de cobrança do total do continente enquanto que os nove distritos citados apenas registam 5 por cento. Na contribuição industrial é de 44% contra 5,5%, imposto profissional de 51% contra 4,3%, imposto complementar 31% contra 6,3% e sucessões e doações 54,6% contra 6,9%.

«É por esta razão — acrescentou — que se mete pelos olhos dentro que consideramos positivo que não tenham sido acolhidas as propostas baseadas na transferência de percentagens dos impostos cobrados localmente. (...) O resultado final, com a transferência da sisa, apresenta-se assim como um mal menor. Mas um mal, enquanto traduz a ilusão de que se trata de um benefício para o conjunto dos municípios.»

No art.º 8.º, declarou João Amaral:

«As questões que aqui, neste artigo, estão colocadas são duas:

— qual a base que deve servir para o cálculo do valor do FEF;

— qual o sistema de garantia da variação anual do valor do FEF.»

E passando à base de cálculo:

«O maior erro técnico desta lei foi o ter tomado o IVA como base de cálculo para o FEF.

Traduz em primeiro lugar um

erro de concepção. Diz-se que tratando-se de uma receita para as autarquias, ela deve ser fixada em função das receitas do Estado. Na nossa opinião, isto é errado. Trata-se sim de uma despesa do Estado (em sentido lato, incluindo a administração central, regional e local). Deveria ser assim em função da despesa prevista no Orçamento do Estado que o FEF deveria ser fixado.

No caso concreto, ao fixar a receita como base de cálculo, cometeu-se um segundo erro:

Fixá-lo em função do único imposto. A vulnerabilidade que esta opção acrescenta ao sistema é evidente. Diz-se que não, que o IVA tem as garantias próprias do seu sistema, até se fala do controlo comunitário. Será assim, mas nada garante que os mesmos que decidiram certos componentes do sistema de certa forma não venham, amanhã, a mudá-las radicalmente.

O terceiro erro desta opção

resulta da absurda ligação entre a despesa autárquica e o imposto ligado profundamente ao consumo. A situação que se vai gerar, frequentes vezes, é a de os municípios se situarem contra a corrente. Se o Estado define com prioridade o investimento em prejuízo do consumo, há uma contracção do IVA, logo do FEF, e as autarquias em vez de aumentarem o investimento, diminuem-no. E o inverso. A solução evidente era a de ligar o FEF a uma percentagem da despesa pública.»

E no respeitante ao artigo 13.º (Cooperação Técnica e Financeira entre o Governo e as Autarquias Locais) onde o PCP votou contra, disse o deputado João Amaral:

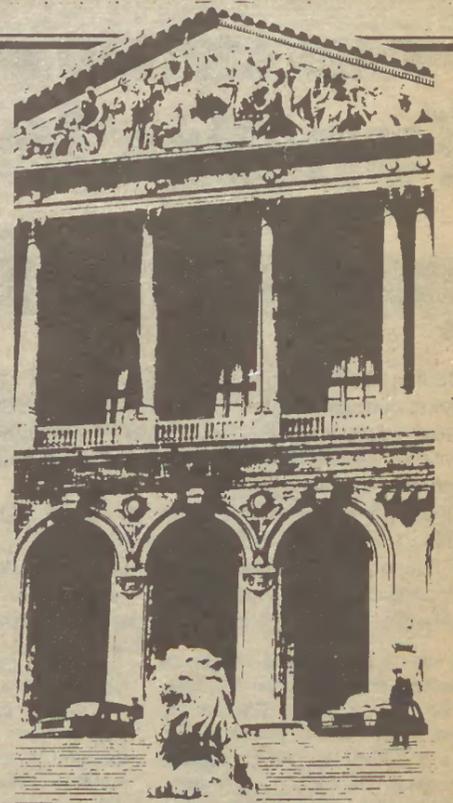
«Discordamos completamente da filosofia que preside a este artigo. A experiência tem revelado que normas deste género têm conduzido sistematicamente ao

arbitrio na concessão de verbas e à ingerência nas competências dos municípios.

Paralela a esta norma, eram as que visavam a criação de fundos especiais. É matéria sobre a qual temos opinião clara: o único fundo que neste quadro deve existir é o Fundo de Equilíbrio Financeiro a distribuir pelos muni-

cípios de acordo com critérios objetivos.»

A Lei das Finanças Locais, apesar destas discordâncias na especialidade, foi votada por unanimidade. Importante que assim seja, numa matéria de tal relevo para o Poder Local. A administração local democrática só tem a ganhar com isso.



## «Os comunistas portugueses fazem sua a dor e a consternação que desabou sobre o Povo moçambicano»

— declarou Carlos Brito na declaração de voto sobre a morte de Samora Machel

Como ficara assente, todos os partidos representados na Assembleia da República fizeram na passada quinta-feira uma declaração de voto sobre o voto de pesar aprovado por unanimidade pela morte do Presidente moçambicano, Samora Moisés Machel.

Transcrevemos a seguir a declaração de voto feita pela bancada do PCP por intermédio do seu líder, Carlos Brito:

«Quando há pouco mais de três anos nos visitou aqui na Assembleia da República, o Presidente Samora Machel afirmou-nos, num discurso inesquecível pela profundidade política, a generosidade revolucionária e a emoção com que foi pronunciado, que «a vitória de Moçambique era também uma vitória do povo português».

Os comunistas portugueses fazem agora sua a dor e a consternação que desabou sobre o povo moçambicano. Entendem que é a nossa vez de reconhecer que a morte trágica do camarada Presidente Samora Machel não é só uma enorme perda para Moçambique e o Partido Frelimo, para a causa da libertação dos povos da África e do Mundo, é também uma grande perda para o povo português de quem foi um verdadeiro amigo.

Samora Machel foi antes de tudo um revolucionário e um patriota ardente que impulsionou os primeiros passos da luta armada contra o colonialismo em Moçambique, que se transformou pela sua acção e o seu papel no mais destacado dirigente da guerra de libertação do seu povo até à vitória, a independência.

Têm sido evocados nestes

dias muitos dos seus escritos estratégicos produzidos no mais aceso da guerra da libertação. Tive pessoalmente o privilégio de o ouvir falar sobre esse período e gostaria de testemunhar a enorme impressão que me causou, a firme posição de princípios e o profundo humanismo com que abordava todas as questões da guerra colonial, especialmente a questão dos prisioneiros. Para Machel, o Homem era a causa e o fim da revolução. Não mudou depois da vitória. Ainda numa entrevista recente a um jornal português, afirmou «não são as casas que importam, não são as paredes, não são os prédios, é o Homem (...). Esse é que é a cidade».

Samora Machel impôs-se rapidamente como estadista não apenas no seu país. A sua poderosa inteligência e a sua irradiante personalidade transbordaram para África e para o Mundo e ficará na História (por muito que doa aos seus inimigos e detractores dos arraiais do colonialismo e do imperialismo) como uma marcante personalidade da nossa época.

Dedicando-se por inteiro aos problemas da sua pátria, Machel não negligenciou as grandes ta-

refas internacionalistas. Foi figura destacada do Movimento dos Não-Alinhados. Foi um dos obreiros do Grupo de «cinco» países africanos de expressão oficial portuguesa. Foi um dos impulsionadores do movimento dos países da linha da frente. Dedicava especiais esforços, nestes dias, ao combate ao «apartheid» e ao regime racista da África do Sul visando reforçar o seu isolamento internacional. Morreu tragicamente neste combate em circunstâncias que estão ainda para apurar.

Na linha de outros dirigentes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, Samora Machel distinguiu sempre, o fascismo e o colonialismo português contra quem dirigia o combate, do povo português com quem queria estabelecer e reforçar os laços de amizade e de solidariedade.

Todos nós podemos testemunhar a lucidez e o ardor com que se empenhava em reforçar os laços de amizade e cooperação com as forças e as instituições democráticas do nosso país e com o nosso povo.

Anticolonialista implacável Samora Machel soube sempre mostrar o seu apreço e respeito pelos valores da cultura portuguesa. Camões era para ele um traço de união entre as duas pátrias. Não hesitou nunca em mostrar a importância da língua portuguesa como instrumento de aproximação das diferentes etnias de Moçambique.

Apesar dos dissabores decor-

rentes dos comportamentos de sucessivos governos, confiava na solidariedade dos portugueses.

Dirigindo-se aos deputados desta Assembleia na sua visita de 1983 declarou-nos que contava com o povo português para a reconstrução nacional da sua pátria.

Ocorre-me perguntar agora que fez a Assembleia da República para corresponder a este apelo.

Os inimigos de Moçambique, os que levam a morte, a violência e a destruição à jovem pátria de Samora Machel, movimentam-se no nosso país com pleno à vontade, aqui preparam golpes, ligações internacionais e campanhas publicitárias.

Machel nunca perdoou nem nunca compreendeu a duplicidade que se traduz nas grandes proclamações de solidariedade feitas pelas entidades governamentais e nas facilidades que são consentidas aos que querem destruir o Estado moçambicano.

Por isso mesmo ele exprimiu a esperança, quando aqui esteve, de que «a fraternidade que estamos a encontrar em cada gesto e em cada palavra, se não esgote nos gestos e nas palavras, antes se materialize em acções comuns...»

É também este o voto mais significativo e sentido que entendemos fazer ao prestar homenagem à memória do herói e Presidente do povo moçambicano, Samora Moisés Machel.»

## Fernando Amaral reeleito presidente da AR

Fernando Amaral, do PSD, foi reeleito para Presidente da Assembleia da República. O resultado do escrutínio que decorreu na terça-feira última registou 131 votos favoráveis, 35 contra, 12 abstenções, 6 nulos e 4 brancos.

Para os cargos de vice-presidentes foram eleitos José Victoriano (PCP), Marques Júnior (PRD), Carlos Lage (PS) e Marques Mendes (PSD) que anteriormente já ocupavam aqueles cargos.

Para os cargos de secretários da Mesa foram eleitos José Manuel Maia (PCP), Rui Sá e Cunha (PRD), José Carlos Mota Torres (PS) e Reinaldo Gomes (PSD).

José Manuel Maia, deputado do PCP, mantém-se no cargo de secretário da Mesa da AR desde a Assembleia Constituinte.

# Dois exemplos de como funcionam mal as empresas e serviços públicos

**E a Reforma Agrária também não escapa**

Se pensarmos que os assuntos tratados no período de antes da Ordem do Dia são assuntos menores, de fraca importância, caímos em profundo erro. Geralmente são ali tratados assuntos locais, relevantes para as populações a que dizem respeito, servem — ou pelo menos deveriam servir — de alerta ao poder central para remediar o que está incorrecto.

Estivesse o Governo mais atento aos períodos de antes da Ordem do Dia e certamente muitas soluções seriam encontradas para os problemas levantados, muitos dos quais o Governo continua a desconhecer.

Aproveitamos hoje para trazer aqui três questões levantadas pela bancada comunista. Vidigal Amaro denunciou o acordo estabelecido entre o Governo e a Misericórdia de Évora através do qual foi alienado parte do imóvel que constitui o Hospital Distrital de Évora.

Começando por fazer um histórico daquele estabelecimento hospitalar, acrescentou que «outra peça deste processo começa em 1954, quando com o património resultante de uma dádiva de 5000 contos de Vasco Vilalva, a que se juntaram 1000 contos provenientes de subscrição pública, se constituiu a Fundação do Patrocínio que tinha o objectivo principal de edificar um Centro Oncológico em Évora». Entretanto, a este património monetário juntou-se um terreno com 14 000 metros quadrados cedido pela Câmara Municipal de Évora.

Tudo isto é entregue à Liga Portuguesa contra o Cancro que em 1972 aí começa a construir um imóvel, sendo as obras suspensas em 1974, com a justificação de que não era necessária a construção de um centro anti canceroso naquela cidade alentejana.

A 20 de Outubro, como recordou Vidigal Amaro, o edifício semiconstruído é doado ao Hospital Distrital, reiniciando-se nessa data estudos de que resultou «a elaboração em 1982 de um programa integrado da reestruturação do Hospital Distrital e cujas linhas gerais, muito resumidamente, apontam que para a nova unidade fossem transferidas as especialidades médicas, as análises clínicas, anatomia patológica, a farmácia e outros apoios, que hoje se encontram nas velhas e degradadas instalações do Hospital e, onde, ainda hoje, os doentes se amontoam em grandes enfermarias e nas condições mais desumanas».

Mas as verbas para a sua execução, apesar de prometidas, nunca vieram, recordando o deputado Vidigal Amaro que «foi neste contexto e depois de na Comissão de Saúde, Segurança Social e Família, durante a apresentação do Orçamento de Estado para 1986, a senhora ministra reconhecer que a não existência de uma verba no PIDDAC para esta obra se devia a um lapso, que por proposta do PCP e com votos favoráveis do PS, PRD, PCP e MDP foi incluída uma verba de 70 000 contos destinada a transformar o programa assinado em projecto, começando assim a primeira fase de execução das obras do Hospital Distrital».

Eis senão quando se sabe que a 26 de Setembro teriam sido doados à Misericórdia bens que constituem propriedade do Hospital Distrital. E o deputado Vidigal Amaro acrescenta: «O Ministério cede para uso e gestão à Misericórdia o edifício do Patrocínio para que este "administre cuidados de saúde e bem-estar social e desde já um hospital de retaguarda e um centro de rastreio do cancro". E o Estado obriga-se a assegurar "desde já os encargos financeiros totais relativos à conclusão das obras necessárias no edifício bem como o respectivo equipamento».

«De uma penada — refere depois o deputado comunista —, com este acordo o Governo sem ter quaisquer pareceres ou estudos de gestão, rasga todo o programa efectuado, aniquila o crescimento do Hospital Distrital, destrói ilusões dos técnicos de saúde e impede a melhoria dos cuidados de saúde que a população não só do distrito de Évora como de toda a região alentejana tanto carecem.

«Esta medida, tomada, repito, sem quaisquer estudos, apenas se pode justificar como um acto de pura retaliação contra a Assembleia da República que no Orçamento do Estado de 1986 inscreveu uma verba destinada ao início das obras de reestruturação do Hospital Distrital.

«Com este acordo — adiantou ainda Vidigal Amaro — além da doação à Misericórdia do imóvel e dos terrenos calculados em centenas de milhares de contos, irá o Estado dispender com a aquisição de equipamentos verbas muito superiores às que seriam necessárias para a execução do programa aprovado.

«E se isto é um precedente — finalizou — os caminhos que se abrem são inaceitáveis. Um destes dias, senhores deputados, o Governo lembra-se de doar a uma universidade privada a biblioteca da Universidade de Coimbra e ao clube de um amigo doar o relvado do Estádio Nacional.»

«De uma penada — refere depois o deputado comunista —, com este acordo o Governo sem ter quaisquer pareceres ou estudos de gestão, rasga todo o programa efectuado, aniquila o crescimento do Hospital Distrital, destrói ilusões dos técnicos de saúde e impede a melhoria dos cuidados de saúde que a população não só do distrito de Évora como de toda a região alentejana tanto carecem.

«Esta medida, tomada, repito, sem quaisquer estudos, apenas se pode justificar como um acto de pura retaliação contra a Assembleia da República que no Orçamento do Estado de 1986 inscreveu uma verba destinada ao início das obras de reestruturação do Hospital Distrital.

«Com este acordo — adiantou ainda Vidigal Amaro — além da doação à Misericórdia do imóvel e dos terrenos calculados em centenas de milhares de contos, irá o Estado dispender com a aquisição de equipamentos verbas muito superiores às que seriam necessárias para a execução do programa aprovado.

«E se isto é um precedente — finalizou — os caminhos que se abrem são inaceitáveis. Um destes dias, senhores deputados, o Governo lembra-se de doar a uma universidade privada a biblioteca da Universidade de Coimbra e ao clube de um amigo doar o relvado do Estádio Nacional.»

«Mas como se isto não bastasse, os estudos até agora feitos aos laboratórios públicos existentes (poucos, é certo) revelam a sua alta rentabilidade, para além de uma qualidade excelente dos serviços prestados, o que poderia levar à economia de avultadas verbas.

«Mas em vez disso o Ministério da Saúde, entrega de mão-beijada, aos interesses privados, as instalações e a maquinaria que não fornece aos serviços públicos. Digam lá que isto não é uma beleza!

«De acordo com um levantamento feito pelo Secretariado das UCP's/Cooperativas e pelos Sindicatos, só no mês de Outubro foram espoliados mais de 5000 hectares a várias cooperativas no Couço, Alvito, Cano, Chamusca, às UCP's Flor do Alentejo, Salvador Joaquim do Pomar, Progresso da Igreja, 26 de Janeiro, Estrela do Alentejo, entre outras. E o ministro Barreto tem em curso 60 novos processos, num total de 25 000 hectares, que põem em causa 3000 postos de trabalho e afectam 82 UCP's e Cooperativas.»

Referindo-as depois ao inquérito em curso na AR sobre as ilegalidades cometidas pelo Governo relativamente à Reforma Agrária, salientou que o Executivo de Cavaco Silva «vai, entretanto, em confronto com a Assembleia da República, praticando os mesmos actos ilegais, que estiveram na base do inquérito».

E o deputado Bento Calado apresentou dois exemplos: «O primeiro, a entrega de uma reserva na Herdade das Canas, da UCP Salvador Joaquim do Pomar, em Santiago do Escoural, a um cidadão espa-

nhol, Luis Gonzalez del Cerro, apesar do Supremo Tribunal Administrativo ter considerado em acórdão, que o direito à reserva tinha caducado havendo mesmo um despacho anterior que negava provimento ao pedido de reserva.

«O segundo, o facto de o ministro ter recusado aceitar o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República de que as decisões de suspensão do Supremo Tribunal Administrativo são de cumprimento imediato.»

«O ministro Barreto que não cumpre os acórdãos dos tribunais não gostou do parecer e não homologou esta conclusão da Procuradoria.»

Mas não se pense que é só a Reforma Agrária a sofrer a ofensiva deste Governo. Como recordou Bento Galado, outros estão também na sua mira de recuperar o latifúndio:

«O Governo retirou recentemente — disse o deputado de Beja — a pequenos agricultores do Ribatejo, no concelho de Coruche, 363 hectares que estavam na sua posse desde 1982, para os entregar aos latifundiários que já possuíam 2000 hectares. Também em Ferreira do Alentejo, 20 agricultores foram despojados de 144 hectares que foram entregues a dois latifundiários.»

«Terceira questão — ao concurso de pré-qualificação apresentaram-se 18 empresas, das quais duas foram logo afastadas. Depois foi contratado o Centro de Sistemas Urbanas e Regionais da Universidade Técnica de Lisboa que estabeleceu 11 Critérios técnicos e científicos de qualificação, que apurou por ordem decrescente oito concorrentes.

Vai daí o Conselho de Gerência, já nesta fase, rescinde o contrato com a Universidade Técnica de Lisboa e estabelece critérios próprios que qualificaram sete concorrentes.

Por último surge a informação que o Conselho de Gerência da CP em vez de apurar o concorrente que melhores condições apresenta se propõe optar por duas frentes de trabalho a adjudicar a dois empreiteiros. Isto significaria um aumento dos custos de empreitada, obrigando a CP a duplicar o número de locomotivas e vagões necessários para a obra.

Segundo se ouve a empresa ferroviária espanhola «Renfe» teria sido já contactada com vista a alugar o material circulante.

Neste governo de transparência tem governante que é cego ou as algebeiras fundas. Um requerimento sobre o assunto foi entregue pelo Grupo Parlamentar do PCP. A resposta é que talvez não surja. ■

Primeira questão — a Ferbritas, empresa de capitais da CP, Salientando que a renovação integral da via férrea assume fundamental importância para a economia nacional e para a melhoria da rede de transportes do País, recordou depois os concursos que a CP lançou para a renovação da mesma via. E aqui começa o imbróglio, pois «a forma e o enquadramento em que estes concursos se estão a efectivar assumem, no entanto, foros de escândalo e exigem que o Governo explique perante a AR as condições e os termos em que estão a ser adjudicadas as obras».

Trabalhadores

Apoio às minas Nulo efeito — garante a Federação

Entre as reivindicações gerais do Plenário Nacional de Activistas, que decorreu recentemente em Lisboa, Porto, Aveiro e Guimarães, a Federação (FSMMMPP) sublinha que «por força da luta desenvolvida pelos mineiros», o Governo reconheceu indirectamente «a situação de lock-out verificado em algumas empresas, bem como a nulidade dos despedimentos que pretendam fazer». O Plenário exigiu a intervenção imediata da Inspeção-Geral do Trabalho e do Ministério para que seja reposta a legalidade e anulados os despedimentos nas explorações mineiras.

## Nota da SIP

O decreto-lei número 358/86, ontem publicado no «Diário da República» constitui mais um passo na ofensiva governamental para a reprivatização do sector público da comunicação social e atesta ao mesmo tempo uma nova e conflituosa atitude do Governo em desrespeito pela Assembleia da República.

Com efeito, sendo formalmente publicado ao abrigo da Lei 20/86 de 21 de Julho e a pretexto de constituir a sua prevista regulamentação, a verdade é que o Decreto-Lei 358/86 excede manifestamente a letra e o espírito daquela lei bem como os limites nela fixados, para tanto recorrendo a habilidades e subtilidades que são sinal de notória má fé e de considerável desonestidade política.

Sem prejuízo de uma posterior e mais desenvolvida apreciação, cumpre desde já acentuar que, por exemplo, enquanto a lei 20/86 condiciona expressamente a alienação de capital social de empresas públicas de comunicação social à sua admissibilidade face ao quadro constitucional e legal vigente, já o decreto-lei governamental pretende apresentar como «legítima» toda e qualquer alienação. Também não pode deixar de ser denunciada a pretensão do Governo de proceder a reprivatizações por via de simples resolução de Conselho de Ministros, procurando assim fugir a qualquer fiscalização e controlo democrático das suas decisões. De igual modo, é perfeitamente escandaloso que, a pretexto de regulamentar uma lei que sempre se refere a «empresas públicas de comunicação social», este dec.-lei venha instituir que essas empresas, na sua actual configuração e natureza jurídica, podem deixar de existir para se transformarem em sociedades anónimas de responsabilidade limitada.

É particularmente óbvio que o Governo minoritário do PSD teve a esperança de, através deste dec.-lei inconstitucional e desrespeitador da Lei 20/86, defraudar a legalidade democrática, com vista designadamente a ultrapassar o obstáculo que representa para a sua fúria reprivatizadora o facto de grande parte das empresas do sector público da comunicação social terem sido constituídas na sequência de actos de nacionalização directa.

Por isso o PCP desde já anuncia que o seu grupo parlamentar vai requerer a ratificação pela AR do Dec.-Lei 358/86 e recorda que, nos termos do artigo 4.º da Lei 20/86, uma tal iniciativa conduz automaticamente a que, até ao resultado final do respectivo processo parlamentar, não seja considerada definitiva qualquer alienação que porventura viesse a ser feita.

28-10-86

A SIP DO PCP

PCP

# As ordens de Cavaco e do Governo Violência contra trabalhadores

## • Comunicado da DORM do PCP

Um Primeiro-Ministro que responde com violência às reclamações pacíficas dos trabalhadores e com ameaças às aspirações de paz manifestadas por jovens não é, concretamente, capaz de assegurar a defesa dos interesses nacionais no encontro luso-espanhol em que acaba de participar, afirma a Direcção Regional do Minho (DORM) do PCP, em comunicado dirigido aos órgãos de Comunicação Social no passado dia 25, documento em que se condena vigorosamente a carga policial ocorrida nessa manhã em Guimarães.

«Corpos especiais de polícia, agindo às ordens do Governo» praticaram uma «brutal e injustificada agressão» contra uma delegação de centenas de trabalhadores de empresas do distrito de Braga, com muitos meses de salários e outras remunerações em atraso. Ocorrida durante as conversações luso-espanholas, a carga policial atingiu cidadãos que pretendiam apenas ser recebidos pelo Primeiro-Ministro para lhe manifestarem «a gravíssima situação em que se encontram e a urgência de medidas que protejam o seu direito ao trabalho».

Como assinala a DORM do PCP, «o selvagem espancamento de homens, mulheres e crianças surge na sequência do comportamento repressivo e agressivo que já na noite anterior os corpos especiais de polícia tinham assumido contra jovens concentrados em vigília pela paz perto do local onde se realizava a cimeira luso-espanhola de governantes, jovens que reclamavam a desnuclearização da Península Ibérica».

Noutra passagem do seu documento, a Direcção Regional do Partido aponta «o Governo e o Primeiro-Ministro Cavaco Silva como primeiros responsáveis políticos por esta grave e brutal ofensa aos direitos e à dignidade dos trabalhadores que apenas defendiam o pão e o trabalho, constituindo um acto repressivo absolutamente incompatível com o regime de-

mocrático e a Constituição, acto que recorda comportamentos típicos do Regime fascista».

Ao mesmo tempo que manifesta a sua inteira solidariedade aos trabalhadores vítimas desta repressão brutal e injustificada, que há muito lutam abnegadamente pelo direito ao trabalho e pela viabilização das suas empresas, que Governo e patronato de mãos dadas têm recusado (tudo faremos para apoiar a defesa dos seus direitos e aspirações, dando-lhes voz junto dos órgãos de poder e na Assembleia da República), a DORM do PCP reclama dos órgãos de soberania uma actualização pronta na defesa da legalidade democrática, ofendida em Guimarães, identificando, punindo e responsabilizando os autores directos e indirectos deste ilícito e selvagem acto de agressão contra os trabalhadores com salários em atraso do distrito de Braga e que, ao mesmo tempo, afectou a dignidade do regime democrático e o próprio prestígio externo do nosso país.

## Comunistas do Algarve alertam:

A quebra de compromissos já firmados por organismos governamentais em relação a planos de financiamentos, conjugada com uma acção política de completo desprezo pela realidade existente — acção traduzida, entre outros aspectos, pela ausência de medidas, há muito reclamadas, de apoio à reconversão tecnológica das empresas, à criação de infra-estruturas de apoio à produção (rede de frio normalização do fornecimento de matéria-prima, circuitos de comercialização e defesa dos nossos mercados) e a linhas de crédito, a juro baixo, de suporte à actividade industrial —, lança estes sectores numa profunda crise, cria uma situação caótica e em alguns casos até desesperada que, a manter-se, conduzirá inevitavelmente ao completo desaparecimento da actividade industrial na região.

O alerta é dado pelo plenário da Direcção Regional do PCP no Algarve (DORAL), reunido recentemente em Faro, «para analisar a situação política e social, e definir as tarefas que se colocam ao Partido na região para os próximos meses».

O documento com as conclusões da reunião refere-se em primeiro lugar à situação económica, sublinhando a dado passo:

«Apesar das excepcionais condições naturais existentes no Algarve para o desenvolvimento, designadamente em relação ao turismo, agricultura, pescas e à própria indústria, a situação económica na região é hoje caracterizada por uma acentuada degradação e destruição do aparelho produtivo, que atinge brutalmente grande parte da actividade industrial.

«Em resultado da política seguida pelos sucessivos governos de direita, e continuada pelo actual executivo PSD chefiado por Cavaco Silva, está hoje em risco de completo desaparecimento o pouco que resta da indústria conserveira e corticeira no Algarve. São exemplos disso a situa-

ção em que se encontram a Judo Fialho, Severo Ramos, Carapuchinha e UCAL, no sector conserveiro, e a Torres Pinto e Café nas cortiças, empresas cujo encerramento arrastaria ainda a queda de outras pequenas unidades existentes na região.»

### Pescas

Detendo-se neste sector, o plenário da DORAL salientou que «a situação é marcada pela profunda inquietação em que vive a pesca artesanal, a contagem com a ameaça da aplicação de um conjunto de portarias e regulamentos governamentais que atingirão e condicionarão brutalmente a sua actividade (exemplo: Ria Formosa) medidas, algumas delas, enquadradas num plano que claramente visa o completo aniquilamento deste importante subsector; pela pro-

# Indústria corre sérios riscos!

funda crise que atinge a pesca de cerco pelo envelhecimento da frota, a sua baixa produtividade e os reflexos nela produzidos pela crise do sector conserveiro; pelas tentativas de entrega da PESCUL aos privados, empresa rentável e das poucas nacionalizadas no sector, numa linha de actuação marcada por benefícios e apoios aos grandes armadores, pela venda de arrastões a estrangeiros, acções que, entre outros aspectos, está a pôr em causa direitos e regalias dos trabalhadores.»

### Agricultura e Ria Formosa

O ponto da situação na actividade agrícola e «a nova ofensiva de demolições de casas na área da Ria Formosa» foram temas em foco no plenário da DORAL do PCP. Das conclusões a que se chegou, seleccionamos alguns apontamentos:

«Na agricultura, às excepcionais condições naturais de que o Algarve disfruta para os hortofrutícolas não tem correspondido uma política adequada de fomento da produção, de ajuda técnica e financeira, bem como de mecanismos que garantam sem sobresalto o seu escoamento. Os agricultores e as suas organizações continuam a arriscar sozinhos os desafios da produção e da sua comercialização, endividando-se ao extremo das

## A EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO PORTUGAL DE ABRIL

# Intensa discussão em todo o Partido

Prosegue em todo o Partido, de forma viva e animada, o debate em torno da Conferência do PCP sobre a «Emancipação da Mulher no Portugal de Abril». Muitas reuniões já realizadas, muitas mais programadas, espelham o empenhamento de todos os militantes do Partido nesta importante tarefa.

A delicadeza dos problemas em debate, mas ao mesmo tempo a necessidade e premência da sua discussão exige, de facto, o contributo activo de todos os camaradas, de molde a atingirem-se os objectivos definidos pelo Comité Central na sua última reunião, com a realização desta Conferência: «um amplo e profundo debate para analisar com frontalidade e verdade os problemas das mulheres portuguesas e contribuir para a sua mais correcta compreensão» e, por outro lado, «fazer o balanço dos progressos alcançados com o 25 de Abril e relançar a luta pela concretização dos direitos das mulheres e pela sua emancipação».

Na realidade, doze anos depois do 25 de Abril, a problemática dos direitos da mulher conti-

nua a estar na ordem do dia. Não só pelo muito que se avançou desde então — importantes transformações mentais relativamente ao papel da mulher na sociedade e consagração constitucional e legal dos seus direitos fundamentais — mas, talvez, mais pelas consequências nefastas de uma política seguida desde há vários anos com o objectivo de travar esse processo de emancipação. Para pensarmos numa situação concreta, bastará lembrar que no Alentejo e Ribatejo, em quaranta mil trabalhadores agrícolas desempregados, oitenta por cento são mulheres.

Outro sinal bem elucidativo do que vimos afirmando é dado pelo documento no referente ao salário médio das mulheres. Em 1973, ele «correspondia a 52,3 por cento do salário médio dos

homens, subiu continuamente depois do 25 de Abril, tendo atingido 75,2 por cento em 1979, começando depois a baixar, situando-se já abaixo dos 70%».

E que dizer das discriminações de toda a ordem a nível profissional, mas também a degradação do Serviço Nacional de Saúde e dos serviços de apoio à infância, por exemplo. Que dizer da intensa campanha ideológica da direita, aberta ou disfarçada, de exaltação da «fada do lar», da «mulher companheira do homem», como referia um cartaz do PSD nas últimas eleições legislativas.

«Com esta Conferência, o PCP pretende quebrar a barreira de silêncio com que as forças conservadoras e de direita pretendem esconder as discriminações e as injustiças de que são alvo as mulheres e dar uma contribuição concreta à causa da sua emancipação.»

Tal iniciativa está aliás, de acordo com o papel que o PCP desde sempre tem desempenhado como «força mais consequen-

te e coerente na defesa das conquistas do 25 de Abril e das aspirações emancipadoras das mulheres».

E esta é a forma correcta de encarar o problema. «Para os comunistas, afirma-se logo no início do documento, o processo de emancipação da mulher é inseparável da luta de classes e das transformações económicas e sociais que a luta revolucionária introduz na sociedade.»

A opressão e discriminação das mulheres têm uma base material fundada no devir histórico das sociedades. Na medida em que a evolução histórica foi reproduzindo a exploração dos trabalhadores (sob formas diversas) reproduziu, igualmente, a discriminação das mulheres. Daí que, na etapa actual, a emancipação das mulheres passa, inevitavelmente, pela eliminação da exploração capitalista. O direito ao trabalho no pleno sentido, sem entraves de qualquer espécie, é condição fundamental para a emancipação das mulheres.

A estes, como a outros problemas, a Conferência irá dar resposta. Resposta que não pode ser acabada, resposta que não pode ter, ela própria, a veleidade de ser imutável. Colocando a problemática da emancipação feminina na ordem do dia, esta Conferência do Partido prolongar-se-á, por certo, muito para além do dia 15 de Novembro. As discussões da mesma forma enriquecedoras prolongar-se-ão. Mas mais do que isso, a luta das mulheres, na defesa do Portugal de Abril e na luta pelos seus interesses e direitos específicos ganhará um novo impulso.

«Tal como em todo o País, também no Algarve está em curso uma profunda discussão em toda a organização, preparatória da Conferência do PCP sobre a «Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», a realizar a 15 de Novembro.

«O Plenário da DORAL do PCP decidiu marcar para os dias 6, 7 e 8 de Dezembro próximo a realização das II Jornadas Algarvias, desta vez para debater as consequências para o Algarve da entrada na CEE, nos sectores da agricultura, pescas, conservas e turismo.

«A DORAL apreciou a situação da Campanha Regional de Fundos com o objectivo de atingir 3 mil contos até ao final do ano, e decidiu apelar a todos os militantes, simpatizantes e ami-

### A EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO PORTUGAL DE ABRIL



gos do PCP para que, pelas mais variadas formas, se multipliquem as contribuições e as iniciativas até ao final do ano, de modo a dar-se o impulso necessário à concretização de tão importante objectivo.»

Por fim, um apelo «a todas as organizações, no sentido de incentivarem até final do ano o esforço e a iniciativa necessária para atrair e recrutar para o PCP todos aqueles que destacando-se na luta, na actividade política, associativa, cultural ou outra, possam reforçar com a sua presença, a sua experiência e dinamismo as fileiras do PCP.»

## Horário da Conferência

Entretanto, foi já divulgado o horário e funcionamento da Conferência do Partido sobre a emancipação das mulheres a realizar no próximo dia 15 no Pavilhão dos Desportos.

Assim, a Conferência terá início às 9.30, prolongando-se até às 13 em sessão plenária. A tarde, o funcionamento será repartido pelas seguintes secções:

- O processo de emancipação. A Mulher no Portugal de Abril;
- A mulher na vida política social e na família;
- A mulher e o trabalho;
- As mulheres como força organizada. O PCP e as mulheres.

Nas secções o debate será aberto a delegados como a convidados.

A Conferência encerrará os seus trabalhos em sessão plenária a decorrer a partir das 18 horas.

# Álvaro Cunhal em Aveiro (dia 8) e em Coimbra (dia 9) para participar em Assembleias distritais do PCP

«Com o Povo, pelo Distrito, um Partido mais forte» é lema da 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Aveiro, do Partido Comunista Português.

A realizar no próximo dia 8, no recinto das feiras na cidade de Aveiro, a 1.ª Assembleia contará com a participação dos delegados eleitos na proporção de 1 por 20 militantes, nos 19 concelhos que constituem o distrito, que abarca 207 freguesias, num total de 2808 quilómetros quadrados.

Os trabalhos da Assembleia serão ainda acompanhados por 750 convidados.

Os delegados estarão no local às 9 e 30, e meia hora depois inicia-se a Assembleia, que culminará com uma sessão pública de encerramento em que intervirá o camarada Álvaro Cunhal secretário-geral do PCP. Esta sessão tem início previsto para as 18 horas.

Além de outras estruturas de apoio, funcionará um serviço de almoços para os delegados e um bar completo para todos os interessados.

### Distrito de grandes tradições democráticas

Aveiro é uma cidade, um concelho e um distrito de enraizadas tradições democráticas. Na entrevista com o camarada Vidal Pinto, suplente da Comissão Política do Partido — que publicamos no caderno «Em Foco» desta edição —, esse aspecto foi sublinhado, como sucede no Projecto de Resolução Política para debate nas organizações.

Aveiro conheceu e acolheu um importante movimento de resistência ao fascismo.

Quem, tendo participado, es-

queceu os Congressos de Oposição Democrática de que Aveiro foi palco, e que constituíram importantes marcos na resistência e luta antifascista? Quem esqueceu a solidariedade manifestada pela população, abrindo as portas de suas casas para abrigar e proteger os democratas fugidos à fúria incontrolável das forças policiais?

Quanto entoadem em uníssono, juntando as nossas às vozes de outros democratas, o «Avante Camarada», caminhando ombro a ombro por esta Avenida Lourenço Peixinho, até cada um «se safar» correndo para qualquer porta que o abrigasse da bastonada?

Mas não foram só os Congressos de Oposição Democrática que mostraram a grande solidariedade e a participação das gentes aveirenses nas lutas antifascistas.

Como se pode ler no Projec-

to de Resolução Política, em debate nas organizações do Partido, «as Campanhas Eleitorais, designadamente para a Assembleia da República, em 1949, do gen. Norton de Matos; em 1953 do prof. Rui Luís Gomes e em 1958 do gen. Humberto Delgado, constituíram, entre outras, jornadas de ampla mobilização popular contra a ditadura».

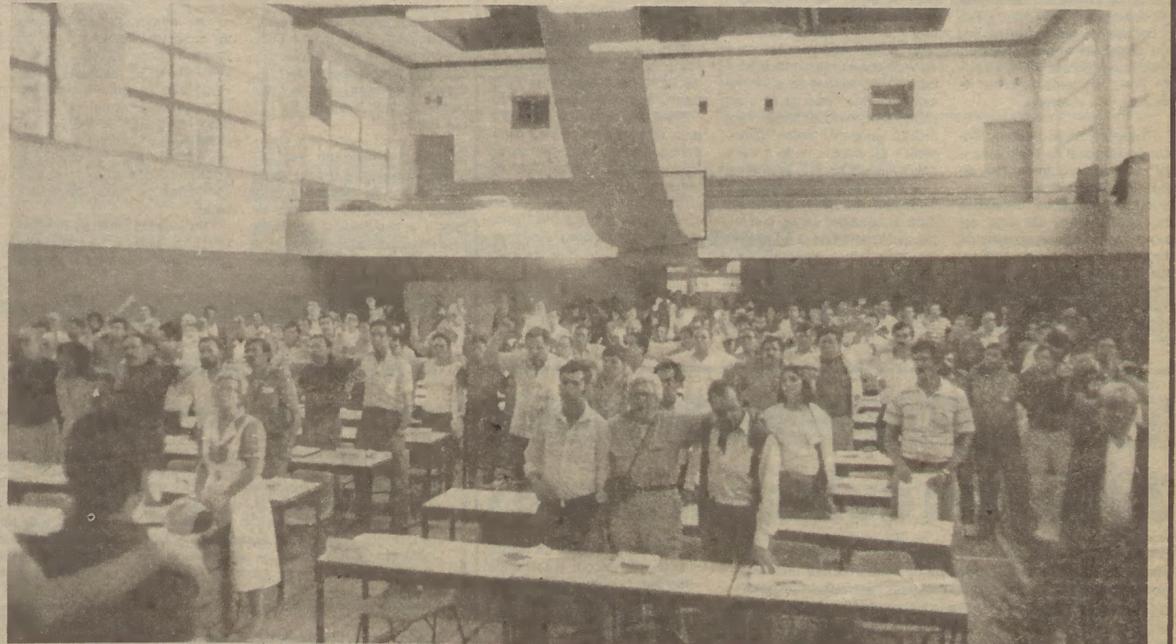
A par destas grandes movimentações, desencadearam-se grandes lutas reivindicativas da classe operária (que tem grande peso no distrito) e os trabalhadores organizaram-se em torno dos mais diversos objectivos, havendo lutas que responderam a impressionantes jornadas de mobilização geral, como diz o documento base, que destaca como exemplo, entre outras, a greve do sector do calçado, que em 1943 pôs em verdadeiro estado de sítio a vila de S. João da

1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DISTRIITAL DE AVEIRO

COM O POVO PELO DISTRITO UM PARTIDO FORTE



Madeira, a luta dos chapeleiros nos anos 50 que paralisou 90% dos trabalhadores do ramo, e a luta dos metalúrgicos que levou à formação da Comissão dos Metalúrgicos de Aveiro, que a partir de 1972 se orientou para a expulsão da direcção corporativista.



A Organização Regional do Partido na Beira Litoral (ORBL) é constituída pelos distritos de Coimbra, Aveiro e Viseu. Este último já realizou a sua 1.ª Assembleia. Foi a 14 de Junho deste ano, também com a participação do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.

Medalha para o próximo dia 9, no pavilhão da Palmeira, em Coimbra, a 1.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP reunirá 490 delegados eleitos na proporção de 1 por 10 militantes, nos 17 concelhos do distrito.

A bancada do pavilhão reservada aos convidados tem 1700 lugares. Foram também dirigidos convites às estruturas distritais do PS, PRD, MDP, «Os Verdes», à LOC, JOC, Centro Ecuménico, Projecto Social Cova-Gala e outras organizações religiosas, ao movimento sindical unitário, colectiva-

das e personalidades democráticas da região. Também o Sector Intelectual de Coimbra do PCP, ligado directamente à Direcção Regional do Partido, se fará representar nesta Assembleia.

Com início marcado para as 10 horas, os trabalhos irão prolongar-se até ao fim do dia, com intervalo entre as 13 e as 14.30 horas para almoço. A sessão das 14.30 às 15.15 horas será reservada exclusivamente aos delegados. A partir das 18 horas decorrerá a sessão pública de encerramento com interven-

### ção do camarada Álvaro Cunhal.

Estão previstos serviço de almoço e bares de apoio no CT do Partido, (Rua da Solia) e noutra local a designar. Outros serviços como o apoio aos jornalistas e a distribuição de documentos irão também mobilizar muitas horas de trabalho.

Uma peça especial de cerâmica artística de Condeixa, uma serigrafia e uma medalha com tiragem reduzida, da autoria de José António Moujinho, contam-se entre as iniciativas suscitadas pela realização da Assembleia. Ainda em relação à

medalha, para a qual chamamos desde já a atenção especial dos coleccionadores, o seu preço é de mil escudos e estará à disposição dos interessados nos próximos dias.

Até à data da Assembleia estará pronta uma monografia com a caracterização socioeconómica do distrito de Coimbra.

De vários pontos do distrito partirão excursos com destino ao pavilhão da Palmeira. Dia 9 será um dia muito especial para toda a organização do Partido (ver Em Foco).

1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DISTRIITAL DE COIMBRA - PCP

PAV. PALMEIRA INTERVENÇÃO PÚBLICA DE ENCERRAMENTO 15H.



## Nacional



## Marcha da Paz

## Um passo no Porto para a Paz no Mundo

O colorido de cartazes e bandeiras, flores e ramos de oliveira, gente nova e gente mais velha, o colorido da gente que se juntou contra as armas nucleares, pela Paz — emprestou à cidade do Porto, na tarde cinzenta de sábado, vida e alegria.

Respondendo ao apelo da Comissão Regional do Porto para o AIP, com o apoio de dezenas de organizações sindicais, culturais, recreativas e cívicas, comissões de trabalhadores, câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia — milhares de portueses juntaram-se na Praça da Liberdade ao início da tarde de sábado para depois desfilar por várias artérias da baixa da cidade até à Praça da Ribeira. «Ar-

mamento nuclear, nem na terra nem no ar», «Paz em Portugal, independência nacional», «Trabalho e pão, armas nucleares não», foram algumas das palavras de ordem mais gritadas traduzindo um sentimento e um desejo que viria, mais tarde, a ser completamente explicitado numa moção aprovada pelos participantes da marcha onde é exigido o fim da corrida aos armamentos, do esbanjamento de enormes recursos em armas para os povos dos cinco continentes» foram lançadas ao rio Douro garrafas portadoras de mensagens de Paz.

Entretanto o Rancho Folclórico do Porto, a Banda de Música de S. Pedro da Cova e o grupo «Malta do Rio», que participaram também no desfile, animaram a Praça da Ribeira até ao cair da noite com as suas actuações.

Deu-se assim «Um Passo no Porto para a Paz no Mundo».

ses possuidores de armas nucleares.

Os problemas da defesa da Paz foram também tratados em intervenções de Romualdo Passos e Alberto Andrade, membros da Comissão Regional do Porto para o Ano Internacional da Paz.

Num acto simbólico «do Porto para os povos dos cinco continentes» foram lançadas ao rio Douro garrafas portadoras de mensagens de Paz.

Entretanto o Rancho Folclórico do Porto, a Banda de Música de S. Pedro da Cova e o grupo «Malta do Rio», que participaram também no desfile, animaram a Praça da Ribeira até ao cair da noite com as suas actuações.

Deu-se assim «Um Passo no Porto para a Paz no Mundo».

## Terra

## Parcelamento viciado em S. Martinho do Bispo

O deputado João Abrantes, do grupo parlamentar do Partido Comunista Português, reuniu-se recentemente com agricultores vítimas do emparcelamento «viciado e coercivo» de terras em São Martinho do Bispo, no concelho de Coimbra.

No final da reunião, este deputado afirmou que o PCP tudo fará para «corrigir as injustiças e os abusos cometidos», tendo salientado que a unidade e a luta dos camponeses é a «melhor garantia de que o emparcelamento viciado e coercivo poderá ser impedido».

Segundo uma nota à imprensa

distribuída pela Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, os agricultores expuseram as suas razões de queixa face às injustiças e arbitrariedades cometidas pelos serviços da Direcção Regional do Ministério da Agricultura, tais como a falta de informação, o não cumprimento de compromissos assumidos, a distribuição arbitrária — «a indicar compadrio» — das novas parcelas e o não atendimento das reclamações, o que levou vários agricultores presentes a considerarem a forma como o emparcelamento foi feito como sendo «uma vigarice».

Esta reunião, que se realizou após o deputado do PCP ter visitado algumas terras, decorreu na sede da Associação Desportiva do Casaense, em Casais do Campo. Finda a iniciativa, João Abrantes inteirou-se dos projectos desta agremiação desportiva.

Projectos esses que necessitam, para se tornarem realidade, de apoios oficiais. Em nome do PCP, este deputado assumiu o compromisso do apoio junto da Assembleia da República, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Coimbra para a concretização do projecto.

## Compartes anunciam

## Lei dos Baldios vai ter semana de esclarecimento e luta

O Secretariado da Conferência dos Baldios do Norte e Centro marcou, na sua reunião de domingo, uma **Semana de Protesto, Esclarecimento e Luta** contra o novo projecto de Lei dos Baldios.

Esta semana de luta ainda não tem data marcada uma vez que coincidirá com o debate, na Assembleia da República, dos quatro projectos-lei que visam alterar a lei dos Baldios, que ainda não está agendada.

Desde já, esta organização

— que anunciou a sua intenção de promover contactos com os partidos democráticos com assento na AR — manifesta o seu «vigoroso repúdio e protesto face ao projecto-lei subscrito pelo PSD, CDS e PPM», por considerarem que não contempla «a realidade histórica, os usos e costumes dos baldios e dos compartes da região transmontana».

Na reunião, que se realizou em Vila Real, o Secretariado lembra que esta é já a décima

terceira ofensiva contra a Lei dos Baldios, consignada no Decreto-Lei 39/76.

Foram ainda analisadas algumas situações e problemas que têm surgido na gestão dos baldios.

O Secretariado da Conferência dos Baldios do Norte e Centro decidiu ainda promover contactos com elementos responsáveis dos serviços florestais, de modo a serem desbloqueados os problemas de gestão analisados.

## PCP

## Trás-os-Montes, Açores e Beja

## •Temas em destaque no próximo «Avante!»

As conclusões da recente reunião plenária da Direcção Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP; a conferência de imprensa realizada anteontem em Vila Real pela DORT sobre o **Complexo do Cachão** e as manobras da Direcção Regional da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro; os problemas institucionais e políticos que se ligam a a **autono-**

**mia** e as conclusões da última reunião plenária da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP; e, finalmente, a situação actual no distrito de **Beja** segundo o documento saído da reunião da Comissão Distrital do PCP, efectuada no dia 18, são alguns dos temas que no próximo Avante! merecerão tratamento adequado.

## Camaradas Falecidos

## Ferrer da Cruz Alaiz

Membro do Partido há muitos anos, faleceu no passado dia 23 o nosso camarada Ferrer da Cruz Alaiz. Estava organizado na célula dos TLP de Almada. O funeral ocorreu no último sábado.

## Daniel da Silva

Natural de Fanhões (Loures), faleceu recentemente o militante comunista Daniel da Silva, de 63 anos. Pertencia à 4.ª Zona da organização local de Lisboa.

## Edmundo José Vieira

Faleceu o militante comunista

Edmundo José Vieira, da célula da Zona 4/Alto Seixalinho, no concelho do Barreiro.

## José Manuel Diegues

No passado dia 22, vítima de doença súbita, faleceu em Bragança, José Manuel Pires Diegues, militante do PCP, membro da Comissão Concelhia de Bragança e da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT).

O camarada Diegues, agricultor, foi um corajoso, modesto e destacado militante. Organizou e impulsionou as principais lutas dos agricultores do concelho em defesa dos seus interesses,

ameaçados pela política de direita. Fundador da Liga dos Agricultores de Bragança, era seu dirigente, tendo sido eleito para o Conselho Nacional da CNA em Novembro de 1983.

O funeral, que se realizou de Bragança para a sua aldeia natal, Vilarinho, freguesia de Espinhosela, constituiu uma sentida manifestação de pesar.

O camarada Agostinho Lopes, do CC e da DORT do PCP, fez uma intervenção onde sublinhou as capacidades humanas, cívicas e de militante do camarada Diegues e apresentou à família as condolências das diversas organizações do PCP em que o camarada militava.

## ENSINO

## 3300 sem aulas em Loures

Só no concelho de Loures, um mês depois de o ministro do sector ter anunciado que todas as escolas abririam as suas portas a tempo, 3300 alunos continuam sem aulas. Segundo a Câmara Municipal (comunicado da passada quinta-feira) entre os alunos sem aulas estão os 800 da Escola Preparatória n.º 1 de Loures.

Organizados em comissão «ad hoc» os familiares deste último grupo de alunos reuniram-se com o vereador Marques Ribeiro

no sentido de haver uma intervenção camarária junto da Secretaria de Estado do Ensino Secundário. A reunião já foi solicita-

da. Informa a Câmara de Loures que aquela escola preparatória «**não tem prevista ainda a data da entrega do novo edifício**», não tem cantina, não tem ginásio, nem pessoal auxiliar e administrativo.

Entre os estabelecimentos de ensino por abrir, o *telex* da CML do dia 23 refere ainda a escola preparatória de Apelação/Catujal (200 alunos) e as secundárias de S. João da Talha (1300 alunos) e da Pontinha (1000 alunos).

Nos casos de S. João da Talha e de Loures «os atrasos na construção dos edifícios escolares são de tal ordem que, caso não sejam tomadas medidas excepcionais, pela Secretaria de Estado dos Equipamentos Educativos, aquelas instalações escolares não deverão poder receber os alunos este ano», acrescenta a Câmara Municipal.

A Assembleia de Freguesia da Pontinha pedia entretanto explicações ao Ministério.

60 ANOS DE LUTA  
ao serviço do povo e da pátria

Poder Local

# Carlos Costa no encontro da APU

## Sólida confiança nas eleições do Montijo

É absolutamente correcto o objectivo da APU de ganhar a maioria destas Freguesias e por essa via retomar, para já, a maioria na Assembleia Municipal, que ganhou na votação directa nas últimas eleições. Palavras de Carlos Costa na sua intervenção no 7.º Encontro Concelhio da APU do Montijo, perante 150 quadros autárquicos e falando das eleições que em breve se irão realizar para as Assembleias de Freguesia do Montijo, Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia, Canha e Pegões.

A necessidade destes escrutínios resulta da recente criação de novas Freguesias no Concelho do Montijo, à semelhança do que aconteceu noutros municípios (nomeadamente Almada, Évora e Porto). A situação político-autárquica que se vive no Concelho do Montijo, de maioria APU até às últimas eleições autárquicas, seria, entretanto, assim caracterizada pelo dirigente comunista: «É certo que a aberrante coligação PS/PSD ganhou em 1985 as presidências da Câmara e das Juntas do Montijo, Canha e Santo Isidro, mas ganhou exclusivamente por efeito da aberrante coligação, pois em conjunto estes dois partidos perderam uma elevada quantidade de votos, o que mostra que mesmo uma parte considerável dos eleitores destes partidos condenaram tal coligação. Estamos certos que nas eleições que agora se vão realizar, essa condenação vai ser muito mais pesada».

Carlos Costa, a propósito das eleições que se vão realizar no Montijo, começaria por tecer algumas considerações sobre a própria APU, como gestora autárquica:

«Aqui no Montijo, no Distrito de Setúbal, em todo o País, é incontestável a superioridade da gestão APU nas autarquias. É incontestável que as Câmaras e Juntas de maioria APU, com os mesmos meios e no mesmo tempo, realizaram uma obra em benefício das populações incomparavelmente mais vasta que as Câmaras e Juntas onde predominam outras forças políticas. São as próprias estatísticas oficiais que inequivocamente o comprovam. Poderíamos citar números que comprovam a clara superioridade da gestão APU em domínios como o abastecimento de água, rede de esgotos, recolha de lixo, rede viária, rede eléctrica, mercados, lares para a terceira idade e centros de dia, infantários, creches, parques infantis, bibliotecas e museus, escolas pré-primárias e primárias, centros de saúde e postos médicos, corais e ranchos, apoio a colectividades e grupos desportivos, polivalentes, piscinas, pistas de atletismo, circuitos de manutenção, etc., etc. Naturalmente que a superioridade da gestão APU não surge por acaso. Ela é fruto de princípios políticos em

que assenta essa mesma gestão, princípios que caracterizam e distinguem a gestão APU relativamente à gestão praticada por outras forças políticas.»

E enumerou alguns desses princípios:

«— 1.º o funcionamento democrático e colegial dos órgãos autárquicos (compare-se, por exemplo, a actuação democrática e colegial da anterior Câmara APU do Montijo, em que aos vereadores de todas as forças políticas eram distribuídos pelouros, com a actuação antidemocrática, sectária e prepotente da actual Câmara da coligação PS/PPD que não distribui pelouros à principal força política do concelho, a APU, e chega até ao ridículo e cego sectarismo de não convidar os vereadores da APU para cerimónias oficiais);

2.º política de unidade dos eleitos e das populações em torno da resolução dos problemas concretos;

3.º política de permanente participação popular;

4.º política de informação às populações;

5.º política de justas relações entre os eleitos e os trabalhadores (exactamente o contrário do que faz a actual Câmara da coligação PS/PSD);

6.º política de isenção partidária e de inteira dedicação dos

eleitos ao trabalho em defesa dos interesses das populações.»

### PCP: papel determinante

Após recordar, através dos resultados do conjunto das 21 eleições autárquicas já realizadas este ano em zonas de domínio da direita, que, comparativamente a 1985, apenas a Aliança Povo Unido viu significativamente reforçadas as suas posições, o orador prosseguia:

«Se no plano das realizações concretas do Poder Local a APU está inquestionavelmente na vanguarda, também o PCP sempre esteve na vanguarda da luta pela institucionalização do Poder Local democrático.

«É sabido que o PCP teve um papel determinante na elaboração do capítulo da Constituição respeitante ao Poder Local. Idêntico papel teve na elaboração das primeiras leis de atribuições e competências, das finanças locais, bem como noutras leis progressistas.

«Sucessivos governos e maiorias de direita na Assembleia da República não cumpriram e alteraram estas leis. Não vamos aqui historiar a luta a tal propósito travada em defesa do Poder Local, luta em que o PCP

teve um papel insubstituível para impedir a destruição do Poder Local democrático.

«Os resultados das eleições de 6 de Outubro criaram na Assembleia da República uma nova correlação de forças que permitia passar de novo à ofensiva para repor, consolidar e desenvolver o Poder Local democrático.

«Em conformidade, o PCP apresentou já nesta sessão legislativa 5 projectos de lei de enorme importância para o Poder Local:

Um projecto de uma nova lei de finanças locais; um projecto de lei sobre o regime jurídico das atribuições e competências dos órgãos autárquicos; um projecto de lei sobre a tutela administrativa; um projecto de lei que garante a membros das Juntas de Freguesia de maior dimensão o exercício do mandato em regime de permanência; finalmente, um projecto de lei quadro das Regiões Administrativas.»

Carlos Costa terminaria a sua intervenção referindo a discussão nas AM do Projecto de Lei das Regiões Administrativas e a recente aprovação, pela AR, da nova Lei das Finanças Locais.

## O retrato deles

Na proposta de manifesto eleitoral da APU para as próximas eleições nas Freguesias do Montijo, Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia, Canha e Pegões há um ponto — o segundo — que se subordina ao título de «O actual quadro político concelhio e os desmandos antidemocráticos do PS/PSD». Transcrevemo-lo, pelo que de elucidativo contém: o retrato político duma «coligação».

«Desde a tomada de posse da maioria PS/PSD no Executivo Municipal ficou visível que a sua actuação se iria pautar por uma política não transparente e não democrática. Os factos infelizmente foram comprovados e hoje assistimos a uma descarada tentativa de marginalizar os vereadores da APU, sendo esta força política, individualmente, maioritária no Concelho de Montijo.

«Não foi distribuído qualquer pelouro à vereação APU, nenhum elemento deste grupo político foi escolhido para o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, não fomos sequer ouvidos para a elaboração do Plano de Actividades do ano em curso, os convites para os vereadores da APU se fazerem representar em determinados actos públicos ou não chegam ou chegam tarde e a más horas; apenas uma vez o grupo APU foi convidado a participar com a maioria PS/PSD numa reunião de trabalho, no entanto, depressa nos apercebemos de que estava em causa uma decisão difícil e que a maioria de direita queria arrastar a APU no mesmo sentido de voto.

«Por estes breves exemplos poderemos facilmente compreender o ambiente que se vive no Executivo Municipal após 10 meses de governação imposta pela maioria de direita PS/PSD, contrariamente à actuação da APU que geriu a Câmara de forma o mais democrática possível, distribuindo pelouros e fazendo participar todos os vereadores da oposição na gestão democrática do Município.

«Apesar de todas as arbitrariedades, compadrios e actuações menos transparentes, a APU sempre tem lutado contra tal política e denunciado junto das populações a maneira negativa, sectária e antidemocrática como os destinos da nossa terra estão a ser geridos.

«Decorridos estes primeiros 10 meses do mandato PS/PSD e fazendo um paralelo com a gestão honesta, democrática, competente e dedicada levada a efeito nos dois últimos mandatos da maioria APU, certamente que as populações começarão a entender a diferença de processos utilizados e darão de novo o seu voto maioritário aos cidadãos que integram as listas da Aliança Povo Unido.»

# A vitória está quase!

## Almada, Cacilhas e Pragal

À «boca das urnas» (as eleições são no próximo domingo), umas palavras ainda para Almada, Cacilhas e Pragal, três das oito Freguesias do Concelho de Almada que irão eleger novos órgãos autárquicos. Das outras cinco já aqui falámos. Uma nota: em todas, os candidatos da APU estão confiantes em mais uma grande vitória.

Emília Lídia já cumpriu dois mandatos como presidente da Junta de Freguesia de Almada e afirma que desde o início do recente mandato até hoje (menos de um ano, portanto), «já concretizámos o programa que seria para quatro anos. Apenas não conseguimos levar à prática — mas pensamos relançar, porque está de novo incluído no nosso programa — o parque de jogos polivalente, previsto para o logradouro da Escola Primária n.º 2. O projecto está feito e a

construção vai arrancar no princípio de 1987». E fala também do curioso método adoptado para auscultar directamente as populações:

«Primeiro faz-se um programa de visitas às diversas zonas, que decorrem aos sábados. Distribui-se previamente uma tarjeta a anunciar o local escolhido, para que as populações apresentem as suas preocupações. Muitas vezes surge a Comissão de Moradores e os populares a acompanharem-nos. Depois o plenário

realiza-se na terça-feira seguinte, na mesma área.»

Com a consciência do dever cumprido, Emília Lídia confessa:

«Valeu a pena trabalhar para darmos o bem estar à população. Sentimos a retribuição das pessoas face aos nossos esforços. Somos acarinhados, o que nos incentiva. Temos a certeza que o povo, mais uma vez, vai reconhecer que a APU é quem trabalha com competência, honestidade e experiência.»

Duarte Ferreira, bancário de 34 anos, é o cabeça de lista da APU para a novíssima Freguesia de Cacilhas, de que traça assim o perfil: «Cacilhas apresenta uma grande densidade populacional numa zona moderna, enquanto a área antiga se encontra bastante degradada.» Criar zonas verdes, arranjar espaços exteriores, promover a recuperação exterior e pintura das casas antigas em mau estado de conservação, são algumas das propostas da APU para a nova Freguesia. A criação de locais destinados ao convívio e ao lazer está também nos planos dos candidatos da APU, que enumera, pela voz do seu candidato à presidência, outras carências a merecerem atenção: equipamentos sociais (prevista a construção de uma escola primária e de uma creche, bem como a reivindicação de mais um Posto de Saúde para a Freguesia), o levantamento do património histórico e cultural da nova autarquia, a promoção do estreitamento dos laços

com a população através de plenários descentralizados, ligação a todos os agentes culturais e desportivos de forma a dinamizar acções que visem o aproveitamento dos tempos livres pelos jovens e crianças, diálogo regular com os comerciantes da zona e sensibilização da população para que se abasteça no comércio local, etc.

José Luís Leitão, desenhador-projectista de 38 anos e cabeça de lista da APU na nova Freguesia do Pragal explica a confiança na vitória das próximas eleições no facto dos componentes da lista que ele encabeça «além de habitarem a Freguesia, estarem todos eles ligados ao movimento associativo, cooperativo, sindical, comissões de moradores — serem pessoas profundamente conhecedoras dos problemas da população e de estarem dispostas a trabalhar, no sentido de lhes dar as respostas mais justas».

E há muito a fazer, como se deduz do vasto programa de acção com que se compromete a APU: infra-estruturas em novas urbanizações (nomeadamente parques infantis, passeios, iluminação e arruamentos), reclamação da instalação de um Posto de Saúde na área, construção de um parque de jogos, reivindicação, junto da Rodoviária Nacional, da melhoria de transportes, desenvolvimento de uma campanha de embelezamento do Pragal antigo, dinamização cultural e associativa, etc.

## Eleições autárquicas Évora a postos!

«A APU é a única força que concorre em todas as Freguesias do Concelho de Évora, nas quais terão lugar eleições para os órgãos autárquicos no próximo dia 16 de Novembro», anuncia a Comissão Eleitoral da APU do Concelho de Évora, que dá pormenores da situação.

A Assembleia da República criou duas novas freguesias no concelho de Évora — Canaviais e Guadalupe. As primeiras eleições em Canaviais e Guadalupe impõem também novas eleições da Sé e da Graça do Divor. Assim, em 16 de Novembro, a população da Sé, Cana-

viais, Graça do Divor e Guadalupe vai às urnas, para eleger as Assembleias de Freguesia e as Juntas. A APU, Aliança Povo Unido, é a única força que concorre em todas as freguesias.

As listas da APU — sublinha o documento — são constituídas

por homens e mulheres que já deram provas da sua capacidade e honestidade. São listas amplamente unitárias, nas quais cerca de 50% dos candidatos são pessoas sem filiação partidária, que em conjunto com os membros do PCP e do MDP se propõem continuar a obra notável já realizada pelos eleitos da APU no Concelho de Évora.

A APU e os seus candidatos propõem-se continuar o trabalho em estreita colaboração com a Câmara, Assembleia Municipal, Comissões de Moradores, Colec-

tividades e outras organizações, na procura conjunta de soluções para o progresso das freguesias da Sé, Canaviais, Guadalupe e Graça do Divor.

E conclui a Concelhia de Évora da APU.

«A APU, consciente do trabalho realizado, está confiante de que no próximo dia 16 de Novembro, a população reconhecerá uma vez mais, esse trabalho competente e concreto, votando nos seus candidatos e nos seus programas.»

PCP

# Declarações de Álvaro Cunhal à chegada

Após uma visita que o levou sucessivamente a vários países europeus, designadamente à Áustria, Hungria, Roménia, Bulgária e Checoslováquia, regressou na passada terça-feira a Lisboa num voo proveniente de Praga, o Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal.

À sua chegada, no Aeroporto da Portela, onde era aguardado por Jorge Araújo, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, o dirigente comunista referiu para os jornalistas o significado desta visita realizada num tão curto espaço de tempo, tendo salientado que se tratou de «uma troca de impressões muito ampla com altos responsáveis dos partidos e dos Estados respectivos sobre problemas internacionais e problemas de interesse comum».

Instando a pronunciar-se sobre o trágico acontecimento que vitimou o presidente da Frelimo e

da República Popular de Moçambique, camarada Samora Machel, o Secretário-Geral do PCP afirmou que se está em presença de «uma grande perda», acrescentando que esta visita, que «não pôde ser modificada no seu percurso e calendário por motivos políticos óbvios», foi acompanhada por «uma sombra» — justamente a morte de Samora Machel.

Com alguma emoção, Álvaro Cunhal salientou que Samora Machel «não era apenas o Presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, mas um velho companheiro de com-

bate, um amigo do povo português e do PCP».

«Assim como acompanhei na vida — sublinhou Álvaro Cunhal aos jornalistas presentes — não poder acompanhar na despedida o camarada Samora Machel constitui para mim uma profunda pena», um sentimento que «mais reforça a ideia de que os comunistas portugueses estão hoje, como estiveram sempre, com o povo moçambicano e com a sua luta não apenas pela independência nacional mas também pela construção de uma nova sociedade».

Comentando notícias entretanto vindas a público sobre um distanciamento entre o PCP e a Frelimo, Álvaro Cunhal frisou que se trata de «especulações e mentiras» provenientes dos que «querem atirar lama onde não devem atirar», indivíduos que

«toda a vida foram inimigos da Frelimo, da luta de libertação do povo de Moçambique. Não são esses que hoje — concluiu de forma peremptória — podem ferir os velhos amigos, os lutadores moçambicanos e os comunistas portugueses».

Respondendo a uma pergunta relativa à posição do Partido face ao actual Governo, afirmou que «é um Governo muito mau, que está a fazer muito mal ao nosso povo e ao nosso País» e que, por essa razão, «necessita de ser substituído por um governo democrático, com uma política democrática que ataque e resolva os problemas nacionais».

Explicitando melhor a posição do Partido relativamente a esta questão política central, Álvaro Cunhal disse não existirem razões que alterem a posição do PCP «no sentido da luta com os trabalhadores, com o povo, com

as forças democráticas, para poder abrir caminho a uma alternativa democrática».

Colocado perante a questão da existência de uma alternativa dentro do actual quadro parlamentar, Álvaro Cunhal chamou a atenção para o facto de este problema não poder ser encarado apenas nesse âmbito, mas sim, dentro do «actual quadro institucional e constitucional», o qual, segundo disse, «é mais largo que o quadro parlamentar».

O Secretário-Geral do PCP, em resposta a um jornalista, adiantou ainda alguns dos aspectos mais marcantes da sua viagem, sublinhando que houve uma «preocupação comum» quanto à situação internacional e quanto aos «perigos que pesam sobre a humanidade de uma guerra nuclear», perigos esses que, frisou, colocam a necessidade de «todos os governos de todos os países se unirem na

luta para evitar essa catástrofe».

O recente encontro entre Gorbachov e Reagan mereceu ainda do dirigente comunista um comentário, considerando-o um «acontecimento que abre novas possibilidades de luta pela paz». «Perante todo o mundo — recordou — o encontro confirma o contraste evidente entre propostas de paz construtivas, propostas cujo valor é inegável (até pela própria aceitação que Reagan na primeira fase das conversações deu a essas propostas) e a continuação e insistência por parte dos dirigentes norte-americanos na guerra das estrelas, da corrida aos armamentos ainda de forma mais avançada, negando-se assim a ir para acordos que permitam solucionar os problemas imediatos, a redução dos armamentos, o desarmamento e, particularmente, o desarmamento nuclear».

## Notícias dos encontros

Os órgãos centrais dos partidos comunistas dos países visitados publicaram acerca dos encontros realizados as notícias que a seguir transcrevemos:

### Com Janos Kadar

Janos Kadar, secretário-geral do POSH, manteve conversações no dia 22, na sede do CC, com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que visitou a Hungria a convite do CC do POSH.

Durante as conversações os dois dirigentes concordaram com a necessidade de continuar a luta pelo reforço da coesão do movimento comunista e operário internacional e pelo reforço da cooperação entre todas as forças progressistas, anti-imperialistas e amantes da Paz.

Saudaram e expressaram a sua solidariedade com os povos, partidos e movimentos de libertação que nas diversas partes do mundo lutam heroicamente pela sua independência nacional, pela liberdade e pelo progresso social.

Procederam igualmente a uma troca de opiniões sobre as questões mais importantes da vida intercomunal. A propósito do encontro em Reykjavik, os dois dirigentes valorizaram altamente as propostas soviéticas construtivas e de grande relevo que oferecem uma possibilidade real e reciprocamente aceitável para que se realizem avanços de importância decisiva no campo do desarmamento nuclear. Janos Kadar e Álvaro Cunhal puseram-nas em contraste com a insistência da política de guerra do imperialismo norte-americano e dos círculos mais agressivos da NATO, responsáveis pelo agravamento da situação internacional. Sublinharam a necessidade da realização de novos esforços com o objectivo de parar a corrida aos armamentos nucleares e de se proceder ao desarmamento nuclear.

Paralelamente consideraram de grande importância, no âmbito europeu e no quadro delineado pela Conferência de Helsínquia, que se empreendam novos passos, na próxima Conferência em Viena, para diminuir a tensão, a desconfiança e para alargar a cooperação reciprocamente vantajosa. A este respeito valorizaram os acordos alcançados na Conferência de Estocolmo.

Os dois dirigentes trocaram opiniões sobre a situação nos dois países e sobre a actividade dos partidos respectivos. Janos Kadar e Álvaro Cunhal valorizaram altamente as tradicionais relações de fraternidade, solidariedade e cooperação existentes entre o POSH e o PCP, fundadas nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Expressaram a convicção de que o fortalecimento das relações existentes entre os dois partidos serve os interesses dos dois povos e dos países respectivos assim como a causa da Paz e da cooperação mundiais.

Álvaro Cunhal, em nome do CC do PCP, convidou uma delegação oficial do POSH a visitar Portugal em 1987, o que foi aceite.

Nas conversações participaram Geza Kotai, membro do CC do POSH, e Domingos Lopes, membro suplente do CC do PCP.

Seguiu-se um almoço oferecido por Janos Kadar em honra de Álvaro Cunhal, no qual participaram Miklos Ovári, membro da Comissão Política e Secretário do CC, Istvan Orvaath e Maatyas Szueves, secretários do CC e Geza Kotai, membro do CC e Domingos Lopes, membro suplente do CC.

### Com Nicolae Ceaucescu

Nicolae Ceaucescu, secretário-geral do Partido Comunista Romeno encontrou-se, no dia 23 de Outubro, com Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, que a convite do Comité Central do PCR realizou uma visita à República Socialista da Roménia.

O secretário-geral do PCP agradeceu o convite para visitar a Roménia e expressou satisfação pela realização do encontro com o dirigente do Partido e do Estado romeno que possibilitou a realização de um novo e útil intercâmbio de opiniões sobre assuntos de interesse comum.

Nicolae Ceaucescu saudou Álvaro Cunhal sublinhando que a sua nova visita à Roménia constituía uma expressão das relações de amizade estabelecidas entre o PCR e o PCP, assim como do desejo

de desenvolver e fortalecer essas relações no interesse dos povos romeno e português e do desenvolvimento da cooperação entre os respectivos países.

Durante as conversações, que tiveram lugar em ambiente de cordial camaradagem, realizou-se uma troca de informações sobre a actividade dos dois partidos, abordaram-se relações bilaterais e procedeu-se ainda a um amplo intercâmbio de opiniões sobre questões do movimento comunista e operário e da situação internacional.

Álvaro Cunhal deu uma ampla informação sobre a situação política portuguesa, sobre a actividade desenvolvida pelo PCP em defesa dos interesses da classe operária e das massas populares e das conquistas democráticas da Revolução de Abril, pela unidade de todas as forças democráticas, por uma alternativa democrática à actual política de direita.

Durante as conversações foi manifestada preocupação pela tensão existente na situação internacional, pela corrida aos armamentos, especialmente nuclear, que põe em perigo a própria vida no nosso planeta.

Nicolae Ceaucescu sublinhou que nas actuais condições internacionais é preciso fazer tudo para fazer afastar o perigo de uma guerra mundial, de uma catástrofe nuclear, para assegurar a paz no mundo. Destacou que, actualmente, se impõe mais do que nunca a união de esforços de todos os povos, dos partidos políticos, de todas as forças democráticas e progressistas para determinar um novo curso na vida internacional, para ultrapassar a grave situação actual, pela criação de um clima duradouro de segurança, confiança e cooperação. Sublinhou que para a melhoria do clima internacional teria uma especial importância a redução unilateral de armamentos, efectivos e despesas militares, o que abriria a via para a realização de entendimentos e acordos necessários para um desarmamento geral, para a eliminação definitiva das guerras nucleares na Europa e no mundo inteiro. Reafirmou a necessidade de agir para solucionar pela via pacífica e através de negociações todos os conflitos entre Estados, para liquidar o subdesenvolvimento e por uma nova ordem económica internacional que assegure o progresso económico e social de todos os países menos desenvolvidos e em especial dos mais atrasados.

Nicolae Ceaucescu e Álvaro Cunhal pronunciaram-se pelo reforço da solidariedade recíproca e da cooperação entre os partidos comunistas e operários.

O encontro e as conversações entre o secretário-geral do PCR, Nicolae Ceaucescu, e o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, possibilitou uma frutuosa troca de opiniões, constituiu um novo contributo para o reforço das relações de cooperação e solidariedade entre os dois partidos, no interesse do desenvolvimento da amizade entre o povo português e o povo romeno.

Nicolae Ceaucescu endereçou em seu nome e em nome da direcção do PCR votos de êxito ao PCP na sua actividade em defesa dos direitos fundamentais das massas populares de Portugal.

Álvaro Cunhal valorizou altamente as realizações do PCR e do povo romeno na construção da sociedade socialista e formulou votos de êxito na realização das suas tarefas.

No encontro participaram Emil Bobu, membro do Comité Político Executivo, Secretário do CC do PCR, Yon Stoian, membro suplente do Comité Político Executivo, Secretário do CC do PCR. Participou também Domingos Lopes, membro suplente do CC do PCP.

### Com Gustáv Husák

Gustáv Husák, Secretário-Geral do Partido Comunista da Checoslováquia e Presidente da República Socialista da Checoslováquia recebeu Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português por ocasião da sua visita a Praga. No encontro participou também Vasil Bilák, membro da Presidência e Secretário do Comité Central do PC da Checoslováquia.

Durante a conversa de amizade G. Husák informou A. Cunhal dos resultados alcançados pelo povo checoslovaco, sob a direcção do PC da Checoslováquia, na realização das decisões do XVII Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia. A. Cunhal informou da luta dos comunistas portugueses em defesa dos direitos dos trabalhadores, das liberdades democráticas e outras conquistas da Revolução de Abril e por uma alternativa democrática.

Na troca de opiniões sobre as questões actuais da situação internacional, os dois dirigentes sublinharam a necessidade do empenhamento de todas as forças progressistas e amantes da paz na luta pela paz mundial, para conjurar o perigo de conflito nuclear. Acentuaram a necessidade de uma luta decidida para cessar a corrida aos armamentos e impedir a militarização do espaço cósmico que o imperialismo norte-americano põe em prática. G. Husák e A. Cunhal sublinharam a importância histórica das iniciativas e propostas de longo alcance, apresentadas em nome da URSS por Mikail Gorbachov, Secretário-Geral do CC do PCUS, na cimeira de Reykjavik. Elas representam um novo estímulo para o desenvolvimento da luta contra os planos militaristas do imperialismo.

Trocando opiniões sobre a situação do movimento comunista e operário, os dois dirigentes acentuaram a necessidade do reforço da sua unidade e capacidade de acção na luta pela democracia, a independência nacional, o socialismo e a paz.

G. Husák exprimiou profunda satisfação pelo elevado nível das relações de cooperação e solidariedade recíproca existentes entre o PC da Checoslováquia e o PCP. Expressou alto apreço pelas posições de princípio do PCP, baseadas no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário. Com isso o PCP ganhou alta consideração e autoridade não só junto dos comunistas checoslovacos mas em todo o movimento comunista internacional e junto de todas as pessoas progressistas do mundo.

A. Cunhal expressou o alto apreço dos comunistas portugueses pelas realizações do povo checoslovaco sob a direcção do PC da Checoslováquia na construção da sociedade socialista avançada e votos de novos êxitos na realização das tarefas definidas pelo XVII Congresso do PC da Checoslováquia.

### Com Tchiudomir Alexandrov

A convite do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, visitou a República Popular da Bulgária, o secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, acompanhado por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Durante a visita, Álvaro Cunhal teve um encontro com Tchiudomir Alexandrov, membro do Bureau Político e Secretário do CC, e Dimitar Stanichev, Secretário do CC do PC Búlgaro.

Durante o encontro, que decorreu num ambiente de fraternal cordialidade, foram trocadas opiniões sobre a situação nos países respectivos, a actividade dos dois partidos, a situação internacional e o movimento comunista e operário internacional.

Abordando aspectos da situação internacional, os dois dirigentes foram unânimes em responsabilizar o imperialismo norte-americano e os círculos mais agressivos da NATO pelo agravamento da situação internacional.

Consideraram tarefa central dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo derrotar os sinistros projectos belicistas do imperialismo e assegurar a Paz no Mundo.

A este respeito, valorizaram altamente as propostas de Paz da URSS e dos países socialistas, designadamente as relativas à liquidação das armas nucleares até ao fim do século e a proibição da militarização do Cosmos. Salientaram o alto significado das propostas da URSS feitas por Mikail Gorbachov no recente encontro com Reagan em Reykjavik, confirmando aos olhos de todo o Mundo os propósitos de Paz da URSS e a insistência de uma política de guerra do imperialismo norte-americano. Álvaro Cunhal valorizou a proposta da Bulgária e outros países balcânicos de criar uma zona livre de armas nucleares em toda a península dos Balcãs.

Saudaram o amplo movimento popular pela defesa da Paz e apelaram à participação de cada vez mais homens, mulheres e jovens, independentemente da sua opção política ou ideológica, da sua fé religiosa.

Consideraram de grande importância neste quadro, não só reforçar a unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional como reforçar a cooperação entre as principais forças do progresso social, designadamente, os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional e os países progressistas.

A visita contribuiu para um melhor conhecimento recíproco e para reforçar os laços de amizade fraternal, solidariedade recíproca e cooperação existente entre o PCP e o PCB.

# Reagrupamento de forças dos adversários do desarmamento

Reykjavik é «pedra de toque» que permite avaliar do valor das palavras e das declarações políticas, como sublinhou Gorbatchov em mais uma alocução na TV soviética. «Pedra de toque» que melhor permite desvendar as verdadeiras opções assumidas no plano internacional, destrinçar entre o trigo da verdade e o joio da falsa propaganda. Não constituindo embora um elemento novo (o novo — que agora se pretende negar em Washington — é o avanço inédito que se obteve na aproximação das posições em questões essenciais), é hoje bem mais claro que estamos face a duas políticas bem definidas. Para a União Soviética a primeira tarefa até ao fim do século é a total desnuclearização do planeta, a liquidação das armas de destruição massiva. E que povo, que trabalhador com um mínimo de consciência das realidades se não identifica com tal tarefa?

Para os Estados Unidos, ou melhor dizendo, para a administração Reagan, a tarefa principal até ao fim do século é a «Iniciativa do Presidente no Âmbito da Defesa Estratégica» — ou seja, a «guerra das estrelas», um salto qualitativo na corrida armamentista.

O pós-Reykjavik confirma estas opções. Mas não só. Contribui para uma sólida denúncia do obstáculo fundamental. E revela ainda um outro factor a ponderar (amplamente confirmado pelas mentiras, declarações contraditórias e vivos esforços para a deterioração de relações, concretizados nomeadamente na expulsão de embaixadores soviéticos): os «falcões» ficaram com medo. É possível afastar a ameaça nuclear. O plano soviético de desarmamento até ao ano 2000 aparece como exequível.

Por isso, e voltámos a citar Gorbatchov, «no campo dos adversários do desarmamento e do reagrupamento de forças, empreendem-se esforços febris com o fim de levantar obstáculos para fazer fracassar o processo iniciado em Reykjavik».

Isto exige uma resposta. A acção das forças da Paz. Uma resposta que está a ser dada. Mas que se impõe passe também a outro nível. À altura de Reykjavik.

## A resposta

● Manifestações pela paz e contra a guerra nuclear têm vindo a realizar-se um pouco por todo o

mundo. Em Reykjavik e Copenhague, como forma popular de apoio a todos os contactos, todos os encontros, que permitam abrir caminhos para um futuro de efectiva segurança. Em Roma, onde cerca de 500 mil pessoas se manifestaram, no centro histórico da cidade, contra as armas convencionais e nucleares. Na Etiópia, onde estes últimos dias chegou o archote da estafeta internacional da Paz, aceso em Setembro perto da sede da ONU. Para o receber, milhares de pessoas se reuniram no estádio central de Adis Abeba. Em discurso durante a cerimónia solene, o presidente Mengistu Marian realçou a interdependência directa entre a luta pela paz e a luta pela elevação do bem-estar dos povos e pelo seu progresso social.

Nos Estados Unidos têm-se realizado diversas manifestações contra a «guerra das estrelas». «Não se pode fazer de conta que não é nada» — é a consigna de um grupo pacifista americano que denuncia a militarização do Cosmos, afirmando que a IDS («guerra das estrelas») é «o primeiro passo para a terceira guerra mundial».

Nestes últimos dias foram organizadas manifestações contra a IDS em Sunnyvale e na Sili-

## A resposta é a luta

con Valey frente às fábricas da Lockheed, em Washington diante dos escritórios da IDS, em Cleveland frente a um centro de investigação da NASA, e na Universidade Tecnológica de Atlanta na Geórgia. Com excepção de Atlanta, todas as manifestações foram alvo de repressão.

● Realizou-se na cidade italiana de Perugia a 3.ª Conferência Internacional das cidades desnuclearizadas, hoje 3500 em todo o mundo. A conferência contou com a participação de 400 delegados e 100 observadores de países da Europa, Ásia e África, e dos Estados Unidos, e aprovou um Apelo dirigido à União Soviética e aos Estados Unidos.

Actualmente, a dinâmica da criação de zonas desnuclearizadas ganha apoio crescente. Muitas unidades territoriais e administrativas em países da Europa Ocidental, nos EUA, no Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia anunciaram serem zonas livres de armas nucleares. Entre as mais de 3500 cidades desnuclearizadas contam-se 493 na Itália, 960 no Japão, 400 na Holanda, 350 em Espanha e 109 nos Estados Unidos. Um balanço significativo do choque evidente entre a vontade dos povos e a política oficial destes mesmos países.

● Os «Médicos pela prevenção da guerra nuclear» — uma associação internacional fundada há

seis anos e que em 1985 recebeu o prémio Nobel da Paz pela «importante tarefa de informação sobre as consequências de uma eventual guerra nuclear» — realizaram o seu segundo simpósio, em Madrid, de 17 a 19 de Outubro. O relatório final conclui que nada sobreviveria a um conflito nuclear total.

Em Nova York, a organização «Médicos pela responsabilidade social», em simpósio sobre a utilização da energia nuclear para fins pacíficos e militares, sublinhou a urgência de se tomarem medidas para pôr fim à corrida aos armamentos nucleares e evitar a militarização do Espaço.

Michio Maku, professor catedrático de Física Teórica da

Universidade de Nova York, declarou ainda que o Pentágono planeia efectuar cerca de cem explosões nucleares com o objectivo de elaborar um laser a raios X accionado por um dispositivo nuclear, um dos principais componentes da «guerra das estrelas».

● Realizou-se em Buenos Aires uma Conferência da União Interparlamentar (UIP). Três pontos fundamentais se destacaram no debate: os testes nucleares; o colonialismo; os direitos humanos. Não estando embora na ordem de trabalhos, a questão dos testes nucleares acabou por se impor como uma questão central. O projecto de resolução apresentado foi aprovado por unanimidade. Vergonhosamente, na delegação portuguesa, deputados do PSD e do PS tomaram posição contra.

## Chile

# Repressão atinge todos os sectores

A Comissão Interamericana dos Direitos do Homem anunciou recentemente em Washington que a situação dos direitos humanos se agravou no Chile durante o ano passado. A afirmação consta do relatório anual daquela Comissão que deverá ser submetido à apreciação da Assembleia geral da Organização dos Estados Americanos que se realizará em Novembro na Guatemala.

No seu relatório, a Comissão considera alarmante o agravamento da situação que se vive no Chile, marcada por prisões em massa, atentados contra a Igreja e provocações contra as instituições humanitárias, frequentemente levadas a cabo por grupos de civis não identificados que invadem as casas dos que se opõem ao regime, os quais são depois encontrados mortos com vários tiros.

Num ano, afirma o referido documento que manifesta a sua apreensão pelo envolvimento de militares na repressão de manifestações, 34 pessoas morreram em resultado de acções imputa-

veis a agentes do governo e foram numerosos os casos de tortura assinalados.

Motivo de preocupação é também a «cobertura legal» que o Supremo Tribunal do Chile está

a dar às «actividades dos agentes do governo empenhados na luta contra a subversão», expressa já na amnistia de 40 membros das forças aéreas chilenas (FACH) envolvidos no desaparecimento, entre 1976 e 1977, de 10 dirigentes do Partido Comunista do Chile (ilegal).

Segundo o juiz Carlos Cerda, que conduziu o inquérito sobre a prisão e desaparecimento dos dez dirigentes comunistas, existiriam ainda provas ligando os acusados a 30 outros casos de desaparecimentos. Não obstante, os cinco dos quarenta inculcados deste processo que tinham sido presos foram abrangidos pela amnistia.

As conclusões deste relatório vêm assim confirmar a denúncia da brutal e terrível repressão criminosa desencadeada pela ditadura de Pinochet, feita pelo Partido Comunista do Chile em meados do mês passado durante uma conferência de imprensa realizada clandestinamente em Santiago.

Os comunistas puseram em evidência o desespero do regime, que procura inverter a grave crise que o afecta através da agressão selvagem aos comunistas, à imprensa, à Igreja e aos democratas, sublinhando a necessidade urgente de uma saída democrática e a unidade de todas as forças de oposição sem excepções, na base dos acordos já alcançados.

Os dirigentes comunistas voltaram a reafirmar a disposição do PCC de encarar uma saída negociada para a crise que considere o diálogo com outros militares e as Forças Armadas sem Pinochet, fazendo notar que embora uma tal solução não pareça viável no presente, não se deve deixar as portas a que ela seja possível no futuro.

Também o Movimento Democrático Popular (MDP) acusou o

regime de estar a tentar, através da violência e do terrorismo de Estado, perpetuar-se indefinidamente no poder.

Num comunicado à população, o MDP apelou igualmente à concertação e mobilização de todas as forças democráticas face à autêntica declaração de guerra de Pinochet após o falhado atentado de que foi alvo.

Nem a exclusão nem o silêncio cúmplice — afirmou o MDP — serão aceites pelos chilenos. Este é um momento de definições categóricas. Apela-mos às forças políticas e populares para que aprofundem e acelerem o processo de unidade que se tem vindo a desenvolver. A esquerda chilena jamais poderá ser excluída da vida nacional, já que está profundamente ligada aos interesses do povo chileno.

O alerta do MDP é tanto mais pertinente quanto prosseguem as tentativas da chamada «oposição moderada» (dos partidos de centro e de direita) de chegar a acordo com as Forças Armadas para a realização de eleições, num processo que tem à partida o apoio norte-americano e que exclui as forças de esquerda. A crescente presença de elementos da CIA e do Departamento de Estado norte-americano no Chile, assinalada pelas mais diversas fontes, reforça a convicção de que a administração Reagan está apostada numa «solução» de continuidade do regime sem Pinochet, mais aceitável internacionalmente, mas que nada tem a ver com as aspirações do povo chileno à plena democracia.

As manifestações de solidariedade com a luta pela democracia no Chile, prevista para esta semana em toda a América Latina, terão neste contexto especial importância.

## Grécia / Eleições autárquicas

# Grande avanço dos comunistas

As eleições autárquicas gregas, de que os resultados finais foram conhecidos no passado dia 20, saldaram-se num significativo avanço dos comunistas e numa claríssima condenação da política antipopular seguida pelo governo socialista do PASOK.

O Partido de Papandreu desceu dos 45,8 por cento dos votos obtidos em 1985 para 30 por cento, tendo perdido as cidades de Atenas, Pireu e Salónica. A Nova Democracia, partido da direita, aumentou em 2 por cento a sua votação, o que reflecte os perigos inerentes a uma prática de direita, com a cobertura de um partido socialista. Os comunistas gregos registaram um significativo salto de 10 para 18 por cento.

De salientar que a percentagem de não votantes atingiu os 28 por cento em Atenas e no Pireu, sendo que, em ambas os casos os comunistas desistiram e deram indicação de voto em branco, também numa manifes-

tação de protesto contra a actual lei eleitoral em vigor, destinada a favorecer a institucionalização de uma prática bipartidária de «alternância» (ou seja, sempre a mesma política, mas sob duas siglas diferentes).

Estes resultados eleitorais traduzem antes do mais o crescente prestígio dos comunistas. Representa de facto um aval popular à orientação e prática prosseguidas pelos comunistas da Grécia (PCG).

Constituem uma severa condenação da prática governamental do PASOK.

Em Junho de 85, o Pasok obteve 45 por cento da votação, como já referimos. Em Outubro, o seu governo anunciava uma série de medidas de «estabilização» da economia nacional: congelamento dos salários; compressão da indexação automática dos salários; desvalorização da moeda em 15 por cento.

Paralelamente os preços dos

produtos de primeira necessidade sofrem sucessivos aumentos.

Neste momento, o governo de Papandreu prepara-se para adoptar uma série de novas medidas anti-sociais: a liberalização dos despedimentos em massa, a introdução do trabalho a tempo parcial, a supressão da indexação automática dos salários e dos contratos colectivos de trabalho, a ligação entre os salários e a produtividade.

Razões de sobra para a condenação nas urnas de tal política.

Razão também do apoio expresso à força política que de facto defende os interesses dos trabalhadores, os interesses do povo grego — o PCG.

Internacional

**Adeus  
a Machel**

# «Juramos construir a pátria socialista»

Juramos construir o Moçambique com que sonhaste, desenvolvido e próspero, a pátria socialista moçambicana (...) Contigo tudo era possível, tu eras a certeza e o caminho, agora temos de prosseguir. Vamos crescer desta ralva que sentimos por te terem roubado ao nosso convívio — palavras comovidas estas de Marcelino dos Santos ao fazer o elogio fúnebre

de Samora Machel, cujos restos mortais repousam desde anteontem no Monumento aos heróis de Moçambique.

Palavras que simbolizam a um tempo a dor profunda de um povo que perdeu o seu líder incontestado e a firme determinação comum de prosseguir com confiança o caminho do futuro aberto pela revolução.

Os funerais de Samora Machel, em que se integraram oitenta e sete delegações estrangeiras provenientes de oitenta e quatro países, e em que o PCP se fez representar pelos camaradas Octávio Pato, Carlos Costa e Carlos Brito, membros da Comissão Política do Comité Central, foram acompanhados em todo o Moçambique por esse sentimento de unidade que os

povos experimentam nos momentos decisivos da sua história. No minuto de silêncio respeitado em memória do Presidente, nos sons das serelas das fábricas, dos navios, das locomotivas que encheram os ares ao sinal da primeira das 21 salvas de artilharia que da Praça da Independência disseram adeus a Machel, esteve bem presente o lema nacional — A luta continua. A vitória é certa!

## Acidente ou crime?

Mais de uma semana depois do trágico desaparecimento de Samora Machel e quando se aguarda ainda o resultado da comissão de inquérito, encarregue de investigar as causas da queda do avião presidencial, constituída por peritos moçambicanos, soviéticos e sul-africanos, avolumam-se as suspeitas de crime e as acusações contra a África do Sul.

Nos últimos dias, a par das interrogações até agora sem resposta das autoridades moçambicanas (bem como de outros países africanos), a própria imprensa da África do Sul tem vindo a revelar, de forma pelo menos insólita, aspectos relacionados com a morte do presidente Machel. E com objectivos que estão longe de ser claros.

Na verdade, que motivos te-

rão levado o vice-presidente do Partido Conservador sul-africano, Ferdie Hartzenberg, de extrema-direita, a chamar a atenção para o facto de terem «desaparecido os documentos que seguiam a bordo do avião» presidencial moçambicano? E como obteve tal informação se, antes das declarações prestadas à imprensa por sobreviventes o terem confirmado, nem as autoridades de Ma-

puto nem a comissão de inquérito se haviam pronunciado sobre o assunto?

E que razões levam o jornal sul-africano «Lewvelder» a afirmar, citando um jornalista não identificado, que «os serviços de segurança da África do Sul são responsáveis pela queda do avião» em que seguia Samora Machel? Ou ainda como explicar a «compreensão» manifestada nas páginas do «Star» pelas dúvidas que pesam sobre o governo de Pretória por considerar que «a campanha contra Moçambique destruiu a sua credibilidade»?

Que as autoridades moçambi-

canas se interroguem sobre algumas circunstâncias que envolvem o trágico acontecimento é perfeitamente natural. De facto, como explicar que Pretória só tenha informado Moçambique da queda do avião muitas horas depois de tomar conhecimento do ocorrido? Como justificar o desaparecimento de documentos e dinheiro que se sabia existirem a bordo? Como explicar o facto de não ter sido prestada assistência imediata aos sobreviventes, o que pode ter provocado a morte de alguns, como foi denunciado há dias em Maputo? Quê razões aduzir para o inexplicável desvio de rota do aparelho? E que estranho som «semelhante a um tiro ou uma explosão» foi esse que alguns sobreviventes afirmam ter ouvido antes da queda?

São demasiadas questões ainda sem resposta que em Moçambique não deixam de ser levantadas, embora a cada passo se afirme a necessidade de aguardar o resultado das investigações. Mas o que leva os sectores mais reaccionários da África do Sul a formulá-las também? Não certamente um súbito amor à verdade ou qualquer sentimento mais nobre em relação ao grande patriota que foi Samora Machel...

De concreto, o que se sabe é que, pouco antes do trágico

acontecimento, Moçambique foi alvo de uma campanha de desestabilização sem precedentes orquestrada pela África do Sul, que na fronteira moçambicano-sul-africana estão concentradas tropas, unidades blindadas e de artilharia e que se tornaram mais frequentes os fornecimentos de armas e munições à Renamo, bem como o transporte de contra-revolucionários para as províncias de Maputo e Gaza.

Sabe-se ainda que nos últimos tempos têm sido desenvolvidos intensos esforços para a reunião das «oposições» moçambicanas sob a égide da Renamo. A propósito, cabe referir que, segundo o «Expresso», está marcada para o próximo dia 8 de Novembro, em Portugal, uma reunião da Renamo. Embora o jornal não refira o local do encontro, é de admitir que os seus participantes seriam bem recebidos na Região Autónoma da Madeira onde, com a impunidade do costume, João Jardim, do PSD, não só se recusou a respeitar como proibiu que fosse respeitado o luto nacional decretado pela morte de Samora Machel.

Uma impunidade que tem tudo a ver com a conivência que as autoridades portuguesas revelam com a contra-revolução moçambicana.

## Telegrama de A. Cunhal ao CC da Frelimo

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, enviou no passado dia 22, de Budapeste, em seu nome pessoal, um telegrama de condolências ao Comité Central do Partido Frelimo, que reproduzimos na íntegra:

Queridos camaradas, companheiro de muitos anos de luta comum dos nossos dois povos, é com profunda emoção que vos transmito as mais sentidas condolências e os sentimentos de inteira solidariedade pela perda

cruel do grande dirigente da luta de libertação do povo moçambicano, do Partido Frelimo e da construção da República Popular de Moçambique, camarada Samora Moisés Machel.

Acompanhando-vos nesta hora de dor, estou certo de que o povo moçambicano vencerá todos os seus inimigos e prosseguirá o caminho que, sob a direcção de Samora Machel e do Partido Frelimo, escolheu para a sua pátria.

## Savimbi na Europa com a cumplicidade da CEE

A visita que Jonas Savimbi, dirigente da organização terrorista Unita, efectuou a semana passada ao Parlamento Europeu, no âmbito de uma digressão pelas principais capitais da Europa, continua não só a dar que falar como a provocar as mais sérias preocupações sobre as manobras que estarão por detrás desta evidente campanha promocional daquela organização anti-angolana.

Com efeito, se pode afirmar-se que a passagem de Savimbi pelo Parlamento Europeu esteve longe de se considerar um êxito — aquele órgão do desejo de que a CEE não mantenha qualquer relação com essa organização terrorista — já o mesmo não pode dizer-se quanto à atenção que lhe terá sido dispensada, ainda que extra-oficialmente, por certos membros do governo francês, entre outros.

Em Estrasburgo, na Bélgica, a maioria dos parlamentares europeus não ficou indiferente aos protestos que o convite feito a Savimbi pelas «direitas euro-

peias» provocou. A legítima indignação do governo angolano; os protestos dos embaixadores dos Países da Linha da Frente; dos representantes do grupo de países da África, Caraíbas e Pacífico (signatários da Convenção de Lomé III) e da Organização de Unidade Africana; bem como dos deputados democratas, em particular os que integram os grupos comunista e socialista, permitiram que a opinião pública se inteirasse do carácter provocatório de semelhante iniciativa.

Para tal contribuiu igualmente a distribuição de documentos, comprovativos das estreitas ligações existentes entre Savimbi e a Unita com a polícia política fascista e o exército colonial por-

tuguês, levada a cabo pelo grupo comunista do Parlamento Europeu e pela embaixada de Angola na Bélgica. Quem ainda o ignorava, ficou por eles informado que as relações de Savimbi com a PIDE/DGS datam de 1969 e que em inúmeros documentos «muito secretos» do exército colonial se refere a «utilização da Unita como força de choque contra o MPLA e a FNLA», se trata da passagem de salvo-condutos para Savimbi, se salienta a necessidade de reforçar o apoio económico à Unita, se refere a importância de melhorar o sistema de troca de informações com esses traidores do povo angolano, entre muitos outros aspectos.

O que torna ainda mais comprometedor a posição de países como a França, a Grã-Bretanha e Portugal, incluídos no périplo de Savimbi, cujos governos se remeteram a um silêncio cúmplice.

Em Paris, o fantoche da Unita deixou entender que terá manti-

do conversações com os mais altos responsáveis governamentais, o que não é confirmado nem desmentido oficialmente; em Londres, a situação não difere; em Portugal, o governo de Cavaco Silva ainda não encontrou palavras para justificar o facto de dois deputados do PSD terem subscrito o convite a Savimbi, ao mesmo tempo que se avolumam os boatos da possibilidade da sua vinda a Lisboa.

Como se afirma num comentário da Angop sobre o assunto, perante a óbvia contradição entre o que estes governos afirmam e o seu silêncio cúmplice perante tentativas de promoção política da organização terrorista anti-angolana por parte de alguns círculos políticos locais, as reacções de perplexidade multiplicam-se. Esse silêncio, senão mesmo permissividade, é potencialmente susceptível de despir de qualquer credibilidade as declarações oficiais que apontam

no governo angolano o único interlocutor válido de Angola.

Como fez notar a agência angolana, aos governos da Europa ocidental compete nesta hora declarar com clareza qual é a sua opção. Não basta dizer que o cabeleira do corpo de assassinos anti-angolano não será recebido oficialmente. A autorização de entrada nos respectivos territórios concedida por entidades oficiais ao fantoche do racismo sul-africano não pode deixar de confrontar os governos desses países com a sua própria propaganda «antiterrorista».

Apesar de todos se afirmarem desejosos de combater o terrorismo — sublinha a Angop — a verdade é que quanto a Savimbi, um terrorista qualificado, nenhum país da CEE condenou com clareza essa tentativa da sua promoção política.

Um acto de hostilidade a Angola que não contribui para a paz na África Austral.

No decorrer dos meses de Julho e Agosto últimos, centenas de empregados dos Correios, Telégrafos e Telefonemas (CTT), seguindo o exemplo recente dos carteiros de Lisboa, iniciaram a luta pela melhoria das suas condições de vida e trabalho.

Através de exposições individuais enviadas em massa ao Correio Mor, forçaram já a atenção da Administração, que prometeu resolver alguns dos problemas (...).

Esta luta, que interessa a milhares de operários e empregados dos CTT de todo o País (carteiros, mecânicos, bofeteiros, telefonistas, operadores, tráfego e empregados de todas as categorias, para alcançar êxito deve tomar formas mais organizadas e colectivas. Abaixo-assinados colectivos, pequenas paralisações por secções e serviços, concentrações, etc., são formas de luta a que o pessoal dos CTT deve recorrer para forçar o Governo a atender as suas reivindicações. Também é essencial a formação de comissões para dirigir a luta (...).

«O Pessoal dos CTT em luta» — «Avante!», VI série, n.º 407, 1.ª quinzena de Outubro de 1969)



A Universidade e as ruas de Coimbra voltaram a ser ocupadas por forças repressivas. A PSP e a GNR, em aparato bélico, intervieram para impedir que milhares de estudantes levassem a bom termo reuniões de discussão dos seus graves problemas.

Nas ruas da cidade, as forças policiais lançaram gases lacrimogéneos e cães-polícia contra os estudantes, ficando feridos dezenas deles.

Enfrentando novamente a repressão policial, os estudantes voltaram a reunir-se, na determinação de prosseguir com energia e firmeza a justa luta que vêm travando e que culminou em Abril-Julho findos com as memoráveis greves às aulas e aos exames.

Em Lisboa, uma manifestação de milhares de estudantes pela satisfação das suas reivindicações fundamentais foi também brutalmente reprimida pela polícia, tendo ficado feridos 8 estudantes (...).

«M. Caetano atira a polícia contra os estudantes» — «Avante!», VI série, n.º 408, 2.ª quinzena de Outubro de 1969)



A 29 de Outubro de 1936 desembarcava dos porões do velho paquete «Luanda» a primeira leva de presos políticos para o Campo da Morte Lenta do Tarrafal.

Drama de violências e de crimes que durou 18 anos para os antifascistas portugueses, mas que continua, com a mesma revoltante crueza, para os patriotas angolanos e guineenses.

Muitos dos que pisaram confiadamente o solo de África não voltaram a Portugal. Liquidou-os sem piedade o fascismo salazarista. Trabalhos esgotantes, que nada tinham a ver com a profissão de cada preso, espancamentos, seguidos de castigos na «frigideira», o famoso segredo, falta de assistência médica e hospitalar, deficiente alimentação, ambiente de terror nazista, em zona de absoluto isolamento, roubaram a vida a dezenas de patriotas e arruinaram a saúde para sempre a quase todos (...).

«Há 30 anos abriu o Campo do Tarrafal» — «Avante!», VI série, n.º 371, Outubro de 1966)

**Dez anos de saques e ilegalidades**

# BASTA!

**Reforma Agrária quer trabalhar em paz  
investir e produzir**

**C**om as terras preparadas para acolher as sementes das culturas de Outono e Inverno, em véspera de mais um período de intensos afazeres, os trabalhadores agrícolas da Reforma Agrária efectuaram sexta-feira última uma jornada de luta que os levou a uma paralisação total e a promover acções de esclarecimento nas principais vilas e cidades do Alentejo e Ribatejo. Manifestar o seu repúdio pela actual política agrícola que numa clara afronta com outros órgãos de Poder e com o texto constitucional procura de forma arbitrária e violenta destruir a Reforma Agrária e reconstruir o latifúndio, constituiu um dos principais objectivos que norteou a acção destes homens e mulheres e os levou, em número de muitos milhares, a concentrarem-se em treze localidades dos cinco distritos da zona de intervenção.

Só na primeira quinzena de Outubro, recorde-se, foram já roubados às UCP's/Cooperativas mais de cinco mil hectares de terras, existindo notificações às Cooperativas de despachos definitivos do ministro Álvaro Barreto que totalizam mais de seis mil hectares, a que há que juntar 62 novos processos actualmente em curso, abrangendo 25 mil hectares de 82 cooperativas, os quais, a irem por diante, afectariam mais de três mil postos de trabalho.

Tais números, por si, aproximam-se da verdadeira dimensão da presente ofensiva governamental, uma acelerada política de entrega de terras aos agrários que não olha a meios para atingir os seus fins — têm-se multiplicado as denúncias sobre ilegalidades e casos de corrupção —, deixando atrás de si um rasto de destruição do aparelho produtivo, de crescente desemprego e

de agravamento das condições de vida.

Conhecidas as suas habituais características de firmeza e combatividade, não é de estranhar, pois, em face da situação presente, a redobrada disposição de luta que anima o proletariado rural do Sul, gente determinada em suster esta onda de ilegalidades e de destruição promovida pelo Governo de Cavaco Silva.

Isso mesmo esteve patente, aliás, nas concentrações efectuadas, acções aproveitadas para exprimir não apenas o descontentamento que alastra nos campos em resultado desta política mas também para denunciar as demagógicas operações de entrega de terras a pequenos agricultores, as desastrosas consequências que já se fazem sentir em consequência da adesão à CEE e, sobretudo, para exigir uma nova política que responda aos graves problemas existentes, satisfaça as aspirações dos trabalhadores e promova o aproveitamento dos nossos recursos e o desenvolvimento da agricultura.



# BASTA!

## Papel insubstituível

Este sentimento e esta vontade, hoje praticamente generalizados entre as populações, decorrem até da convicção de que a Reforma Agrária — com as mudanças que operou em todas as áreas da vida económica e social — constitui uma transformação que já demonstrou deter um papel decisivo e insubstituível no progresso e no futuro do País. Como salienta um documento distribuído profusamente no decorrer da jornada, «com a Reforma Agrária há mais trabalho, mais produção, mais emprego; com a Reforma Agrária há condições de trabalho e de vida melhores e mais dignas».

Natural, então, a incidência colocada na reclamação de que cessem os ataques a esta conquista de Abril e de que seja respeitada a legalidade democrática, exigências que constituem o eixo de uma luta que os trabalhadores admitem endurecer e poder vir a assumir outras formas no quadro do regime democrático — fala-se com insistência numa provável deslocação massiva a Lisboa —, caso persista esta política de desastre e ruína que apenas tem para oferecer, como alternativa, as terras abandonadas ou subaproveitadas e uma crescente dependência do estrangeiro em bens alimentares.

## Defender o pão

Esta disposição, constatámo-la nos breves diálogos estabelecidos com trabalhadores presentes nas concentrações de Montemor-o-Novo e Évora. O que está em causa, como nos afirmaram, é a defesa do pão e do trabalho, a garantia de um presente e de um futuro melhor para si e para os seus.

«A continuar assim onde é que isto vai parar?», desabafava, Valentim José, da UCP «A Luta é de Todos», Mora. Sob uma chuva miudinha que teimou em cair durante toda a manhã,



**Florindo Canha:** «O que mais nos magoa é que esta propriedade estava abandonada há mais de 50 anos, fomos nós que a desbravámos, juntámos as pedras, tirámos o mato, arranjámos as árvores, e, agora, depois de nos ter sido tirada, volta a estar de novo abandonada»



**Valentim José:** «Isto representa uma grande perda para a Cooperativa. Põe em causa cerca de dez postos de trabalho, obriga-nos a deslocar gados e a fazer novos investimentos em instalações»

Valentim percorreu juntamente com os seus camaradas de trabalho, sobre o atrelado de um tractor, muitos quilómetros para juntar o seu protesto ao de muitos outros companheiros que apenas pretendem ver reposta a legalidade nos campos do seu Alentejo e que os deixem trabalhar, investir e produzir em paz.

«Na nossa Cooperativa já chegámos a ter dez mil hectares de terras e a ser 450 trabalhadores — diz-nos não escondendo a sua indignação. Hoje estamos reduzidos a pouco mais de quatro mil hectares e 190 cooperantes dos quais 80 são mulheres que só têm trabalho nalguns meses do ano». Desapossada das suas melhores terras, a «Luta é de Todos» voltou a ser atacada na passada semana. Quatro reservas, num total de mais de 400 hectares, constituíram o bodo com que Álvaro Barreto resolveu brindar o agrário José António Henriques da Silva.

## Illegalidades e corrupção

Um caso exemplar. Depois de há um ano atrás não ter sido autorizada a entrega das referidas reservas requeridas pelo agrário — justamente porque este detinha na sua posse e explorava terra nacionalizadas situa-

das noutra região que ultrapassavam os 122 mil pontos — o Ministério da Agricultura vem agora entregar as quatro herdades, desrespeitando a nova Lei do Processo Administrativo a qual prevê a suspensão do processo sempre que esteja dependente da decisão um recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, como acontecia precisamente neste caso.

Assim o não entendeu o ministro — outra legislação parece reger o seu Ministério — que não só não mandou suspender o processo como ainda decidiu entregar as reservas. Corrupção? Ilegalidade?

A arder, para já, estão os trabalhadores da Cooperativa que têm entre oito a dez postos de trabalho em causa e que se viram espoliados de terras já semeadas de forragens e de estábulos, os quais — segundo nos garantiram — «muita falta fazem», obrigando deste modo a deslocar os animais e a fazer novos investimentos em instalações.

Situação idêntica viveram-na também recentemente os trabalhadores da UCP Agrícola «Flor do Alentejo», S. Miguel de Machede, Évora. Depois de um recurso para o tribunal apresentado há um ano pela Cooperativa na sequência de um pedido de reserva para entrega de cem hectares que compõem a herdade «Zambujal do Amigo», apareceu há três semanas



**Percorridas as ruas da histórica cidade, os manifestantes concentraram-se em frente da Câmara Municipal de Évora, local onde ouviram palavras de apreço por parte da presidente da edilidade que os exortou ao reforço da unidade e ao prosseguimento da luta em defesa da Reforma Agrária**

uma carta que sem apelo nem agravo mandava entregar a dita herdade.

«O que mais nos magoa é que esta propriedade estava abandonada há mais de 50 anos — as palavras são já de Florindo Canha, da direcção da Cooperativa — e fomos nós que a desbravámos completamente, juntámos as pedras, tirámos o mato, arranjámos as árvores, para agora, depois de nos ter sido tirada, voltar de novo a estar abandonada».

## Repor a legalidade

Mais uma a juntar às mais de 500 herdades abandonadas ou subaproveitadas totalizando mais de 250 mil hectares na zona de intervenção da Reforma Agrária? Pela sua parte, os trabalhadores dão sinais de grande inconformismo com a situação, estando difundida a ideia de que mais cedo ou mais tarde a legalidade será reposta. A palavra ainda para Florindo Canha: «Por falta de terra já fomos obrigados a vender cerca de cem vacas leiteiras.

É o nosso pão e a nossa vida que estão em causa. A razão às vezes impaciente-se mas não se cansa. Virá o dia em que neste País a lei será cumprida».

## Gente corajosa

Estamos em Évora. Praça do Giraldo. «Isto até me arreia. O que é que acontece a esta gente se fica sem trabalho». À passagem dos manifestantes, o velho reformado, ao nosso lado, quase silenciosamente, solta o comentário. Na interrogação, um lamento; nas palavras, a dor.

Os manifestantes, em longa fila, compacta, sob chuva, percorrem algumas artérias da histórica cidade. Como direcção, têm a Câmara Municipal. Antes, em brigadas, em tudo quanto era sítio, haviam distribuído à população um documento intitulado «Apelo ao Povo Português».

«Não toquem mais na Reforma Agrária», exige-se. «Foi bem recebido», dizem-nos. Àquela mesma hora, em Montemor, depois de um corte de estrada, eram ocupadas as instalações do MAP.

Noutras localidades, em concentrações e desfiles agrupando gente corajosa e lutadora, exigia-se o fim da ofensiva, uma nova política que sirva os interesses do País, da agricultura, dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores.

Em Évora, local onde a nossa reportagem a essa hora se encontrava, Abílio Fernandes, presidente do Município exortava à unidade e ao prosseguimento da luta, reafirmava apoio e solidariedade. «A razão é justa e forte. Ao cabo de dez anos de ofensiva é tempo de dizer basta!».

Sob uma chuva miudinha, já passava do meio-dia, no Largo da Câmara, terminada a concentração, palavras cadenciadamente gritadas momentos antes, íamos jurar, ainda pareciam pairar no ar: «Queremos trabalho e pão, desemprego não» «Avante com a Reforma Agrária, a terra a quem a trabalha!» ■



**Em Montemor-o-Novo, após uma concentração no decorrer da qual foram distribuídos milhares de documentos, os trabalhadores cortaram o trânsito, seguindo-se uma breve ocupação das instalações do MAP. Boa aceitação, compreensão e solidariedade ficaram a assinalar a reacção dos automobilistas**

# Para que as crianças brinquem em segurança no Bairro Alto

Compatibilizar a festa e a cultura com o sossego, a tranquilidade e a segurança dos seus habitantes, recuperar e revitalizar o rico património histórico e arquitectónico, fixar a população e fornecer-lhe condições de vida dignas, eis, em algumas palavras, os objectivos da Aliança Povo Unido com a apresentação na Câmara Municipal de Lisboa de uma proposta visando a recuperação do Bairro Alto e o estabelecimento urgente de um «Plano Integrado de Reabilitação Urbana e Arquitectónica» para este Bairro. Esta proposta não aparece isolada, segue-se a iniciativas já tomadas no mesmo sentido, para Alfama, Mouraria e Calçada do Castelo, zona que corresponde à Cidade Medieval, iniciativas essas aprovadas pela CML, mas cuja implementação é hoje travada, por responsabilidade das forças que neste momento detêm a presidência da CML.

Tais iniciativas enquadram-se dentro de uma política de «conservação e recuperação integrada» que a APU defende, política que assenta em cinco aspectos essenciais, a saber, «a defesa do ambiente urbano das áreas mais características da cidade, a defesa dos edifícios de carácter documental e histórico, a defesa do sítio e da paisagem, a defesa dos elementos característicos da nossa arquitectura e desenho urbano e, finalmente, a reabilitação do património edificado».

## A descaracterização de uma cidade

Trata-se, em suma, de uma outra forma de ver a cidade, diferente da que defende Kruz Abecasis e os seus seguidores. Com essa, a cidade de Lisboa degrada-se, descaracteriza-se.

Como afirmou Rui Godinho, vereador da APU na CML, durante uma sessão de sensibilização da população para os objectivos desta proposta, realizada na passada sexta-feira na sala do Lisboa Clube Rio de Janeiro, ameaça-nos o espectro de «uma cidade morta, de uma cidade onde não vivem pessoas». É a terciarização que ganha terreno.

«Há mais de trinta anos que a mi-

nha casa não tem obras. Que é que eu faço: dizem que os senhorios são obrigados a fazer obras de oito em oito anos, mas o meu diz que não é nada com dele».

«Connosco passa-se o mesmo. Temos uma rotura num cano que nunca foi arranjada e a casa está cada vez pior.»

Mas não é só o problema das habitações degradadas que aflije os habitantes do Bairro Alto. É também o licenciamento indiscriminado dos bares e discotecas. O Bairro sempre foi um espaço de diversão e continuará por certo a sê-lo. Mas a situação complica-se quando a festa de alguns constitui um autêntico martírio para outros.

«Pobre do amigo que viva, e temos aí casos desses, paredes meias com as discotecas». Só nos últimos tempos, foi afirmado naquela sessão, o número de bares aumentou em quatrocentos.

E que dizer da higiene e limpeza das ruas, dos carros da Câmara que não chegam a muitas ruas do Bairro porque são muito grandes? Que dizer do trânsito e estacionamento de veículos completamente caótico?

Mas de todos os problemas que pesam sobre o Bairro Alto, o menor não será, por certo, o da degradação do rico património histórico e arquitectónico ali existente. Em si mesmo,

este Bairro é um valor a preservar cuidadosamente. Ele foi o primeiro loteamento urbano realizado em Lisboa. A Cidade Medieval expandia-se pela Porta de Santa Catarina (outrora existente junto à Igreja de S. Roque) e espalhou-se, no século de quinhentos, pela antiga Quinta dos Andrades onde é hoje o Bairro Alto. Era Cidade Renascentista, a Cidade do Império que nascia.

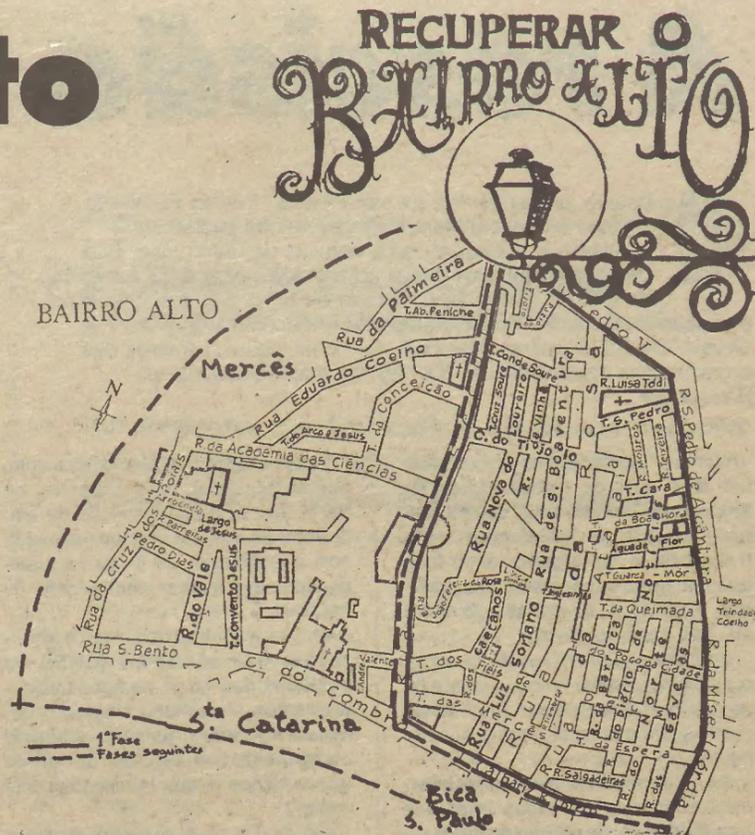
Por aqui passaram nomes importantes da nossa História. Por estas ruas espadeirou Sebastião José de Carvalho e Melo mais os seus «capotes brancos». Para o Bairro Alto trouxe, Almeida Garret, o Conservatório Nacional. Aqui morreu Bocage. Séculos e séculos da memória de um povo, apagando-se e apodrecendo, sob os desmandos e a incuria do presidente da Câmara.

Naturalmente que, por detrás das casas que se degradam dia após dia, o espantinho da especulação espregueira. Hoje, uma empresa de capitais estrangeiros constrói na zona da Rua do Século sobre as ruínas das antigas habitações, empreendimentos de luxo, propagandeados inclusive no estrangeiro.

## Revitalizar o Bairro Alto — tarefa urgente

É, fundamentalmente, com o objectivo de pôr fim a este estado de coisas, que a APU tomou a iniciativa de apresentar este projecto. «Mas não contem connosco para expulsar as pessoas que aqui vivem para a periferia. Queremos recuperar e revitalizar o rico património que é o Bairro Alto, mas em primeiro lugar para que os que cá vivem se sintam bem, para que as crianças brinquem em segurança nas ruas do Bairro Alto». Como se faz isto?

Desde já, diz a APU, é urgente a instalação de um Gabinete Técnico de



Recuperação que adiante desde já os estudos prévios necessários a qualquer intervenção nos moldes acima referidos, reconstituição histórica e levantamento arqueológico, estudo sociológico da população, estudo das funções não residenciais, levantamento das necessidades em infra-estruturas, etc.

É necessário, depois, delimitar rigorosamente uma área crítica de intervenção que a APU considera dever ser a delimitada pelas ruas do Século, Rua D. Pedro V, Rua de S. Pedro de Alcântara, Rua da Misericórdia, Calhariz e Rua do Loreto pela sua homogeneidade histórica e arquitectónica.

Quanto a fundos, existem duas vias. Por um lado o chamado PRID — Programa de Recuperação de Imóveis Degradados — que CML tem desaproveitado de forma irresponsável. Em 1985, dos 350 mil contos atribuídos, a CML apenas gastou cerca de 60 mil contos. Existe, por outro lado, uma linha de crédito aberta na sequência de

um despacho da Secretaria de Estado da Habitação que atribui subsídios a fundo perdido até trinta por cento do custo total das obras, para a recuperação de zonas históricas. Para além disto, uma obra desta importância e com esta envergadura deverá merecer o devido apoio das entidades estatais vocacionadas para além, igualmente, do contributo dos senhorios.

Na opinião dos vereadores da APU, existem condições materiais para levar o projecto por diante. A sua urgência é por demais evidente. Assim haja vontade política das restantes forças políticas representadas na Câmara para que o projecto avance.

Tal como afirmou Rui Godinho, da APU, «quando tomámos esta iniciativa, sabíamos que não iríamos deparar com facilidades. Há forças na Câmara interessadas na degradação da nossa cidade. À luta das populações cabe, por isso, um papel fundamental».

Para que o Bairro Alto reviva, na Lisboa de todos nós. ■

# Tarrafal abriu há 50 anos antifascistas não esquecem

Ontem, quarta-feira, passaram cinquenta anos sobre a abertura do Campo da Morte Lenta do Tarrafal. Nele sucumbiram ou padeceram trezentos dos melhores filhos de Portugal. Trezentos homens cujo único crime foi lutarem abnegadamente pelo povo a que pertencem. Na ilha de Santiago, em Cabo Verde, o campo de concentração é hoje um símbolo da animalidade do fascismo.

É necessário não esquecer o exemplo dos patriotas que aí foram desterrados com o único fíto de vergarem pela morte, depois de nunca terem vergado

em vida. Nem isso os carrascos conseguiram. Os revolucionários não cederam nunca, clientes de que «antes morrer como homens conscientes do que viver como escravos submetidos», tal foi a divisa que adoptaram. E foram muitos os que morreram. Houve também sobreviventes e esses continuaram a sua luta. 50 anos depois, estes mártires foram homenageados.

## Romagem

Um ramo de cravos com os dizeres «aos que no Tarrafal sofreram pela liberdade do povo português»,

ofertado pelo Comité Central do PCP, encontra-se junto do mausoléu onde repousam os restos mortais dos antifascistas que tombaram no Campo da Morte Lenta. Foi assim que o Partido se associou à homenagem prestada aos tarrafalistas mortos organizada pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP).

Na homenagem, que decorreu sábado de manhã no cemitério do Alto de São João em Lisboa, estiveram presentes mais de uma centena de pessoas, numa cerimónia curta e emocionada dirigida por todos quantos sobreviveram ao campo de concentração de Cabo Verde.

Oliver Bárto, em representação da URAP, fez uma breve alocução, na qual frisou que o sacrifício destes combatentes mortos não foi em vão. Afirmou ainda que a melhor maneira de os homenagear é continuar a lutar pela legalidade e pela democracia.

Depois de uma chamada aos que tombaram no Tarrafal, «para que saibam que o seu sacrifício não foi inútil e que o povo pelo qual morreram está firme e determinado em defender as liberdades conquistadas», todos os que se associaram a esta homenagem realizaram um minuto de silêncio, posto o que disse-

ram da sua razão de ali estarem. «25 de Abril Sempre, fascismo nunca mais!»

Amanhã, sexta-feira, realiza-se uma sessão solene na Junta de Freguesia de Alcântara, na Rua dos Lusíadas, em Lisboa. Nesta sessão, além das intervenções, haverá poesia e música. Será ainda projectado um filme sobre o Campo da Morte Lenta.

No mesmo local, está patente ao público desde quarta-feira uma exposição sobre o Tarrafal.

As comemorações dos 50 anos da abertura do campo de concentração são promovidas pela URAP e pela Comissão de Tarrafalistas. ■

■ **Albano Lima**

# O Entrepósito pode manter o seu nível de emprego

## A rescisão é um vexame

**C**oncedem esta entrevista os militantes do Partido Francisco Simões e Pascoal Manuel Zinga. Ambos pertencem à comissão intersindical das empresas do Entrepósito. São delegados sindicais (metalúrgicos de Lisboa) e FS é membro da CT. PZ tem 7 anos de casa e FS 14. São mecânicos de profissão e exercem a sua actividade no Entrepósito Máquinas, nos Olivais. Os trabalhadores falam em seu nome, como membros das organizações representativas (ORTs) das empresas do grupo Entrepósito.

«Avante!» — **Constou-nos, vai para um mês, que os trabalhadores do Entrepósito podiam uma destas manhãs chegar às instalações onde trabalham e vir alguém dizer-lhes que se tinham enganado na porta, que o seu local de trabalho já não é ali. Não será exagero?**

**Francisco Simões** — Posto assim o problema, esperamos que haja exagero. De qualquer modo, não deixaríamos chegar a situação a esse ponto.

**Av** — **Quer dizer que estão informados do que se passa quanto à possibilidade de as instalações do Entrepósito nos Olivais serem vendidas?**

**FS** — É verdade que soubemos por portas travessas. E seriam vendidas a quem não nos poderia garantir trabalho. Ao que se sabe, a iniciativa da compra partiu da Câmara Municipal de Lisboa.

**Pascoal Zinga** — Mas oficialmente, por assim dizer, não sabemos de nada. Isto é, a administração da empresa não foi por aí que começou com a justificação, se é que há justificação, para acabar com postos de trabalho.

**Av** — **Não informou as organizações representativas (ORTs) ou qualquer das suas componentes — sindicatos, delegados sindicais, comissões — sobre qualquer proposta ou projecto no sentido da venda dos terrenos e das instalações. Foi assim?**

**PZ** — Tal qual, e pouco podemos adiantar sobre isso. Não sabemos sequer se a proposta ou projecto de venda partiu da Câmara ou da administração e em que pé está o assunto.

**Av** — **De qualquer maneira esse processo, chamemos-lhe assim, não cheira nada bem.**

**FS** — Nem a nós cheira, com mais



**O Entrepósito emprega 690 trabalhadores. Em 4 anos desapareceram, só nos Olivais e na mesma empresa, 610 postos de trabalho. Chega de despedimentos**

razão para isso, aliás, porque estamos mais perto do sítio sujo.

**Av** — **Não podemos limpá-lo? É uma maneira de dizer.**

**PZ** — Temos feito tudo para salvar os postos de trabalho. Como delegados sindicais, e é esse o meu caso, fazemos tudo para que a desactivação dos postos de trabalho, a preparação para mais despedimentos, não vá por diante.

**Av** — **Quantos são os postos de trabalho a desactivar?**

**FS** — A administração, através dos serviços de pessoal, fez uma lista de trinta e sete nomes, mas o total dos despedimentos pretendidos na unidade Máquinas é, além desses 37, de mais 103. Estes últimos no que chamam «nova fase».

**Av** — **Nova fase?**

**FS** — Sim, na «nova fase» em que esperam obter a autorização para um despedimento colectivo. A autorização do Ministério do Trabalho.

**Av** — **O despedimento colectivo não foi já autorizado? Não se criou até por causa dele uma comissão de luta?**

**PZ** — Criou-se uma comissão de luta, certo; e continua em funções. Tem delegados sindicais, membros da CT e da comissão intersindical; funciona com cinco elementos das três empresas do grupo, porque a ameaça ainda não foi afastada; apesar de 15 dos 37 já se terem desvinculado, aceitando a proposta do grupo.

**Av** — **Pode falar-se de grupo em relação ao Entrepósito?**

**FS** — As três empresas do Entrepósito ou ECA, como também se chama, pertencem à **Finantécnica — Gestão e Participações, SARL**, onde o aspecto financeiro é predominante; basta, de resto, olhar para o nome

para se perceber qual é o seu papel. Hoje, as empresas deste tipo são bem conhecidas dos trabalhadores e das suas organizações. Chamam-se empresas «holding», um nome importado para melhor mascarar actividades para-bancárias ou coisa no género do que na nossa língua também se poderia chamar «cambão».

**Av** — **No sentido do controlo de determinado ramo... Mas sem particularizar muito... «Cambão» tem um sentido muito pejorativo.**

**FS** — E nós operários do Entrepósito, sentimos bem esse sentido pejorativo de que o camarada fala. Esses

promessas para amortecer o choque dos despedimentos com «rescisões por mútuo acordo», reclassificações ou reciclagens ou novas formações profissionais, com fundos da CEE de que nós não vimos cheta, transferências de posto de trabalho sem compensações de qualquer espécie e mais a reforma antecipada de que, até, fazem agora publicidade na televisão. Depois, somos nós, operários, que não queremos trabalhar e outras patacoadas assim, que até se lêem nos jornais. O camarada sabe...

**PZ** — Nós não fazemos queixinhas. O que dizemos — temos que contar o

• **Os trabalhadores não têm necessidade de vender os seus postos de trabalho**



• **O Ministério não pode autorizar despedimentos ilegais**

senhores das «holding» não ficaram satisfeitos com a lei de separação dos sectores; não se cansam de atacar os sectores cooperativo e nacionalizado ou público da economia, mas quando são eles a dominar parte significativa de um sector ou um sector inteiro da economia a primeira coisa que fazem para «rentabilizar» é deitarem fora, na prática, qualquer preocupação social. Nos seus planos a viabilidade das empresas só se faz destruindo postos de trabalho e oferecendo em troca, ao nível do ministro do Trabalho por exemplo, alguns artigos em jornais e

que se passa — é que não paramos com as nossas reivindicações, que são justas e estão apoiadas. Procuramos sempre salvaguardar os postos de trabalho, porque sabemos que são necessários. Não estão a mais. Repare que os nossos companheiros na empresa que foram nas rescisões por mútuo acordo sentem até vergonha, muitos deles, pelo que foram levados a aceitar. Eles lá sabem. Mas a verdade é que os delegados sindicais conscientes do que estão a fazer procuram evitar essas rescisões, que são um engano. Muitos dos que caem ne-



### NOVO NISSAN SUNNY Um clássico elaborado pela mais avançada tecnologia

O que faz com que um automóvel seja considerado um clássico? Uma administração eficiente, um conforto interior de excepção, um equipamento fora de série, umas «performances» ostensivas, um consumo mínimo. Adere o novo Nissan Sunny e verá que tem tudo isto... a mais alta margem.

O novo Nissan Sunny foi idealizado a pensar no condutor europeu. As suas linhas são aerodinâmicas, simples e fortes, o seu conforto é sofisticado, os acabamentos impecáveis, a funcionalidade inimitável.

Ac seu volante senti-se seguro porque tudo no Nissan Sunny foi concebido a pensar na sua segurança. Motor, suspensão, travões, direcção são fruto de peritagem da mais avançada tecnologia Nissan.

O Nissan Sunny é um excelente investimento. A tecnologia Nissan dotou-o de um aço «dura steel» que dá mais resistência que os utilizados até ao presente. A rigidez da sua carroçaria proporciona-lhe uma robustez e estabilidade nunca antes conseguidas e a certeza de boas opções e protecção em qualquer situação. O seu equipamento inclui: motor de arranque automático, múltiplas opções de motor e muitas outras.

É isso que acontece com o novo Nissan Sunny. Veja-o!

Directão ajustável em altura, relógio digital, conta rotações, banco traseiro reclinável separadamente com acesso ao compartimento de bagagens, vidros coloridos, dois retrovisores laterais com comando do exterior, starter automático, iluminação do compartimento de bagagens. E ainda, comando centralizado dos quatro portos, vidros eléctricos com comando individual e centralizado, rádio de busca

automática MWL/WLW com cinco memórias por banda, e péchoules da cor de carroçaria. Continuação a partir dos mais avançados conceitos tecnológicos, montado em sofisticadas técnicas fabricadas segundo padrões ultra exigentes de qualidade, o novo Nissan Sunny é bem o símbolo de um automóvel belo e funcional, que lhe proporcionará todo o prazer de o conduzir.



**NISSAN SUNNY um carro perfeito**

ENTREPOSTO COMERCIAL  
VEÍCULOS E MÁQUINAS, S.A.R.L.  
Praça José Gomes, 10000 Lisboa, 1001 LISBOA COOR.  
CONCESSIONÁRIOS EM TODOS OS PAÍSES

A perfeição tecnológica

NISSAN

Anúncio de página inteira num semanário de Lisboa, no sábado, 25. «A perfeição tecnológica»? Talvez. Mas a assistência? O Entrepósito garante?

las depois puxam pelas orelhas e já não deitam sangue. Além disso é um vexame; são um vexame as indemnizações que oferecem em troca da venda do posto de trabalho. Os trabalhadores do Entrepasto que estão na lista para os despedimentos colectivos devem saber que noutras empresas os «rescindidos» têm obtido muito mais. Mas também não podemos esconder que alguns trocam o seu posto de trabalho até por uma viatura, por facilidades para montarem uma oficina, por promessas de para lá mandarem os clientes das oficinas do Entrepasto. Há de tudo.

**Av — Mas desde quando é que começaram as rescisões chamadas por «mútuo acordo» e quantos é que aceitaram até agora essa modalidade de despedir «sem dor»?**

**PZ —** Sem dor é como quem diz. Nada substitui, quanto a mim, um posto de trabalho seguro numa empresa com trabalhadores organizados e conscientes de que devem defendê-la, defendendo o seu emprego. Os trabalhadores não podem compreender os despedimentos quando não há uma explicação clara, quando os despedimentos são apenas determinados pelo máximo lucro dos patrões.

**Av — O Entrepasto e a Finantécnica (a tal «holding») são empresas privadas?**

**FS —** Totalmente privadas. E parece que privadas também de administradores competentes. Só não serão totalmente desse sector da economia por causa das dívidas à banca ou a instituições parecidas.

**Av — Sabem o total dessas dívidas?**

**FS —** O que sabemos vem num documento que a administração da empresa intitulou «Razões do despedimento colectivo em 30 de Setembro de 1986». Aí se diz preto no branco que «por escritura pública de 19 de Abril de 1985, o capital social da empresa (Entrepasto Máquinas) foi elevado para cem milhões de escudos, sendo o aumento realizado em dinheiro», que o dito Entrepasto Máquinas «assumiu a actividade de importação e venda a grosso e a retalho de máquinas agrícolas e industriais, empilhadores e, também, a actividade e venda e reparação de veículos comerciais»; que hoje a «situação económico-financeira é débil» por quatro razões que o documento resume e entre as quais destacamos: o «acentuado acréscimo das despesas administrativas gerais» e o «acentuado acréscimo dos encargos financeiros, como resultado do aumento do endividamento e do recurso cada vez maior ao crédito bancário».

**PZ —** As CTs, que têm contactos regulares com as administrações, sabem que está a pagar-se de juros 200 mil contos à banca nacional e também se sabe, embora indirectamente, que as instalações dos Olivais, a serem vendidas à Câmara Municipal de Lisboa, dariam uns 800 mil contos. A dívida ao Montepio anda à volta dessa importância. Atingia em Julho findo os 760 mil contos.

**Av — Talvez um bom negócio para a Câmara Municipal?**

**FS —** Talvez para ambas as partes, sem contar com intermediários. A

havê-los, claro; não podemos garantir que os haja.

**Av — Deixamos creio eu pelo caminho algumas pontas soltas. Voltando um pouco atrás: vocês falaram de 3 empresas e de uma «holding». Tudo do mesmo dono? Por outro lado, disseram que tudo tem felto para defender os postos de trabalho. Mas não disseram quantos trabalhadores saíram e porquê. E ainda uma pergunta: quantos trabalhadores teve e tem o Entrepasto, como e porquê a empresa se dividiu e qual é o processo que actualmente está a desenvolver-se com a eliminação de postos de trabalho. Querem responder?**

**FS —** O dono é o mesmo; ou melhor, o grupo pertence à mesma família, a família Dias da Cunha. Que se saiba, nem a banca, nem qualquer outra entidade tem interesses explícitos nas firmas do Entrepasto. É uma empresa SARL.

**PZ —** Quanto aos efectivos, ao pessoal, em Junho findo eram 707 empregados nas três empresas. Hoje serão aí uns 690 no total. A relação entre trabalhadores directos e indirectos (produção e administrativos) é de meio por meio; as mulheres são uns 15 por cento do todo. Os trabalhadores que entretanto saíram — o total andava à volta de 1350 em finais de 1981 — foram na sua maior parte obrigados a isso pela divisão da empresa, a instabilidade criada, a desvinculação mais ou menos obrigatória dos postos de trabalho, a má gestão, o apoio dos governos de direita à política de despedir. As coisas vão neste campo de mal a pior. A empresa subdividiu-se em Entrepasto Máquinas, Entrepasto Comercial e Entrepasto Lisboa, só no que diz respeito às instalações dos Olivais, porque desde início a

ideia era desmantelá-la, esvaziá-la dos postos de trabalho efectivos, os que dependem do contrato, principalmente do CCTV dos metalúrgicos. Os administradores, em 1984, quando foi do desmembramento em 3 empresas, prometeram que não só se manteriam os postos de trabalho existentes na altura como seriam criados outros. No entanto, dois anos e meio depois, dos 1050 trabalhadores, que ainda havia em 1984, trinta e cinco por cento foram à vida, peço desculpa, foram despedidos, ou criaram-lhes condições mais do que suficientes para se auto-despedirem.

**Av — Não terá havido mau trabalho dos sindicatos?**

**FS —** Somos delegados sindicais dos metalúrgicos. Talvez não nos caiba a nós falar do trabalho que desenvolvemos, da sua qualidade quero dizer. Mas apesar de uma lei favorável, que proíbe os despedimentos sem justa causa, a verdade é que a pressão e mesmo as formas repressivas são muito fortes. Procuramos sempre lutar contra elas e conseguimos exercer a nossa actividade nas empresas. No entanto, devemos salientar que em todo o nosso ramo, o ramo automóvel, há por todo o lado fortes despedimentos, a instabilidade é geral.

Os sindicatos defendem o emprego, mas não oferecem emprego. Os trabalhadores, sindicalizados ou não, são aliciados pelos serviços de pessoal para venderem, é o termo, o seu posto de trabalho. Em troca de quê?

**PZ —** Em troca de quê é a pergunta que sempre fazemos. Não há dinheiro que pague um posto de trabalho. Procuramos contactar os trabalhadores com os nomes na lista um a um, para evitar que percam a calma e acabem por fazer maus negócios. É preciso que os nossos companheiros procurem os sindicatos, procurem os delegados sindicais quando têm o posto de trabalho ameaçado. Alguns preferem resolver — ou pensam que resolvem — as coisas indo aos serviços de pessoal logo que recebem a carta de despedimento. É preciso falar com os outros. A CGTP tem serviços, delegados e dirigentes capazes não só de mobilizar para a luta, mas também de defender direitos, garantias e interesses individuais. É nesse sentido que temos trabalhado. Eu pessoal-

• **A comissão de luta conseguiu adiar por duas vezes o despedimento colectivo.**



• **Um caderno reivindicativo assinado em 1981 não permite na empresa os contratos a prazo. Uma reivindicação a manter**

mente tenho a consciência tranquila. Alguns camaradas que aceitaram rescindir o contrato têm vindo falar comigo depois. Estão certos de que cometeram um erro. E há a actuação do Ministério do Trabalho. O que aconteceu recentemente com o requerimento para o subsídio de desemprego é ilegal.

**Av — Ilegal como?**

**FS —** As ORTs do grupo Entrepasto já explicaram porquê. No dia 1 deste mês afirmavam num comunicado que — lê: «O Ministério do Trabalho, utilizando dinheiros públicos, concede às cegas o subsídio de desemprego para 103 trabalhadores do Entrepasto de Máquinas apenas porque a empresa para isso fez um requerimento».

**Av — Isso em linhas gerais. Mas na prática como foi?**

**FS —** Na prática o despedimento colectivo está suspenso. Primeiro foi adiado, em Setembro. Depois até 21 de Novembro próximo. Esperamos que os serviços do Ministério do Trabalho mantenham essa suspensão e acabem por não autorizar qualquer despedimento colectivo, porque a empresa pode perfeitamente manter todos os postos de trabalho que tem e ainda muitos mais. De Janeiro a Setembro deste ano a empresa facturou dois milhões e oitocentos mil contos.

Há trabalho e dinheiro para mais de 700 trabalhadores. Não faltam encomendas. Falta é capacidade comercial para as atender, e faltam até trabalhadores para lhes dar vasão. É preciso recorrer a oficinas de fora. Algumas pertencem a ex-trabalhadores do Entrepasto, precisamente desses que aceitaram a rescisão chamada de mútuo acordo.

**Av — As ORTs protestaram junto do Ministério do Trabalho?**

**PZ —** Contra o despedimento colectivo? Naturalmente que sim; e não só no Ministério do Trabalho. As ORTs têm entrado em contacto, para audiências, com todos os órgãos do poder, para evitar os despedimentos e impedir ilegalidades como a do subsídio de desemprego.

**FS —** Recorde-se que ninguém com representatividades entre os trabalhadores foi ouvido sobre o pedido feito pelo Entrepasto Máquinas ao MT para aplicação do subsídio de desemprego, «equiparado ao desemprego involuntário» de 103 trabalhadores. Mas essa equiparação foi deferida por despacho do ministro do Trabalho de 12 de Maio findo.

**Av — Assim a empresa não só despede sem justa causa como recebe um «prémio» por isso.**

**PZ —** Pois é com dinheiros do Estado que a empresa quer continuar a despedir, sem nenhuma razão prática para o fazer. Por essa e outras razões é que vamos continuar a nossa acção sindical na comissão de luta e nas ORTs para manter pelo menos o nível actual do emprego no Entrepasto Máquinas e evitar que o resto da empresa se desagregue completamente. O mercado está cada vez melhor. As viaturas Nissan, por exemplo, ainda não estão cá e já estão vendidas. Há até casos de devolução de dinheiro a compradores, porque os carros não chegam a tempo. No que respeita a reparações, sobressalentes, equipamentos, tractores, por exemplo, tudo o que vem sai. Não há dificuldades. Só aparecem dificuldades falsas para despedir sem razão e para contratar a prazo o que não sucede, por enquanto, visto que em 1981 conseguimos um caderno reivindicativo onde essa forma de trabalho precário foi evitada. Há razões fortes, apoiadas no movimento sindical unitário e nas forças democráticas, para vencer no Entrepasto, parando com os despedimentos e evitando possíveis — mas falsas — situações de falência. Convém lembrar, por último, que já em 1981 se falava na necessidade de acabar com 300 postos de trabalho. Ora esses e outros mais já desapareceram. Não pode haver mais despedimentos no Entrepasto. Chegam e sobram os que já houve. ■

Francisco Simões

«A desvinculação significa perda completa do posto de trabalho. No entanto, a empresa oferece depois serviço aos rescindidos dentro do próprio Entrepasto. Quando abordados para a rescisão, os trabalhadores devem contactar com os delegados sindicais ou com o seu sindicato»

Pascoal Zinga

«Há empresas com menos gábarito que oferecem 3, 4 e 5 mil contos pela rescisão com sete anos de casa. No Entrepasto não vão além de mil. Houve quem se desvinculasse por medo e atrapalhação»



# Assembleias do PCP para preparar o futuro

## A VEIRO

■ Ana Patrício

**E**stamos em Aveiro, terra de históricas tradições democráticas, de acção, luta e resistência contra o fascismo. Na bela cidade da Ria, como temos vindo a divulgar, vai realizar-se no próximo dia 8 (um sábado) a 1.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP. E é para nos falar dessa iniciativa e do trabalho político dos comunistas nestes 19 concelhos que contactámos o camarada Vidal Pinto, suplente da Comissão Política do CC, membro da Direcção Regional da Beira Litoral (DORBL) e responsável do Partido no distrito.

### A primeira questão: o que vai ser a 1.ª Assembleia da Organização Distrital?

«Como refere o documento-base em debate nas organizações, a 1.ª Assembleia realiza-se porque, apesar das deficiências e das dificuldades, o Partido cresceu e alargou a sua influência e prestígio no distrito. Nas actuais condições, são necessárias medidas de consolidação dos avanços verificados e, naturalmente, novas perspectivas para este crescimento.

«Quanto ao que vai ser a Assembleia, ela não se esgotará na análise e elaboração de propostas para o trabalho do Partido no distrito. Na Assembleia terá também lugar a caracterização da situação económica e cultural do distrito e serão definidas propostas para a contribuição do Partido no desenvolvimento da região».

**O trabalho preparatório da Assembleia tem movimentado as organizações, estando planificadas mais de 170 iniciativas (reuniões e plenários), grande parte já realizadas com boa participação dos militantes, segundo nos informa Vidal Pinto, que acrescenta:**

«Debata-se o Projecto de Resolução Política e elegem-se os delegados num ambiente de trabalho confiante que, só por si, já está dando frutos, dado o interesse que tem despertado nos quadros e os contributos individuais e colectivos que se estão recolhendo nas reuniões. Neste momento atingimos já mais de 450 propostas de emenda ou adenda ao Projecto de Resolução Política. Se mais não ganhássemos com a realização da Assembleia, só por todo este trabalho preparatório, e debate aberto, já teria valido a pena e rendido muito, neste esforço do reforço do Partido. Contudo, estou convencido que no tempo que nos separa da realização da Assembleia, ainda progrediremos muito. São militantes contactados individualmente, cartões entregues, quotas recebidas, recrutamentos feitos, estrutura ampliada, apreciação colectiva do trabalho partidário com perspectivas sólidas de evolução. E é, claro está, a elaboração de uma proposta do PCP para uma política democrática alternativa para o distrito.»

**Retomamos o diálogo, passando a outro tema:**

«Os fundos e a política financeira constituem grande preocupação. Temos boas contas, a evolução é grande, basta referir que em 1981 a receita média militante atingida, era de 786\$90 e em 1985 atingiu 1089\$70/ano. Só que se mantém negativa a taxa de cobertura das despesas pelas receitas. Há confiança, temos condições, mesmo o trabalho em torno da Assembleia vem demonstrando as possibilidades existentes de ultrapassar as dificuldades. São aspectos importantes do nosso trabalho, para o qual, estou certo disso, a Assembleia irá dar resposta.»

**E, claro está, tínhamos que pôr esta questão: E a imprensa do Partido? Como é recebida no distrito?**

«É reconhecida pela generalidade dos quadros a grande importância e o lugar de destaque que, nomeadamente o «Avante!» e «O Militante», ocupam no trabalho de informação e de propaganda. Intervém no esclarecimento e na formação ideológica de forma indispensável. É também indiscutível a melhoria da apresentação, grafismo e conteúdo do «Avante!»

«Reconhecemos, contudo, que a sua difusão e venda não tem acompanhado esta apreciação. Temos ideia que esta é uma das tarefas a agarrar com muita força, e penso que conseguiremos. Temos confiança que também nesta matéria a Assembleia irá dar especial contributo.»

**Segundo o documento-base, o Partido tem crescido regularmente**

que exigem atenção simultânea, o que nem sempre é fácil.

«Contudo, é opinião da Comissão Distrital ter sido positiva a resposta dada aos problemas políticos que se nos têm colocado no distrito, embora também reconhecamos que se não devem esquecer as deficiências no plano dos efectivos, sobre os quais poderemos conversar mais detalhadamente, no plano da estrutura, que continua insuficiente, relativamente às necessidades e às possibilidades reais do momento. Basta dizer que existem 38,8% dos camaradas considerados organizados que não estão integrados em organismos. Mesmo alguns organismos existentes são débeis, sejam Comissões Concelhias, de Freguesia, ou células de empresa.»

**E acrescenta:**

«O trabalho de direcção tem vindo a evoluir e a reforçar-se. Dele se faz, no Projecto de Resolução Política, uma apreciação global positiva, garantindo iniciativa e a aplicação ao distrito (por vezes de forma criadora), das orientações centrais e regionais, e caracterizando acertadamente a situação política, não esquecendo, como de resto o documento em discussão também refere, as lacunas que, sendo ainda grandes, exigem superação urgente.»

**Assim remetidos para o documento, verificamos ser de facto inegável a profunda implantação operária na composição da Organização Distrital de Aveiro do PCP, como também é evidente o peso reduzido dos agricultores nas organizações do Partido: 64,7% de operários; 1% de agricultores; 16,7% de empregados; 5,1% de intelectuais e quadros técnicos e 12,2% diversos.**

no distrito. Conta actualmente o quádruplo dos militantes registados nos finais de 1974 e mais do dobro dos registados no fim de 1977. Este crescimento tem-se dado em todos os concelhos do distrito?

«De facto o crescimento do Partido é uma realidade no distrito embora haja ainda muitas debilidades a vencer» — responde-nos Vidal Pinto, que acrescenta:

«É reconhecida a necessidade de intensificar o recrutamento de novos efectivos, dado que tal tarefa, altamente subestimada, de forma alguma tem correspondido às potencialidades amplamente reconhecidas, e de resto confirmadas sempre que se lança uma campanha específica de recrutamento. A própria realização da Assembleia envolve uma Campanha de Recrutamento, constatando-se pelos últimos dados recolhidos, que foram já ultrapassados os 40% dos objectivos dessa campanha-relâmpago, definidos até à Assembleia, o que nos põe em condições de poder afirmar já, que o número de inscritos no Partido no decorrer deste ano é superior ao do ano transacto.

Contudo, e respondendo agora mais concretamente à tua pergunta, embora exista organização em todos os concelhos, e se verifique crescimento em todos eles, a implantação do Partido é bastante desigual no distrito, sendo cada vez maior nos grandes centros urbanos industrializados, existindo alguns concelhos com uma evolução muito lenta.

«Isto pode ser confirmado pela estrutura da organização que consta do nosso documento-base», conclui Vidal Pinto.

«São exemplos vivos da degradação das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, as dezenas de milhares de desempregados (24 374 estavam inscritos no Centro de Emprego do distrito, número que, como se sabe, peca por defeito), e os milhares de trabalhadores com salários em atraso (cerca de 3500, envolvendo 34 empresas com dívidas superiores a meio milhão de contos).

«Por outro lado intensifica-se ferozmente a exploração, impondo aos trabalhadores ritmos de trabalho insupor-

Quando ao nível etário, a organização é constituída por: 2,6% membros com menos de 20 anos; 36,7% membros com idades entre os 20 e 30 anos; 46,9% entre os 30 e os 50 anos; 13,7% com mais de 50 anos. **A percentagem de mulheres inscritas no Partido é bastante baixa (16,3%), atendendo ao peso das mulheres na população (51,7%). Refira-se, entretanto, que o PCP dispõe no distrito de 10 Centros de Trabalho.**

«A situação que se vive no distrito é grave, e exige uma alternativa que tenha em vista a real satisfação das inúmeras carências e a melhoria das condições de vida da população» — afirma Vidal Pinto, que continua: «A política de recuperação capitalista tem tido como reflexo a intensificação da exploração dos trabalhadores, a degradação dos interesses e direitos dos pequenos e médios agricultores e de outras camadas não monopolistas.

«Foi esta política que restituiu ao patronato sabotador dezenas de empresas, muitas delas salvas da falência pelos trabalhadores e foram devolvidas às unidades intervencionadas (Molaflex, Handy, Papéis Vouga, João Nunes Rocha, João Maria Vilarinho, Rabor, Martins e Rebelo).

«É esta política, que hoje conduz a que muitas empresas descapitalizadas, sem crédito bancário ou outro qualquer estímulo, em muitos casos vítimas também da concentração capitalista, vivam situações de grande instabilidade, colocando em perigo milhares de postos de trabalho.

«São exemplos vivos da degradação das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, as dezenas de milhares de desempregados (24 374 estavam inscritos no Centro de Emprego do distrito, número que, como se sabe, peca por defeito), e os milhares de trabalhadores com salários em atraso (cerca de 3500, envolvendo 34 empresas com dívidas superiores a meio milhão de contos).

«Por outro lado intensifica-se ferozmente a exploração, impondo aos trabalhadores ritmos de trabalho insupor-



Vidal Pinto, suplente da Comissão Política do CC, responsável do Partido no distrito de Aveiro, fala ao Avante! sobre a Assembleia do próximo dia 8

táveis (caso da Renault, Rodhe e ECCO), e verifica-se simultaneamente um aumento da repressão, que adquire em muitos casos carácter violento, para além da instalação de circuitos internos de TV e outros meios intimidatórios. Proíbem-se plenários e propaganda sindical nas empresas, praticam-se salários e prémios selectivos.

«Também na agricultura, as potencialidades do distrito têm vindo a ser adiadas pela política de degradação dos governos de direita. O leite, uma das produções mais importantes do distrito, tem preços ao produtor cada vez menos compensadores, beneficiando-se os intermediários em prejuízo do movimento associativo. E com a adesão à CEE, serão aniquilados grande número de produtores.

Também na produção de carne, vinho, milho e batata, onde o distrito tem lugar destacado, se fazem sentir os efeitos da política agrícola seguida a partir de 1976 e que conduz os pequenos e médios agricultores à ruína, com a subida dos preços dos factores de produção e com as dificuldades de escoamento dos produtos a preços compensatórios.»

**E a Assembleia vai apresentar soluções para tal situação?**

«Sem dúvida. Pelos seus recursos naturais, pela sua localização e fácil ligação ao resto do País e ao estrangeiro (porto de mar e via rápida Aveiro-Viseu, em construção), o nosso distrito, considerado frequentemente como o 3.º na produção industrial nacional, tem condições para promover potencialidades e caminhar para o desenvolvimento industrial equilibrado de toda a região.

«E se atentares no nosso Projecto de Resolução Política, poderás ver que o Partido apresenta propostas concretas, que apontam para o relacionamento da Indústria Naval, propõe medidas de modernização e reorganização para o Sector Automóvel, o Sector de Duas Rodas, para o Sector Têxtil, e do Calçado, da Transformação da Cortiça; aponta soluções para a defesa do Sector de Cerâmica (barro vermelho) e enumera várias medidas para reestruturação da Indústria Cerâmica de Porcelana e Faiança.

«Também para a agricultura o nosso documento-base apresenta propostas que conduzirão ao aproveitamento das grandes potencialidades do distrito.

«E quanto às Pescas, se as soluções e medidas apontadas pelo nosso Projecto fossem levadas a cabo, estaríamos perante um relançamento do sector.

«Como vês, é com esperança na possibilidade desse desenvolvimento regional, que avançamos para a nossa Assembleia» — acrescenta Vidal Pinto, embora reconhecendo à partida que tais esperanças estão gravemente comprometidas, «quer pela insuficiência na democratização de muitas autarquias do distrito, quer pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais, quer ainda pela política centralizadora e incompetente dos governos de direita.» ■

## COIMBRA

■ José Paulo Oliveira

**C**orrespondendo a uma «crescente evolução da organização do Partido no distrito», e culminando uma intensa actividade preparatória com reflexo em todos os concelhos e sectores, os comunistas de Coimbra marcaram para o próximo dia 9 (um domingo) a 1.ª Assembleia da sua Organização Distrital, que decorrerá sob o lema «reforçar o PCP, por Abril, pelo progresso do distrito».

A realização da iniciativa (ver também nesta edição *Semana*/págs. 6/7) esteve no centro do vivo debate que reuniu há dias em Coimbra a reportagem do «Avante!» com os seguintes camaradas da Comissão Distrital do Partido: Vasco Paiva, membro do Comité Central e da Direcção Regional da Beira Litoral (DORBL), responsável do Partido no distrito; Jorge Monteiro e Hermínio Martins, ambos da DORBL; Jorge Raposo e Alfredo Campos.

Abordando os variados aspectos da acção do Partido e dos seus 4777 militantes no distrito (sem contar com o Sector Intelectual, que agrupa cerca de 400 camaradas: professores, médi-

alargamento da CD. «Fazer uma Distrital diferente, com os quadros mais destacados dos concelhos e das frentes de trabalho» é o objectivo que resalta. Mas, como diriam os camaradas que reuniram com o «Avante!», a elaboração da lista, a selecção de nomes não é tarefa fácil. «A nova CD pode ser infinita»...

### Documento da Assembleia chegou a todo o distrito

Falar do trabalho preparatório da Assembleia implica desde já ter em



Os estudantes, a Universidade e o fado fazem parte da cidade de Coimbra. Mas Coimbra — cidade, concelho, distrito — não é só isso. Das outras realidades nem sempre se fala, como a luta da classe operária, dos trabalhadores e das populações, a vida política, económica e social, a acção do Poder Local, as aspirações populares, as injustiças, a situação da juventude, dos reformados, dos agricultores, etc.

rências e das suas potencialidades e em que se apresentaram e definiram propostas para o seu desenvolvimento».

Além do debate em torno do documento (3 mil exemplares, com distribuição em todos os concelhos do distrito de Coimbra) e da eleição dos delegados (as duas questões têm merecido grande rigor e profundidade), a preparação da Assembleia tem proporcionado e dinamizado uma intensa campanha de contactos e de reforço organizativo do Partido (pagamento e actualização de quotas, entrega de cartões, etc.). «Trabalha-se para que a Assembleia seja um reflexo da ligação do Partido às realidades, aos problemas e aspirações do povo do distrito de Coimbra. No pavilhão da Palmeira, no dia 9, veremos uma organização distrital a debater e a interpretar as dificuldades que os comunistas encontram na sua acção diária e também o modo de as ultrapassar», afirmam os camaradas da C. Distrital, que nos referiram ainda o esforço de divulgação e propagação da Assembleia, já a partir desta semana.

Saliando a atenção especial da organização pelas células de empresa no âmbito da actividade preparatória da Assembleia, os camaradas que falaram ao nosso jornal revelam que nesta altura há mais reuniões do Partido que durante o ano inteiro, apontando de seguida alguns exemplos que simbolizam o empenhamento do colectivo distrital na sua Assembleia. Um desses exemplos vem de Condeixa, onde um camarada dedicou parte das suas férias para contactar militantes, preparar uma excursão para dia 9 e trabalhar, noutros aspectos, para a Assembleia. Outro caso, leva-nos à Louçã. Ali, há um camarada que cedeu a carinhosa para trazer participantes na Assembleia. ■

- A actual Comissão Distrital de Coimbra do PCP é constituída por 15 elementos, 8 dos quais fazem parte do seu Secretariado.
- Em 4 dos 17 concelhos que compõem o distrito, não existem ainda Comissões Concelhias do PCP (Pampilhosa da Serra, Góis, Penela e Mira).
- Além da C. Distrital e das Concelhias, funcionam os Organismos de Direcção de zona. O do Baixo Mondego agrupa 7 concelhos (Condeixa, Soure, Montemor-o-Novo, Cantanhede, Figueira da Foz, Mira e Penela). O da zona da Serra inclui 9 concelhos: Oliveira do Hospital, Pampilhosa, Tábua, Arganil, Góis, Miranda do Corvo, Lousã, Penacova e V. Nova de Poiares.
- O PCP dispõe actualmente de 13 Centros de Trabalho (4 são propriedade do Partido) em 9 concelhos do distrito. A «rebanhar pelas costuras» está o CT de Coimbra, no coração da cidade, onde funciona a Direcção Regional da Beira Litoral (DORBL), a C. Distrital, a Concelhia local, o Sector Intelectual e um variado conjunto de serviços de apoio. Uma das prioridades da organização distrital quanto a novos CTs é, sem dúvida, Penacova. Recentemente, chegou ao Partido uma carta referindo a oferta de uma casa na Tocha, concelho de Cantanhede, na zona da Gândara. Em curso estão campanhas para os CTs de Montemor e Cantanhede (assaltado e incendiado em 1975 nunca mais abriu).

- A maior implantação do Partido localizou-se nos concelhos de Coimbra e da Figueira da Foz.
- Uma campanha de recrutamento e outra de difusão do «Avante!», ambas em 1987, serão temas em análise na Assembleia Distrital.

- As últimas eleições para as Autarquias Locais representaram um passo importante no distrito. A APU, que tinha a presidência em duas Juntas de Freguesia passou a tê-la em sete, duas das quais com maioria absoluta. Tinha dois vereadores eleitos e passou a ter cinco. Tem 22 eleitos directos nas Assembleias Municipais e 133 eleitos nas Assembleias de Freguesia. São de realçar os grandes aumentos de votação da APU em Arzila (de 45,2% para 69,6%), Vila Verde (de 32,6% para 45,7%) e Torres do Mondego (de 31,7% para 45,5%). Em algumas freguesias a APU ficou a escassos votos da vitória (S. João do Campo, Cernache, Figueiró do Campo, entre outras), o que prova a existência potencial de condições para aumentar o número de Juntas de Freguesia com presidência APU. A decisão da Comissão Distrital de Coimbra do PCP (tomada em 1982 e mantida em 1985) de apresentar listas concorrentes a todos os órgãos do distrito revela-se justa e contribui em muito para o aumento da influência da APU. ■



O Centro de Trabalho do PCP na cidade de Aveiro. No conjunto do distrito estão em funcionamento normal 10 CTs, três dos quais são propriedade do Partido. «Abrir novos CTs onde tal se justifique» é uma das preocupações da organização, como consta do projecto de resolução política em debate nas organizações

# Novo regime de crédito à habitação:

## Mais um doce aos construtores

**M**uita poeira fez o Governo levantar a pretexto do novo regime da concessão de crédito à aquisição de casa própria! Era ver alguns jornais do dia 24 de Setembro, após a conferência de imprensa dos ministros das Finanças e das Obras Públicas, com letras gordas que anunciavam quase

que «uma casa para cada português!»

Lá diz quem sabe: gato escaldado até de água fria tem medo. As letras gordas não costumam meter medo, mas estamos tão escaldados com a forma como certos jornais e o Governo usam e abusam dessa e de outras formas de propaganda!...

Pois! Toda essa poeira deixou no ar, sobretudo para quem tem visto adiada uma vez e outra a resolução do seu problema habitacional, uma interrogação: afinal como é?

Foi esta interrogação que colocámos ao camarada **Amaral Gomes**, economista por formação e conhecedor a fundo destas questões. É do seu depoimento que aqui damos conta.

### Preços mais elevados do que seria normal

— Quanto a mim, um objectivo que sempre tem estado por trás deste regime de crédito à aquisição de casa própria, desde o seu surgimento em 1976 e com todas as modificações que tem tido, é manter o mercado de habitação a preços superiores àqueles que resultariam das leis da oferta e da procura se não houvesse apoio estatal.

Vamos lá ver se me faço compreender.

A procura em Portugal, dados os rendimentos baixos da população, é uma procura limitada em termos reais, mas é potencialmente elevada; há grandes necessidades de habitação, só que isso não se manifesta em mercado devido a dificuldades económicas de muitos dos potenciais compradores.

O apoio estatal corresponde a uma comparticipação nos encargos que famílias com problemas de habitação e com aspirações a vê-los resolvidos terão na compra de habitação.

Desde 1976 que as taxas de juro vêm aumentando, praticamente até ao ano passado, e quanto maiores foram as taxas de juro, maior, ou mais notado, se tornou esse apoio estatal, que se traduzia quase sempre em bonificações: o Estado chamava a si parte dos juros que deviam ser pagos pela procura.

Interessava que um regime deste género possibilitasse o aparecimento de habitação no mercado de forma acessível. Interessava também que o construtor, mesmo dentro do próprio sistema capitalista, procurasse ter menores custos.

### O ciclo das portarias...

O Estado, tendo isto em conta, decidiu inicialmente só subsidiar a compra de habitações que tivessem um determinado custo por metro quadrado, definindo também um limite para o valor global dessa habitação.

Sempre que sai uma portaria, as pessoas vão verificar se as condições em que é concedido o empréstimo correspondem ou não ao seu rendimento. O resultado é, em mercado, o aumento da procura.

O vendedor vê a procura aumentar

e, tendencialmente, aumenta o preço. Ora, ao aumentar o preço, vai fazer com que se esgotem as possibilidades abertas por uma determinada portaria: as pessoas fazem as contas e vêem que já não podem suportar os encargos do empréstimo que seria necessário para adquirirem habitação própria.

O que é que acontece? A partir daqui, assiste-se a pressões dos construtores para que saia uma nova portaria que possibilite outra vez um alargamento, abrangendo mais pessoas, quer pela idade, quer pelos rendimentos. Então cria-se um novo ciclo.

### ... e os efeitos que o dito tem

Isto vem acontecendo desde 1976. Com modificações maiores ou menores, este sistema vem provocando um aumento fictício dos preços das habitações — fictício porque é um aumento, em percentagem, superior à subida do custo dos factores de produção.

Em 1983 desapareceu o custo por metro quadrado como parâmetro para a concessão de crédito bonificado, substituído nessa altura pelo valor glo-

**O novo regime vai, nos primeiros momentos, dar uma ilusão de maior facilidade, mas é mera ilusão, uma vez que os preços da habitação vão subir, diluindo-se logo de seguida as vantagens eventuais que esse sistema possa vir a implantar.**

bal da habitação. Mas não havia nada que dissesse qual devia ser a área da casa.

Aqui o construtor/promotor começou a diminuir a área das construções, por ser esta a forma mais fácil de, aumentando os lucros, ter como potenciais compradores aqueles a quem o crédito bonificado possibilitava a aquisição de casa própria.

### O crédito e os jovens

Entretanto, no ano passado foram postas em prática determinadas medidas para os jovens, que foram muito publicitadas e que possibilitavam, por um lado, que o Banco concedesse

## que não mata a fome de casas



Mais de 60% das casas existentes (em 1985) foram construídas antes de 1945; em cada 100 habitações, 47 não têm água canalizada, 55 não têm luz eléctrica e 35 não têm casa de banho.

crédito ao jovem para pagamento do sinal e, logo a seguir, o restante, ou seja, a habitação era financiada a 100%. Como o Banco, devido à margem de garantia da hipoteca, nunca empresta 100% do valor da casa, exigia uma fiança.

Com taxas de juro elevadas como actualmente, a única forma de liquida-

nessa altura. Isto eram facilidades, comparando com a situação dos não jovens, o que não quer dizer que, em termos reais, abrisse perspectivas em pleno para os jovens resolverem o seu problema habitacional.

### Que há agora de novo?

Os 4150 contos, que eram o valor máximo da habitação para poder ter a maior bonificação por parte do Estado, passam a 4200 contos e define-se que este será o valor de uma habitação para duas pessoas no concelho de Lisboa. Este é o ponto de partida, e definem-se depois os valores para os outros agregados familiares e as outras zonas do país.

Foi mais ou menos assim que surgiu a portaria publicada no início de Outubro.

Fica-se com a ideia, quando se olha para os quadros que surgiram nos jornais, que as famílias mais numerosas são beneficiadas por se estender o valor da habitação a valores maiores que os anteriores 4150 contos.

Mas a grande diferença está no volume de dinheiro que é necessário pedir emprestado, o qual vai aumentar devido ao aumento do preço das habitações. Quer isto dizer que as casas vão ser mais caras e as pessoas vão ter que pedir mais dinheiro.

Bom, mas se aumenta o valor má-

ximo das habitações a que pode ser concedido crédito bonificado, as famílias com três, quatro ou cinco pessoas vão também procurar habitações que não ultrapassem esse limite.

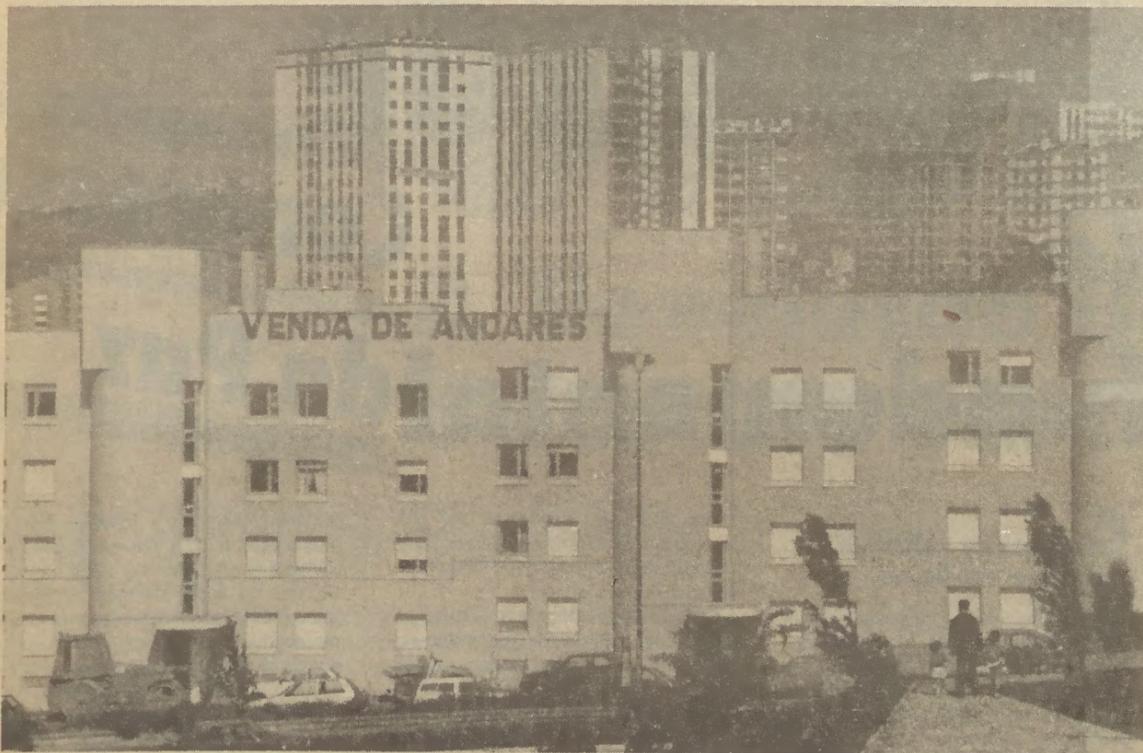
Para já, vai surgir daqui uma tendência para engrossar ficticiamente as famílias. Mas não é por aí que vai o gato às filhoses. É muito mais grave não estar perspectivado na lei o crescimento natural da família.

O pior é que isto vai provocar uma tendência para que os construtores, os promotores ou os vendedores aumentem o preço da habitação que têm para vender, independentemente do número de pessoas a que dado tipo de habitação se adequaria.

E se até aqui uma casa com 85 m<sup>2</sup> custava, suponhamos, 4150 contos em Loures, agora, para uma família com quatro ou cinco pessoas, a casa pode passar para 4804 contos ou para 5174 contos (os limites para a bonificação), mantendo-se fisicamente a mesma casa.

Assim, vai acontecer que as famílias numerosas, por contingências de mercado, não vão poder comprar casas adequadas à sua dimensão e vão ter que meter-se em casas mais pequenas que aquelas a que deveriam, por princípio, ter direito.

Reforça-se assim a ideia de que isto é um mero apoio à venda de habitações por parte dos construtores imobiliários e não um apoio em termos consistentes à resolução do problema habitacional que atinge muitas famílias portuguesas. ■



Em 1974 construíram-se 2000 fogos de renda económica; em 1975 - 21 000; em 1976 - 15 000; em 1977 - 10 000; em 1979 - nenhum. Do fim de 1979 até Outubro de 1980 foram adjudicados cerca de 14 800 fogos de renda económica. A partir daquela data os vários governos acabaram com a construção de casas de renda económica: em 1984 não foram lançados nenhuns novos fogos.

## A via para vencer a crise da habitação

Na Conferência Nacional do PCP «A via para vencer a crise» realizada a 30 e 31 de Março de 1985, falou-se da crise da habitação e de formas de a ultrapassar. Parece-nos justo recordar aqui algumas das ideias expressas na Conferência, visto que o problema continua actual e elas permitem alargar o campo de análise deste tema.

«A estrutura empresarial do sector da Construção Civil e Obras Públicas, com as suas 25 500 empresas, é extremamente dispersa em unidades artesanais: 85% das empresas de construção tinham em 1982, menos de 9 trabalhadores; 2,6% das empresas realizaram então 62% da produção e empregavam 51% da mão-de-obra do sector».

cóndenando essa mesma intervenção nas alturas em que o mercado respondia e lhes proporcionava os lucros desejados.»

(...)  
«O sempre reduzido poder do Fundo de Fomento da Habitação — recordemos que nunca ultrapassou os 15% da promoção global de habitação — e a capacidade de expropriação de terrenos que ainda detinha foram contudo alvo de ataques, iniciados em 1979, por certos sectores da construção civil e promoção imobiliária, que terminaram com a extinção daquele organismo no primeiro semestre de 1982.

Em Outubro de 1979, data em que é realizada uma célebre conferência de imprensa onde é publicitado o ata-

Os feitos provocados pelo ano de 1980, no que respeita ao número de portarias publicadas, repercutiram-se no ano de 1981. O número de contratos de empréstimo passou de 37 647 para 48 821, tendo um crescimento de 30%. Mas o valor destes contratos passou de 27,6 milhões de contos para 47,8 milhões, crescendo portanto 73%. Se observarmos que os índices de preços (materiais e mão-de-obra) na construção civil nunca ultrapassaram os 25%, podemos ver o que se passou no mercado de habitação nesses anos».

(...)  
«A solução do problema da habitação passa por levar à prática:

- criação de um plano nacional de habitação que tenha em conta a promoção, por parte do sector público, de grande parte do mercado da construção e habitação e privilegie a produção cooperativa;

- adopção de uma categoria tipo de habitação, definida por limites de áreas, tipos de acabamentos e características, com incorporação do maior número de materiais, elementos e componentes nacionais;

**Se até aqui o jovem solteiro tinha uma limitação de rendimento de 800 contos para ficar incluído na classe mais bonificada, o jovem solteiro hoje tem uma limitação de 492 contos; por outro lado, diminui sensivelmente o valor máximo da habitação que ele ou um casal sem filhos podem comprar com crédito bonificado.**

**Os construtores civis queixam-se ainda hoje de que têm muitos fogos para vender. Essas posições que têm vindo a público são uma forma de pressionar os organismos governamentais para o surgimento de condições que favoreçam no mercado o aumento da procura de habitação.**

(...) «mais de metade da mão-de-obra é não-qualificada (...), a produtividade permanece uma das mais baixas dos países europeus, o que justifica, em grande parte, os elevados custos de construção, apesar dos mais baixos salários médios europeus» (...).

«O Estado nunca foi construtor, simplesmente promotor, e, muitas das vezes, com o objectivo de apoiar as próprias empresas de construção. O construtor, várias vezes também transformado em promotor, procurou sempre entender e influenciar esta actuação da Administração Pública de uma forma conjuntural, apoiando a promoção pública em épocas de dificuldades para o sector e criticando e

que, estava-se já em plena fase ascendente na especulação imobiliária. Os fogos do mercado esgotavam-se com base numa procura sustentada em subsídios (bonificações) que se renovavam por cada portaria que publicava as novas condições para o crédito bonificado.

Uma vez esgotado o efeito de uma dada portaria, eram feitas pressões no Terreiro do Paço para ser publicada nova portaria, o que, uma vez executado, elevava novamente os fogos em 200 ou 300 contos. De portaria em portaria se abriam expectativas aos especuladores e, de uma forma encoberta, se estava a preparar a morte do sistema.

## Resultados de uma pesquisa...

Imagine o leitor, que é eu. Talvez até seja, quem sabe? Adiante confirmará.

Eu preciso de casa. Eu comecei há pouco tempo a trabalhar, aqui ou numa cidade do género, sou jovem, vivo alguns com familiares ou num quarto alugado por metade do ordenado mínimo nacional e, por aquilo que os jornais e os amigos me dizem, tenho todas as condições para recorrer ao crédito bonificado para compra de habitação própria.

Para ter crédito há que, primeiro, escolher a casa. Eu enveredo pela via que parece ser a mais fácil: ver os anúncios que vêm nos jornais.

Não, para jornais e para telefonemas o banco não dá crédito, não senhor! Se quer a coisa facilitada, então dirija-se a uma agência de compra e venda de andares. Mais caro? Claro, mas você tem tudo facilitado.

Sim, é este o número. Exactamente, 2 assoalhadas, 2800 contos, Queluz. Pode vir cá ver. Tem este roupeiro, mais isto, e mais ainda aquilo. As agências acham caro, já contactámos com duas, dizem que vão ter que pedir 3000 contos...

Boa tarde! Dia de descanso? Só para os outros, para mim o fim-de-semana é quando se trabalha mais. Então, o senhor queria ver esse de uma assoalhada. É um preço tentador, lá isso é. Ora vamos ver as condições do crédito. Qual é o seu ordenado? E há quanto tempo desconta para a Caixa? Não, assim não pode ser! É preciso estar a descontar há pelo menos seis meses. Fiador? Pois, mas é se tiver um ordenado certo e um emprego permanente.

Nesta altura, eu tenho que voltar ao princípio: ouvir os amigos e os entendidos, até esclarecer estas confusões de créditos e facilidades que, segundo se diz para aí em conferências de imprensa e noutros sítios de muito respeito, tornaram a aquisição de casa própria por jovens uma coisa quase tão fácil como, no fim de contas, arranjar um emprego certo por, pelo menos, seis meses.

■ DM

- definição de uma lei de solos, por forma a não permitir a especulação imobiliária;

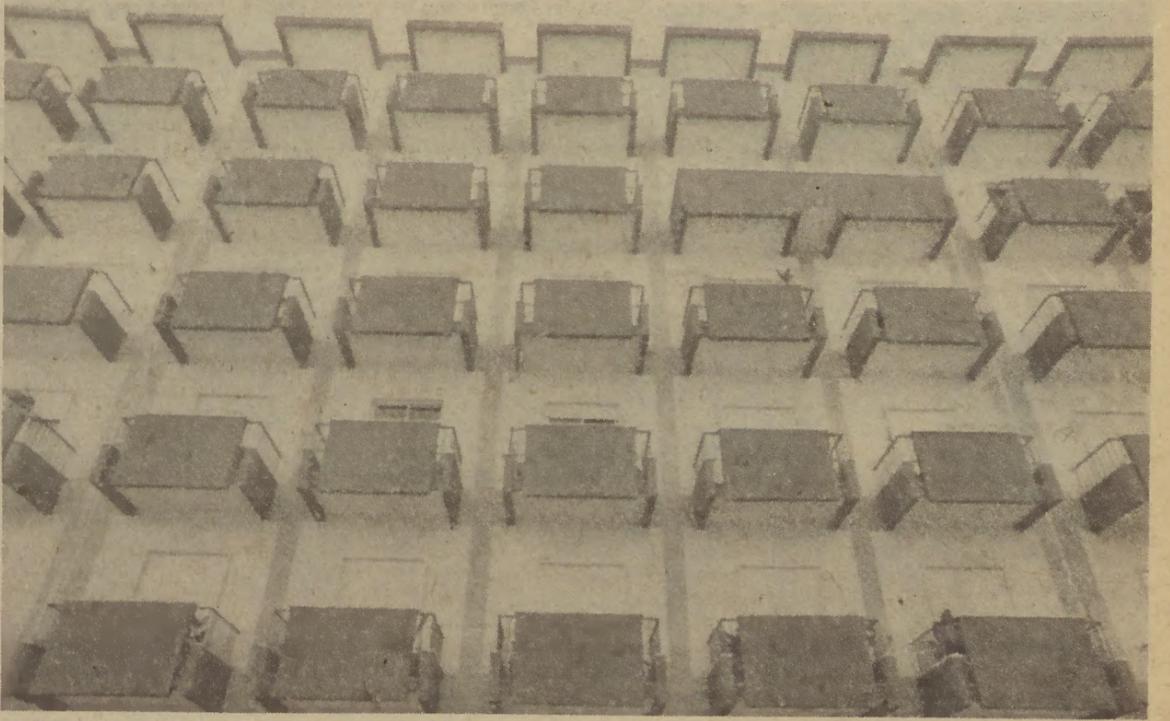
- realização de um programa de recuperação de imóveis degradados;

- concretização de um programa de apoio técnico e financeiro às

cooperativas de habitação económica;

- estabelecimento de linhas de crédito às autarquias para obtenção de terrenos e equipamento urbano, bem como àqueles que pretendiam adquirir ou construir casa própria. ■

(«A via para vencer a crise», Lisboa, 1985, Edições «Avante!»)



De 1970 a 1980 nasceram em Portugal 614 012 famílias. Entretanto, o número de habitações construídas foi de apenas 423 000.

# COPENHAGUE

## Unidade

## Congresso

## em torno do fundamental da Paz

**N**ão se trata de debater problemas particulares de pessoas, comunidades ou países, mas do próprio futuro da Humanidade no seu conjunto, foi afirmado em Copenhague. Não é uma novidade. Mas só por si nos dá a medida da importância do Congresso Mundial consagrado ao

Ano Internacional da Paz (AIP), que decorreu de 15 a 19 de Outubro na capital da Dinamarca.

Um congresso que diz respeito a todos, que juntou 2 mil e 800 delegados de todo o mundo, com diferentes experiências e opções ideológicas e políticas, mas que nem assim mereceu (e não por acaso) qualquer interesse ao nível dos órgãos de informação. Sobretudo no que respeita aos grandes problemas abordados e à unidade verificada em relação aos objectivos maiores da luta pela paz hoje.

Objectivos centrais definidos com clareza no **Apelo** apresentado por iniciativa das delegações do «grupo dos seis países pela paz e pelo desarmamento», que propõe como forma de «travar a corrida aos armamentos na Terra e evitá-la no Espaço» e para «eliminar todas as armas nucleares», o «**fim imediato dos ensaios de armas nucleares**» e um «**não à guerra das estrelas**».

O apelo recolheu um apoio esmagadoramente maioritário. Apoio no fundo quanto à definição de pontos centrais de luta, insistentemente sublinhados ao longo de trabalhos que se desenvolveram em diferentes fóruns, grupos de discussão, clubes e centros — diferentes formas de uma diversificada e rica actividade.

«O fim dos ensaios nucleares e a não militarização do Espaço são actualmente duas medidas necessárias que devem conduzir a um verdadeiro processo de desarmamento» — uma afirmação que testemunha da consciência clara do que é essencial — de par de todos os outros objectivos imediatos de uma batalha comum — daquilo em que se impõe a concentração de esforços.

### Reykjavik

Reykjavik esteve presente em Copenhague. Como aliás a última defla-

### Cinquenta milhões morrem de fome

Cinquenta milhões de pessoas morrem de fome em cada ano. É um facto dramático que não tem só a ver com a corrida aos armamentos mas se insere no quadro mais amplo da exploração capitalista. Mas a ligação nem por isso é menos estreita. Como foi afirmado em Copenhague, a corrida aos armamentos constitui «um vergonhoso desperdício da vida» de que a fome é «simplesmente» um dos aspectos mais chocantes.

Porque de par da fome, muitos outros são — em termos sociais, políticos, económicos — os fenómenos negativos, próprios do capitalismo, agravados, pela dinâmica suicida do militarismo.

E temos o alargamento da mancha de necessidades fundamentais por satisfazer, mesmo a sectores crescentes da população dos países capitalistas industrializados. As gritantes carências na habitação, saúde, ensino. Um profundo sentimento de insegurança (haverá futuro?) que, atinge em particular a juventude com as mais graves consequências (que passam pela droga). O problema central do desemprego. A própria violação de direitos humanos e liberdades, para que a situação de tensão estimulada pelo clima internacional de guerra-fria, objectivamente contribui.

Neste quadro em que paz, satisfação das necessidades humanas fundamentais, desenvolvimento se conjugam num todo, uma questão se impõe com particular acuidade. **A dívida.**

No Congresso das forças da paz se afirmou claramente que «o desenvolvimento não pode ser compatível com uma tal asfixia económica criada e alimentada pelo imperialismo explorador (FMI, Banco Mundial, etc.)». Para retirar ainda uma importante lição no que a ajudas se refere: seria necessária «uma forma de ajuda, particularmente

tecnológica, que permitisse aos países que a recebem, superar as suas necessidades de ajuda — «uma ajuda que mate a ajuda»».

São problemas gerados hoje, ou agravados, pela corrida aos armamentos. Que não escamoteiam, antes realçam, a importância das direcções fundamentais da luta hoje pelo fim da ameaça fundamental — a ameaça de holocausto nuclear.

### Interação de lutas

«Foram identificados como inimigos da Humanidade os exploradores, os promotores da guerra, os racistas, os colonialistas e os imperialistas.» A batalha é comum, e todas as lutas confluem objectivamente numa mesma direcção. Da luta pela libertação à batalha quotidiana contra o flagelo do desemprego, das acções pela preservação das liberdades e direitos democráticos aos árduos esforços para que o desenvolvimento seja possível.

«O movimento da Paz une todos os povos na luta pela liberdade, a paz e

o desenvolvimento.» Esta unidade e interacção de lutas, reforça as possibilidades de vitórias em todas as direcções da acção de massas. Simultaneamente exige reforçada unidade de acção. Por isso as consignas — construir a unidade, reforçar a luta — surgem indissolvelmente ligadas.

«Os trabalhos do Congresso Mundial da Paz deverão contribuir para o reforço da cooperação entre as forças pacíficas de todo o mundo com o fim de eliminar o perigo da guerra nuclear» — foi o voto do presidente Hermod Lannung na sessão de abertura. Sem dúvida que Copenhague contribuiu para uma melhor compreensão da importância da unidade — das suas bases objectivas. Copenhague contribuiu para a compreensão da necessidade do reforço da luta. E mais ainda — Copenhague contribuiu para a identificação dos grandes objectivos imediatos, expressos no Apelo «dos seis» — o fim dos ensaios nucleares, não à guerra das estrelas.

■ LC



A reunião em Copenhague de milhares de pacifistas vindos de todo o mundo marca uma nova etapa no desenvolvimento do movimento para evitar o holocausto nuclear

CONGRESSO  
MUNDIAL  
dedicado ao  
ANO INTERNACIONAL  
DA PAZ



comissão portuguesa

COPENHAGUE, 15-19 OUTUBRO 1986

## A participação portuguesa

A delegação portuguesa participou activamente nos trabalhos do Congresso. O Marechal Costa Gomes, que dirigiu a delegação, e Maria Santos, deputada do partido «Os Verdes», dirigiram respectivamente os debates sobre «desarmamento, segurança e desanuviamento na Europa», e sobre a relação entre os movimentos pela paz e os grupos ecológicos. Mário Moura foi relator no fórum sobre «Paz e justiça». Eufrásio Filipe, presidente da Câmara Municipal do Seixal, fez uma intervenção no debate sobre a «criação de zonas livres de armas nucleares». Alguns exemplos de uma intensa e diversificada actividade quotidiana.

Entre as várias actividades «à margem» dos trabalhos, de destacar o encontro com a delegação espanhola, em que foi considerada a necessidade de relançar o trabalho no sentido da declaração da Península Ibérica como zona livre de armas nucleares.

Ao sucinto quadro de actividades em Copenhague, segue-se uma questão maior: e agora — que sequência vamos dar no nosso país ao Congresso mundial da Paz?

Desde já a actividade em curso centra-se no desenvolvimento de acções no quadro da Semana Mundial do Desarmamento (entre 24 e 30 de Outubro — e que prolongamos pela primeira semana de Novembro) proclamada pela ONU. Realizam-se neste momento, um pouco por todo o país, sessões, colóquios e debates sobre os problemas ligados à luta pela paz. Na Casa do Alentejo, em Lisboa, realizam-se três «Conversas sobre a Paz», que abarcam temas como — a política externa portuguesa e a exigência de independência nacional, o desarmamento, médicos e cientistas pela paz. ■

# URSS

## A Revolução de Outubro hoje é o futuro em construção

**N**este próximo aniversário da Revolução de Outubro, nada haverá de mais importante a realçar, do que o novo salto qualitativo, revolucionário, que hoje se vive no país dos soviéticos.

Uma revolução nos planos económico e técnico-científico, estreitamente interligados, e que condicionam todos os outros. Uma revolução no plano social, cultural, de comportamentos e mentalidades.

Desafio imenso a exigir muito, sobretudo das pessoas, da sua criatividade, da sua capacidade de resposta e transformação, numa fase histórica em que tão acrescido está o poder (e as responsabilidades) do ser humano. Como disse Gorbachov aos professores do ensino superior de Ciências Sociais, «é necessário que nos modifiquemos, eu diria radicalmente, para que possamos corresponder às exigências do nosso tempo. As tarefas extremamente complexas de hoje, vemo-las com optimismo: **devemos fazer tudo isto, não temos o direito de o não fazer, fá-lo-emos de certeza**».

Mas importa antes do mais ir aos resultados (e eles já são bem palpáveis: os êxitos e as resistências). Porque só a prática é o critério dessa verdade que hoje tanto se exige como condição do próprio desenvolvimento do socialismo (em contraste com a mentira como necessidade quotidiana da política do capital...).

### Os resultados

Foram recentemente divulgados resultados estatísticos referentes aos nove primeiros meses deste ano em relação a igual período do ano passado. O rendimento nacional aumentou de **4,3 por cento**, a taxa de crescimento da indústria foi de **5,2 por cento** e a produtividade do trabalho aumentou de **4,8 por cento**.

Dados numéricos que «a seco» nos dizem pouco, mas se tornam esclarecedores quando confrontados com os aumentos médios previstos no Plano para o XII quinquénio (1985-90) e até ao ano 2000. Assim, o plano prevê uma dinâmica do crescimento do rendimento nacional que aponta para taxas da ordem dos **5 por cento** no fim do quinquénio, enquanto a produção industrial, no mesmo período, deverá sofrer um aumento anual da ordem dos **3,9-4,4 por cento**.

E a estes dados juntam-se outros igualmente significativos.

Por exemplo, na **construção de maquinaria**, considerado sector decisivo, as taxas de crescimento previstas estão a ser ultrapassadas. E, o que não é menos importante, os sectores em que o crescimento é mais rápido são sectores vitais, como o de construção de máquinas-ferramentas, fabrico de computadores, criação de aparelhagem e as indústrias electro-técnica e electrónica. A produção de máquinas ferramentas atingia no primeiro trimestre do ano o índice significativo de um aumento de 39 por cento, a de robots industriais 27 por cento e a de computadores 17 por cento.

Estes progressos condicionam — e dão novo impulso — à **modernização de todos os sectores** da indústria soviética (por isso o seu carácter de sector decisivo). Assim, neste mesmo período foram instaladas mais de 1500 linhas de produção mecanizadas, rotativas e automáticas, e cerca de mil secções, oficinas e empresas foram integralmente mecanizadas ou automatizadas.

São dados muito importantes quando os planos apontam para um aumento do nível de **automatização** da economia de duas vezes em média, enquanto a produção global de com-

putadores aumentará de 2,3 vezes e o número de robots industriais deve triplicar.

Noutros domínios se registam resultados positivos. O sector da siderurgia (que se vinha atrasando em relação ao ritmo do desenvolvimento industrial do país) superou o plano do primeiro trimestre.

Também no importante domínio do **abastecimento** da população em artigos de consumo, o plano foi ultrapassado na produção de tecidos, malhas e electrodomésticos.

O ano «não começou mal», seria o comentário de Gorbachov aos trabalhadores de Kuibichev e Togliatti — no primeiro balanço, «na rua», da concretização das resoluções do XXVII Congresso do PCUS.

Mas naturalmente nem tudo vai bem. É de uma verdadeira batalha que se trata. Difícil porque são caminhos novos (ainda que venham na sequência do muito que nos anteriores

quinquénios foi feito). Difícil porque é necessário vencer resistências.

Na resolução sobre os resultados da recente viagem de Gorbachov aos territórios federais de Krasnodar e Stavropol, afirma-se que, «embora de uma maneira geral a sociedade manifeste uma vontade firme de mudanças, o **processo de remodelação avança de uma forma complexa**, contraditória, com desproporções, esbarra com diversos obstáculos sociais, psicológicos e organizativos (...) A remodelação é também travada pelos vícios burocráticos observados no trabalho do aparelho gestor, pela indisciplina e irresponsabilidade».

### A dimensão social

Aproximadamente **quatro quintos do rendimento nacional** serão atribuídos à elevação do bem-estar do povo. É um dado muito claro, que nos fala de qual o conteúdo, a razão de ser, deste grande esforço, o salto qualitativo programado para a economia e o desenvolvimento técnico-científico. Salto que paralelamente exige um aprofundamento da democracia socialista, a participação activa e empenhada de todos os trabalhadores, organizados nos seus colectivos de trabalho, de toda a população, a todos os níveis.

Elevar o nível de bem-estar do povo para um grau qualitativamente novo é o objectivo. Em causa estão simultaneamente a melhoria das condições qualitativas da vida e da actividade dos soviéticos e o aumento do contributo laboral de cada um para a concretização de objectivos que são comuns.

São múltiplos os aspectos desta **elevação do nível de vida**.

Temos, naturalmente, o aumento da **massa salarial**. Só devido às medi-

das estatais gerais para o aumento de salários, pensões e subsídios, deverão aumentar os rendimentos de mais de metade da população quase duas vezes mais que nos últimos cinco anos.

No quadro da satisfação da crescente procura da população, o **comércio** a retalho deverá aumentar quase num terço. Na esfera dos **serviços pagos** (porque em socialismo há os que o não são) à população, o objectivo é criar em prazos muito curtos uma esfera de serviços moderna e altamente desenvolvida, que deve responder a necessidade de apoio a trabalho doméstico, do descanso e do turismo. Note-se que é um domínio que toca directamente a vida quotidiana de cada pessoa, abrindo portas para a necessária disponibilidade, para melhor utilização do tempo que não é de trabalho produtivo. Neste domínio planeia-se um aumento de 30 a 40 por cento dos serviços pagos.

Factores básicos para criar as condições adequadas a um multiforme desenvolvimento da personalidade.

Que tem outras componentes. Referimos a preocupação de dar

também um novo salto no que respeita a estruturas para **desporto** e de **cultura**. O objectivo é que cada centro distrital deverá ter uma Casa de Cultura.

Referimos em particular um facto sublinhado nas Direcções principais do desenvolvimento, aprovadas no XXVII Congresso do PCUS: «Entre as diversas necessidades dos membros da sociedade, a **necessidade de um trabalho criador** e mais rico de conteúdo põe-se cada vez mais em primeiro plano».

Por isso, «para a melhoria das condições de trabalho e o enriquecimento do seu conteúdo deverão ser orientadas a renovação acelerada do aparelho produtivo, a mecanização, a automatização e a utilização da electrónica na produção e todo o trabalho de reequipamento técnico». Palavras que muito nos dizem do que é a revolução técnico-científica ao serviço do homem.

Tal como em 1917, hoje, na URSS, é da construção do futuro que se trata.

■ LC

## A teoria é indispensável para cada passo em frente

No dia 1 de Outubro, em Moscovo, no palácio do Kremlin, realizou-se uma Conferência nacional dos chefes das cátedras de Ciências Sociais. Na intervenção aí feita, Gorbachov sublinhou a grande importância do estudo e investigação no domínio das ciências sociais, o papel do desenvolvimento da teoria nas transformações em curso. Das suas palavras extraímos alguns extratos.

• A teoria é indispensável, não só para uma orientação política e social devidamente perspectivada. É indispensável, literalmente, para cada passo nosso em frente. Nenhum assunto prático mais ou menos importante pode ser resolvido sem ter sido previamente compreendido e teoricamente fundamentado. A própria actividade teórica torna-se uma das forças motrizes mais importantes da edificação socialista e comunista, o instrumento mais importante da reestruturação

• Todas estas questões estão longe de ser simples. Vejamos apenas uma delas. O nosso ideal é o desenvolvimento harmonioso do homem, o qual implica a satisfação cada vez mais completa das crescentes necessidades materiais e espirituais das pessoas. Com isto é importante que o progresso material seja acompanhado pela aquisição de valores intelectuais e morais. Sabemos por experiência própria: se o princípio espiritual e moral no homem e na sociedade enfraquece, aumentam inevitavelmente as suas tendências consumistas, tornando-se mais pobre o seu mundo interior. Como podemos ver, a lei do aumento das necessidades não funciona sempre do mesmo modo e automaticamente. O problema existe e não é pequeno, devendo ser resolvido em função de todos os factores da vida e do desenvolvimento do Homem.

• «A primeira obrigação daqueles que querem procurar as vias conducentes à felicidade do Homem — realçou Lênine — é não se enganarem a si próprios e ter a coragem de reconhecer francamente aquilo que é.»

A nova mentalidade, que todos devemos assimilar, é uma mentalidade dialéctica e a dialéctica, segundo escreveu Karl Marx, «não faz reverências a nada sendo, pela sua essência, crítica e revolucionária». Esta qualidade pertence «inteira e incondicionalmente» ao marxismo — escreveu Lênine.

Os sociólogos têm hoje a tarefa de acabar com o seu actual afastamento das exigências da vida. Temos a necessidade vital de fazer na frente sociológica uma viragem decisiva para a prática. ■



## Ecologismos

Gonçalo Ribeiro Teles, o monarca que se candidatou a uma presidência limitada em Lisboa, com um projecto onde a ecologia era o prato forte e o parque Eduardo VII a grande vítima, e que, meses mais tarde, demonstrou o seu à vontade com os elementos ao profetizar uma catadupa de água celestial horas antes de ela acontecer, apresentou-se com uma moção consensual ao congresso dos populares monarcas.

Desde o caso da Marina de Paço d'Arcos que os adeptos da realeza provaram que não andam nus. Se dúvidas restassem, veja-se uma moção apresentada pelos infantes ao Congresso.

Uma moção onde, depois de se reafirmar o seu apoio à UNITA, se considera esta organização terrorista como um «interlocutor válido do povo angolano».

Depois de em Lisboa se pugnar por uma cidade verdejante, faz-se agora o elogio da terra queimada.

Ecologismos...

## O que o Algarve não pode ser...

Os bons resultados obtidos na actividade turística não podem ser invocados como panaceia

para esconder a outra face da realidade algarvia. O Algarve não pode circunscrever a sua actividade à «monocultura» do turismo por enormes que sejam as potencialidades da região neste sector.

O País e o Algarve não podem ser transformados numa enorme esplanada, até porque o aproveitamento dos nossos recursos na agricultura, nas pescas e na indústria, são não só vitais para o próprio desenvolvimento da actividade turística, como são essenciais para que o País e a região tirem inteiro proveito das receitas criadas através do turismo. As tão apregoadas vantagens decorrentes da nossa entrada na CEE, estão hoje a constituir-se como verdadeiros pântanos e a criar profundas desilusões em largos sectores da população. A indústria de conservas foi sacrificada em benefício dos acordos já existentes da CEE com Marrocos; as pescas estão ameaçadas pela invasão das nossas águas de frotas comunitárias melhor apetrechadas; na agricultura começam já a fazer-se sentir os brutais efeitos da invasão dos nossos mercados pelos hortofrutícolas produzidos em Espanha, com desastrosas consequências para a nossa produção.

(Das conclusões da última reunião plenária da Direcção Regional do Algarve do PCP)

# Pontos Cardeais

## Espião ingénua

Um semanário português traz um interessante artigo de um jornalista norte-americano — que confessa ter ajudado a CIA quando era correspondente em Moscovo — sobre o caso Daniloff, e do qual tira a incrível conclusão de que existem espiões ingénuaos...

Conta Dusko Doder que os jornalistas norte-americanos na capital soviética são utilizados pela CIA para conseguir informações confidenciais sobre a URSS.

É evidente que alguns se prestam a tal. Descobertos, aprestam-se a penitenciarem-se por terem errado...

Daniloff forneceu números de telefone, entregou cartas endereçadas ao embaixador dos EUA e ao director da CIA e deu informações a um «diplomata» identificado «posteriormente» como «chefe dos serviços da CIA» na capital soviética. Tudo sem querer, claro.

O autor do artigo salienta ainda

o «nível profissional» dos correspondentes americanos, o que os distancia «dos meios de comunicação soviéticos controlados pelo Kremlin». Podemos daqui extrair algumas ilações.

A primeira das quais é de que os jornalistas norte-americanos não vêem um boi à frente dos olhos. A segunda é de que não são controlados por ninguém ao contrário dos jornalistas soviéticos. Finalmente, que os funcionários das embaixadas norte-americanas, por muito que trabalhem para a CIA, serão sempre honestos diplomatas. A propósito, não viram a vaca que ontem sobrevoou Lisboa?

## Hoje e sempre

Fez três anos no passado domingo que o exército norte-americano invadiu Granada. Três anos depois, uma mensagem lida durante uma acção de graças (!) dava conta de que Reagan, o invasor — por interposta pessoa, mas em seu nome — considerava esta acção terrorista como sendo uma «missão de salvamento» contra a «ditadura comunista». Em termos simples, Ronald Reagan quis dizer que «veio, viu e venceu», uma frase imperialista com muitos e muitos séculos, mais velha que as aspirações dos falcões de Washington.

No meio das mil pessoas que assistiram à cerimónia, alguém terá dito que em Granada há uma aldeia que resiste hoje e sempre aos invasores, com a força que o povo granadino colhe da sua vontade mágica de ser livre.

## Os tentáculos do terrorismo

Dois ministros da República Popular de Angola foram recentemente presos pela polícia francesa à chegada àquele país por serem considerados terroristas numa lista enviada pelo Governo português.

Um ex-PIDE foi recebido por ministros deste país, após uma visita ao Parlamento Europeu, para a qual foi convidado por um grupo de deputados entre os quais se encontravam dois representantes do partido que em Portugal está no governo. Jonas Savimbi aproveitou a sua estada em França para afirmar que uma empresa petrolífera francesa poderá ser alvo de ataques da sua organização terrorista.

Em conferência de imprensa salientou a ajuda material de Reagan à UNITA.

Disse também que viria a Portugal, ou oficial ou clandestinamente.

Como os seus traços fisionómicos não são arábicos, não teve a polícia francesa à perna.

Julga-se que o Grupo de Operações Especiais da PSP tome posições no Aeroporto da Portela para prevenir uma eventual investida de Jonas Savimbi. Ou será apenas um batalhão da imprensa governamentalizada que o fará?

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## I

Disse o Garcia em Estrasburgo ao Telejornal — disse-o sem ironia — que o Savimbi patarata é um «democrata»...

E por toda a atenção que a televisão ao Savimbi deu e por tudo aquilo que escondeu da sua passeata viu-se que ela é da mesma opinião. Para a RTP, Savimbi é um «democrata» de excelente presença.

Curiosamente: é exactamente o que o Reagan pensa...

## II

O Orçamento Geral do Estado é um portento de Orçabortado...

Lá da tontice que já tresanda que foi que disse da cadilhice a propaganda?

Pois disse a esmo Telejornal que ele era mesmo etc. e tal...

Grandioso e belo magna excelência enfim, modelo de competência...

Isto é má-fé é indecente é muito feio. Governo é mui competente? Sim — no paleio...

## III

Milhão após milhão o governo descobre. O povo, esse, continua mais pobre...

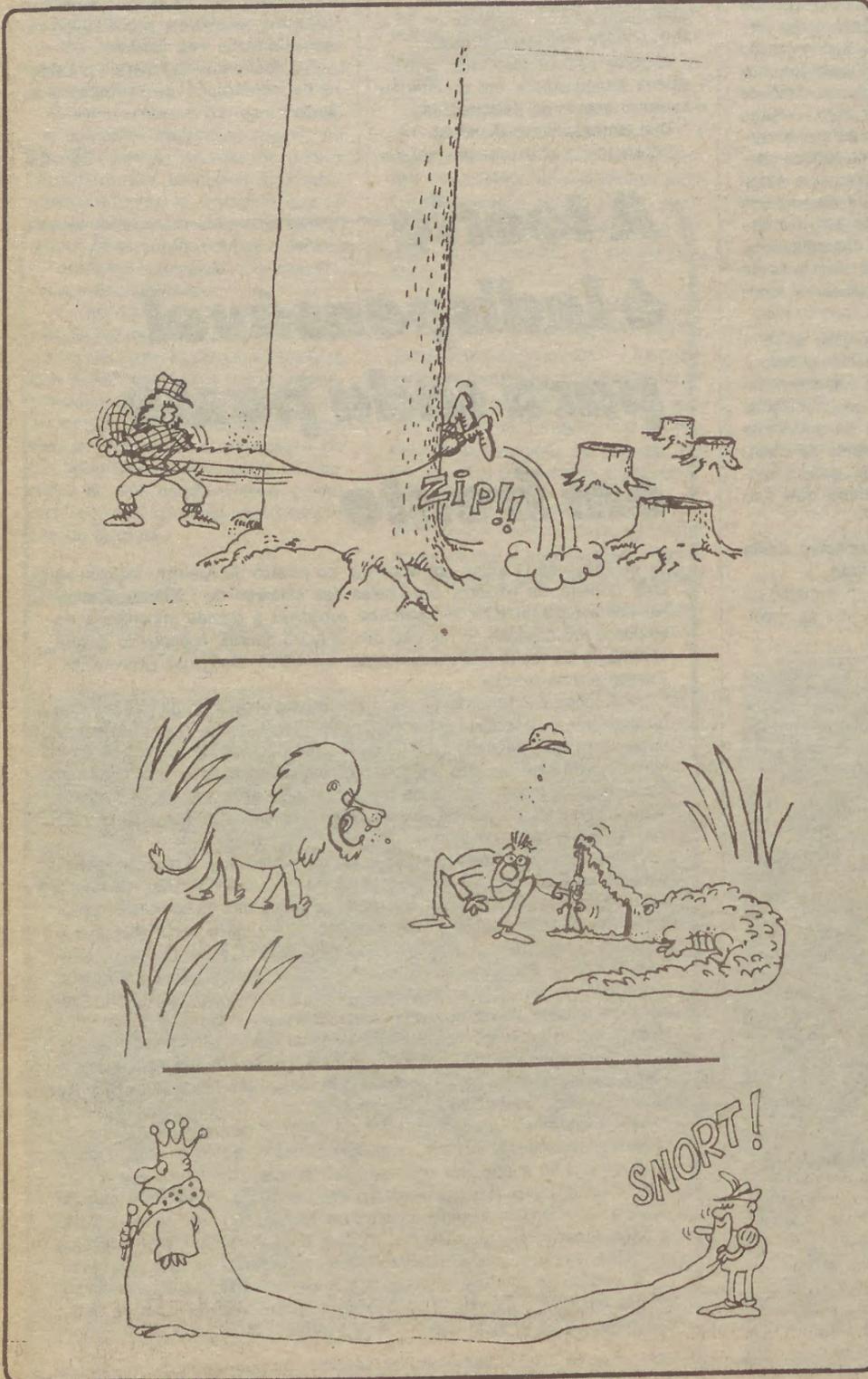
Aumenta a «massa» para tantos gostos? Pois não faz mal, aumentam-se os impostos...

Agora até, sem querer saber de dores, pagam impostos os agricultores...

(este é o auxílio que o governo jura querer dar à agricultura...)

A Função Pública, diz o governo calmo, também vai pagar com língua de palmo...

Cavaco o equilíbrio destrambelha. Quem nele confiou já torce a orelha.



# Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII  
N.º 670

30 de Outubro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## TARRAFAL

**Sessão solene  
evocativa  
do 50.º aniversário**  
Amanhã, sexta-feira, 21 horas  
Lisboa - Junta de Freguesia  
de Alcântara

### Quinta 30

#### • ALPIARÇA

Assembleia de militantes para discussão do documento-base e eleição dos delegados à Conferência do PCP sobre a Emancipação da Mulher.

#### • PORTO

Plenário do Comité Local do Porto: a situação política e social nacional, questões da cidade, a Conferência sobre a Emancipação da Mulher.

As 21.30, no CT de Barão de S. Cosme.

#### • CAPARICA

As eleições autárquicas do próximo domingo: sessão de esclarecimento com o camarada José Manuel Mala, do CC, no Atlético Clube Salema. As 21.30.

#### • SOBREDA

Sessão de esclarecimento no Clube Recreativo Instrução Sobredense com a participação do camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC.

#### • LARANJEIRO

Participação do camarada Jaime Félix, do CC, numa sessão sobre as eleições autárquicas de domingo, no Clube do Laranjeiro (CIRL), às 21.30.

No final, espectáculo com Luisa Basto, João Fernando e Coros Alentejanos.

#### • ALMADA

Sessão de esclarecimento, às 21.30, no Beira Mar Atlético Clube.

#### • CHARNECA DE CAPARICA

Sessão de esclarecimento no Clube Recreativo Charnequense, às 21.30.

#### • FEIJÓ

Sessão de esclarecimento na Sociedade Estrelas do Feijó. As 21.30

### Sexta 31

#### • CAPARICA

Encerramento da campanha para as eleições autárquicas do próximo domingo nas novas freguesias do concelho de Almada: no Clube Recreativo União Capricho, sessão em que participa o camarada Carlos Carvalhas, do CC.

No final, espectáculo com Jorge Lomba.

#### • PRAGAL

Participação do camarada Manuel Sobral, do CC, na

sessão de encerramento da campanha da APU a realizar, a partir das 21.30, na Cooperativa Pragalense.

#### • CHARNECA DE CAPARICA

Sessão de esclarecimento da APU com o vereador da CM de Almada, Sérgio Taipas. Na R. da Vitória (Quintinhas Sul), às 21.30.

#### • SOBREDA

Sessão com o vereador António Medeiros, às 21.30, no Clube de Vale Figueira.

#### • ALMADA

Além da caravana de esclarecimento e propaganda da APU que partirá às 15 horas do CT da Comissão Concelhia: na Academia, às 21.30, sessão de encerramento com a participação da camarada Luisa Araújo, do Secretariado do CC.

No final, espectáculo com Maria Guinot.

#### • COVA DA PIEDADE

Sessão de encerramento na SFUAP, às 21.30.

No final, espectáculo com Fernando Tordo.

#### • MONTIJO

Sessão sobre a Conferência do PCP sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril, a realizar às 21.30 no Centro de Trabalho. Participa a camarada Concelção Morais, do CC.

#### • ÉVORA

Sessão dedicada especialmente às mulheres e à juventude, na Casa do Povo de Canavials. Participa a camarada Zita Seabra, da Comissão Política do CC. Participam também os candidatos da APU às eleições a realizar nesta nova freguesia em 16 de Novembro. As 21 horas.

#### • BARCELOS

Reuniões preparatórias da Assembleia da Organização Concelhia de Barcelos: às 21 horas em Moure; às 21.30 em Arcozeiro, na Escola Primária.

#### • GUIMARÃES

Reunião preparatória da próxima Assembleia da Organização Concelhia: em Azurem, às 22 horas.

Uma outra reunião, no CT de Guimarães, esta preparatória da Conferência sobre a Emancipação da Mulher, com camaradas de organizações de metalúrgicos, químicos, trabalhadores da construção civil e do calçado. As 21.30.

**Novas freguesias de Almada**  
No domingo vota APU



#### • BARCELOS

Também sobre a Conferência, reunião às 21.30 no Centro de Trabalho.

#### • BRAGA

Com o mesmo objectivo e com os camaradas do sector de Serviços. As 21.30, no CT.

#### • CONDEIXA

Em Sobreiro, às 21 horas, no âmbito da preparação da Conferência sobre a Emancipação da Mulher, plenário de militantes. As 21 horas.

#### • SANTARÉM

Preparatória da Conferência, reunião geral de militantes no CT da Comissão Concelhia. As 21 horas.

#### • ÉVORA

Hoje — e amanhã — acções de

esclarecimento da APU junto dos eleitores das freguesias recentemente criadas.

#### • ATALAIA

Sessão da APU sobre «A Mulher e o Poder Local», na Carregueira, com a deputada do PCP, Odete Santos. As 21.30.

#### • LISBOA

Magusto-convívio, no CT Vitória, integrado na campanha de angariação de fundos para as obras deste Centro de Trabalho do Partido.

### Domingo 2

#### • BRAGA

Reuniões preparatórias no distrito para discussão do documento-base para a Conferência do PCP sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril:

— Barcelos, às 21.30, no Centro de Trabalho.

— Guimarães, às 15.30, com os camaradas do Sector Têxtil.

— Famalicão, às 15.30, com os camaradas desse mesmo sector do concelho de Famalicão.

#### • FAMILICÃO

Reunião de militantes das freguesias de Vermoim, Pousada de Saramagos e Requião, preparatória da próxima Assembleia da Organização de Famalicão. A partir das 9.30, no Salão da Junta de Vermoim.

**TEMPO DE ANTENA DO PCP**

quinta-feira  
dia 30 out.  
na RTP1  
depois do telejornal

Com o mesmo objectivo, reuniões em Carreira e em Bairro.

#### • CARTAXO

No pavilhão que a Comissão Concelhia do PCP organiza e anima na Feira de Santos (ontem, sábado, e hoje) os camaradas António Dias Lourenço e Álvaro Brasileiro estarão presentes a partir das 14.30.

#### • FIGUEIRA DA FOZ

Preparação da Conferência sobre a Emancipação da Mulher: plenário de mil-

itantes, às 15 horas, no Centro de Trabalho.

#### • GUIMARÃES

Reunião preparatória da Assembleia da Organização Concelhia na freguesia de Conde. A partir das 10 horas, na Escola Primária.

### Terça

#### • SOURE

Plenário de militantes, preparatório da Conferência sobre a Emancipação da Mulher. No CT, 21 horas.

**A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril**

A EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO PORTUGAL DE ABRIL



Pavilhão dos Desportos  
15 de Novembro

Reuniões preparatórias  
Distrito de Lisboa  
Quinta, 30

Plenário de S. João de Deus e Alto do Pina na UPPSS, 21.30.  
Plenário de Lumiar e Ameixoeira, 21.30.  
Plenário dos Escritórios no CT Duque de Loulé, 18 horas.  
Plenário da Damaia, no CT, com Alda Nogueira, 21.30.

### Sexta, 31

Plenário das organizações de Alfama (CT Alfama), S. João e Penha de França (CT Arroios), Santa Engrácia (CT Graça), S. Domingos de Benfica (CT Sete Rios), Benfica (CT Benfica), Bobadela, Prior Velho (CT Prior Velho), Prazeres (CT), Ajuda (CT).  
Plenários das Organizações de Freguesia da Reboleira (na Comissão de Moradores, com Vítor Dias) e da Mina (CT da Amadora)), 21.30.

### Segunda, 3

Plenário da Célula da CDL (instalações da CDL, 18.30).

### Terça, 4

Plenário das células da Gulbenkian (CT António Serpa, 18 horas) e da CEL-CAT (CT da Amadora, 18.30).

(Em outros distritos, informações nesta Agenda)

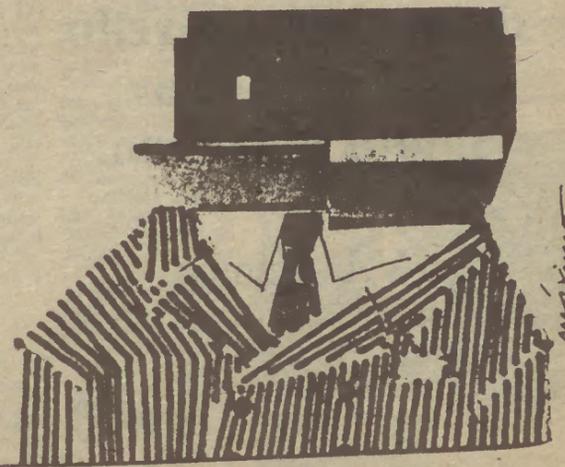
**AVIS Festa das Colheitas**

8 de Novembro

Excursão - Almoço, convívio e visita à Cooperativa 1.º de Maio.  
Inscrições em todos os Centros de Trabalho da cidade de Lisboa



ES UN TECNÓCRATA DE BURGOS, PERO CON UNA CABEZA A NIVEL EUROPEO



MÁXIMO — Espanha — in «La Codorniz» de 26 de Julho de 1970, edição para Madrid e Barcelona



# Máximo Gorki

# A Mãe

«UMA TERRA SEM AMOS»

CAMINHO

É um livro necessário. Muitos operários participam no movimento revolucionário de um modo não consciente, espontâneo, e ler *A Mãe* de grande proveito. É um livro muito oportuno.

V.I. Lénine



Quinta <sup>80</sup>

**RTP1**

- 10.00 – Às Dez
- 12.15 – Telenovela: «Vereda Tropical» 143.º epis.
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 18.00 – Sumário
- 18.05 – Brinca Brincando
- 18.55 – Concurso: «Showbis»
- 19.30 – Telejornal
- 20.00 – Boletim Meteorológico
- 20.10 – Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.00 – Europa
- 21.30 – Face a Face
- 22.00 – Série: «Uns e Outros»
- 23.00 – Últimas Notícias

**RTP2**

- 15.45 – Agora Escolha
- 16.15 – Notícias
- 16.25 – Europa TV
- 20.00 – Notícias
- 20.05 – Série: «5 Dimensão»
- 20.30 – Série: «Doce e Amargo»
- 21.00 – Jornal das 9
- 21.30 – Concurso: «A Quinta do Dois»
- 23.05 – Contas Claras
- 23.20 – É de Ler

Sexta <sup>31</sup>

**RTP1**

- 10.00 – Às Dez
- 12.15 – Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 18.00 – Sumário
- 18.05 – Brinca Brincando
- 18.50 – Concurso: «Show Bis»
- 19.30 – Telejornal
- 20.00 – Boletim Meteorológico
- 20.10 – Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.00 – Este é o Meu País
- 21.30 – Série: «Duarte & C.ª»
- 22.30 – Série: «Hitchcock Apresenta»
- 23.00 – Últimas Notícias

**RTP2**

- 14.45 – Agora, Escolha!
- 16.15 – Notícias
- 16.25 – Europa TV
- 20.00 – Notícias
- 20.05 – Série: «5 Dimensão»
- 20.30 – Série: «Doce e Amargo»
- 21.00 – Jornal das 9
- 21.30 – Contra Ponto



- 22.30 – Série: «O Incrível Me. Pye»
- 23.30 – Uma Boa Ideia
- 23.40 – É de Ler

TV **O Programa**

Sábado <sup>1</sup>

**RTP1**

- 09.00 – Concurso: «A Quinta do Dois»
- 10.45 – Missa do Dia de Todos os Santos
- 11.15 – Juventude e Família
- 13.00 – Sumário
- 13.10 – Jornalinho
- 14.00 – Parlamento
- 14.30 – ABZ
- 18.15 – Série: «A Super Avozinha»
- 18.45 – Super Trinta
- 19.45 – Totoloto
- 20.00 – Jornal de Sábado
- 20.30 – Boletim Meteorológico
- 21.35 – 7 Folhas
- 20.45 – Faz de Conta
- 22.30 – Série: «Dinastia»
- 23.30 – Pela Noite Dentro: «O Tigre de Escanapur»

**RTP2**

- 12.30 – Outros Mundos
- 13.00 – Os Anos não Contam
- 13.50 – Meu Bicho Meu Amigo
- 14.05 – Os Pratos da Balança
- 14.30 – Novos Horizontes
- 15.00 – Quem Te Viu e Quem TV
- 16.00 – Troféu
- 20.00 – Europa TV
- 22.00 – 01 Magazine de Informática
- 22.15 – Concordo ou Talvez Não: «Uma Criança Diferente»
- 23.30 – Video Clube

Domingo <sup>2</sup>

**RTP1**

- 09.00 – Missa de Domingo
- 10.00 – Série: «Linhas de Pesca»
- 10.30 – TV Rural
- 11.00 – Juventude e Família
- 12.00 – 70x7
- 12.30 – Série: «O Almoço Está na Mesa»
- 13.00 – Sumário



- 13.10 – Milhões de Amigos: «Viva a Música», «As Irmãs Chadwick», «Arco-Iris», «Primeira Matiné – Vento de Cobra», «Informação Desportiva», «Amigos Disney», «Espaço»
- 20.00 – Jornal de Domingo
- 20.30 – Boletim Meteorológico
- 20.35 – Histórias de Cidades
- 21.15 – Coração
- 22.00 – Tudo é Espectáculo: «Gala Real Britânica»
- 23.00 – Desporto
- 00.05 – Dizem os Astros



Humphrey Bogart em *Veneno de Cobra* — Domingo de tarde na RTP1

**RTP2**

- 12.30 – Magazine: «Madeira»
- 13.00 – Caminhos
- 13.15 – Música na América
- 13.45 – Um Dia na Vida de...
- 14.20 – Deslizes da TV
- 15.20 – O Novo Pacífico
- 16.30 – Fantasia e Realidade
- 17.00 – A Vida à Nossa Volta
- 17.30 – Série: «Hill Street»
- 18.30 – Série: «As Vagas do Tempo»
- 19.00 – Hóquei em Patis
- 20.00 – Entrada Livre
- 20.30 – O Mundo é um Paíco
- 21.30 – As Fontes do Som
- 22.00 – Cine Clube: «Mentira», real. Alfred Hitchcock

Segunda <sup>3</sup>

**RTP1**

- 10.00 – Às Dez
- 12.15 – Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 18.00 – Sumário
- 18.05 – Brinca Brincando
- 18.50 – Par ou Ímpar
- 19.30 – Telejornal
- 20.00 – Boletim Meteorológico
- 20.05 – Telenovela: «Corpo a Corpo»



- 21.00 – Série: «Sim, sr. 1.º Ministro»
- 22.00 – Deixem Passar a Música – Lena d'Água
- 22.45 – Série: «Pedras Brancas»
- 23.15 – Últimas Notícias.

**RTP2**

- 14.45 – Agora, Escolha!
- 16.25 – Europa TV
- 20.00 – Notícias
- 20.05 – Série: «5.ª Dimensão»
- 20.30 – Série: «Doce e Amargo»
- 21.00 – Jornal das 9
- 21.30 – Série: «Resgate»
- 22.25 – 2.ª Volta
- 22.50 – Série: «Reggie»
- 23.20 – É de Ler.

Terça <sup>4</sup>

**RTP1**

- 10.00 – Às Dez
- 12.15 – Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 18.00 – Sumário
- 18.05 – Brinca Brincando
- 18.50 – Par ou Ímpar
- 19.30 – Telejornal
- 20.00 – Boletim Meteorológico
- 20.10 – Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.00 – 1.ª Página
- 21.55 – Série: «Dempsey and Makepeace»
- 00.00 – Últimas Notícias

**RTP2**

- 14.45 – Agora, Escolha!
- 16.30 – Notícias
- 16.35 – Europa TV
- 20.00 – Notícias
- 20.05 – Série: «5.ª Dimensão»
- 20.30 – Série: «Doce e Amargo»
- 21.00 – Jornal das 9
- 21.30 – Cine Dols: «Tásio»
- 23.10 – É de Ler.

Quarta <sup>5</sup>

**RTP1**

- 10.00 – Às Dez
- 12.15 – Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 – Jornal da Tarde
- 18.00 – Sumário
- 18.05 – Brinca Brincando
- 18.50 – Par ou Ímpar
- 19.30 – Telejornal
- 20.00 – Boletim Meteorológico
- 20.10 – Vamos Jogar no Totobola
- 20.20 – Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.10 – Lotação Esgotada: «Por Favor Não me Morda o Pescoço»
- 23.20 – Últimas Notícias

**RTP2**

- 14.45 – Agora, Escolha!
- 16.30 – Notícias
- 16.35 – Europa TV
- 20.00 – Notícias
- 20.05 – Série: «5.ª Dimensão»
- 20.30 – Série: «Doce e Amargo»
- 21.00 – Jornal das 9
- 21.30 – Ópera: «Elekta»
- 23.40 – Ideias
- 00.10 – É de Ler.

# Cinema Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
<b>B</b>	A Cor Púrpura	★★	★★	★★★	★★★	★★★★
<b>C</b>	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>D</b>	As Forças do Universo	—	★	★★	—	★★
<b>E</b>	Navio Farol	—	★★★	★★	—	—
<b>F</b>	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>G</b>	Difamação	—	★★★★	★★★★★	★★★★	—
<b>H</b>	O Passageiro da Noite	—	★★	★★★	—	—
<b>I</b>	Verdade dos Factos	★★★★	★★★	★★★	★★★★	—

**A** — Real. Woody Allen — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Las Vegas/2 (14.00, 16.30, 21.30, 24.00) — Lisboa.  
**B** — Real. Steven Spielberg — S. Jorge 3 (15.00, 18.15, 21.30) — Sétima Arte (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) — Lisboa; Lumière (21.30) — Porto.  
**C** — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.  
**D** — Real. Tibe Hooper — Alfa/2 (14.30, 16.30, 19.00, 24.00), — Lisboa.  
**E** — Real. Jerzy Skolimowski — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**F** — Real. Martin Scorsese — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa; Bebê (21.45) Porto; Cinestúdio Grassolum (15.00, 18.00, 21.30) — Coimbra.  
**G** — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**H** — Real. Alan Rudolph — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
**I** — Real. Richard Eyre — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

# Teatro O Cartaz

**LISBOA**  
 ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solmado, Fialho Gouveia, enc. César Oliveira.  
 Casa da Comédia. R. S. Francisco de Borja, 24, de 3.ª a sáb./21.45. A Bela Portuguesa, de Agustina Bessa Luís, enc. Filipe La Féria.  
 Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota, Comuna.  
 Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.  
 Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.  
 Teatro Nacional D. Maria II, de terça a sáb. às 21.45, dom. às 16.30. O Asfalto dos Infernos, enc. de Manuel Coelho, inter. de Lígia Teles.  
 Teatro Nacional D. Maria II, às 21.30 e domingo às 16.00. Mãe Coragem, de Bertold Brecht, encen. João Lourenço com Eunice Muñoz.

**PORTO**  
 Cooperativa do Povo Portuense, Rua de Camões, 588. A Seiva Trupe, apresenta diariamente às 21.45. Toda a Nudez Será Castigada, de Nelson Rodrigues, enc. de Angel Fácio.  
 Teatro Casa da Comédia, sala do Realengo, Rua dos Mercadores, 132 (à Ribeira), Drácula Júnior, de 4.ª a dom. às 21.30.

**CASCAIS**  
 Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Galleu Galleu, de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.  
**SETÚBAL**  
 Teatro de Animação de Setúbal, Rua Balneário dr. Paulo Borba. De 5.ª a dom. às 21.30. Alves e Companhia, de Eça de Queiroz.

**Para Crianças LISBOA**  
 ABC, Parque Mayer, sáb. às 18.30 e dom. às 11.00. Fecha os Olhos... Entra Na História, de Alexandra Solnado, enc. Josedra Alvalenga.  
 Comuna, Praça de Espanha, sáb. e dom., às 15.30. Em Duelo pelo grupo «O Bando».  
 Grupo de Teatro Malzum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75, B.2.ª. Dom. às 16.30. A Rua dos Fantas-

• LISBOA

Alberto Chissano, escultura. Clube 50, Rua de S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª. De 3.ª a 6.ª das 17.30 às 20.30, 4.ª das 21.30 às 23.30, sáb. das 15.00 às 20.00.  
 Ana Vieira, «Transbordagem», manequins. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor.  
 Ângelo de Sousa, pintura (anos 60). Gal. EMI-Valentim de Carvalho. R. da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00.  
 Américo Silva e José Perdigão, aquarelas e gravuras. Atelier 15, R. Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 4/11).  
 António Mil-Homens, fotografia. Assoc. Port. de Arte Fotográfica, R. das Chagas. As terças e sextas/17.00 às 21.00 (até 31/10).  
 Artesanato, (intern.)-exposição-venda a favor da campanha «Uma Casa para a Paz». SNBA, R. Barata Salgueiro, 36.  
 Chichorro, pintura. Galeria Tempo, Rua Nova de S. Mamede, 17-A. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 5/11).  
 Colectiva, serigrafia e gravuras (João Vieira, Hogan, Rodrigo, José Guimarães, Sá Nogueira, Arpad Szénes e Skapinakis), originais de Manuel Vieira, Rocha Pinto, João Vieira. Atelier de António Inverno, R. da Emenda, 66, 3.ª, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 18.00 (permanente).  
 Colectiva de Pintura, (Pedro Proença, Pedro Portugal, Xana, Manuel Vieira, Ivo, Fernando Brito). SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Diariamente, das 14.00 às 20.00.  
 Eduardo Alarcão, pintura, Ditec, Av. da Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, sáb. das 10.00 às 13.00 (até 31/10).  
 Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).  
 Gil Teixeira Lopes, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 14/11).  
 Inês Barahona, «paisagens». Galeria A Janela Verde, Rua do Olival, 9. De 2.ª a 6.ª/14.00 às 20 (até 31/10).  
 João Antas, pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 11/11).  
 José David, pintura. Galeria Ana Isabel, Rua da Emenda, 111, 1.ª. De 2.ª a sáb./14.30 às 19.30 (até 31/10).  
 João Cutileiro — «O Nu e o Vestido», escultura. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.  
 João Dionísio, pintura e desenho. Palácio dos Coruchéus, R. Alberto Oliveira, de 2.ª a 6.ª, das 14 às 17.30.  
 Litografia, gravuras: como se faz — visitas guiadas aos ateliers da Galeria Diferença, R. S. Filipe Neri, 42, 1.ª. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./16.00 às 19.00 (até 9/11).  
 Álvaro Cesar Machado, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30 (até 12/11).  
 PORTO.  
 Carmo Vieira, fotografia «diálogo com a memória». Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, n.º 1. (Até 3/11). PORTO.  
 Colectiva — «Doze Pintores Contemporâneos». Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 3.ª a dom./16.00 às 20.00 (até 21/11). PORTO.  
 Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, orga-



Roberto Chichorro expõe em Lisboa

nizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a som./10.30 às 19.00 (até Outubro). PORTO.  
 Trabalhos Tradicionais Alentejanos, em vidro e recortes de papel. Galeria Vantag, Rua Júlio Dinis, 764. De 3.ª a dom. das 15.30 às 19.30. PORTO.  
**OUTRAS LOCALIDADES**  
 José de Guimarães, desenho. Até 14/11, Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.  
 Júlia Ramalho, Galeria de Arte da «Pop Cave», R. D. Diogo Pinheiro, 24, das 14 às 19.30. BARCELOS.  
 Paz — Exposição, até 31/11, na secção «Resistência» do Museu de PENICHE (inaugura a 2/11).  
 Il Feira de Arte, Galeria de Arte do Casino. Das 17.00 às 24.00 (até 31/10). PÓVOA DO VARZIM.  
 Kiki Lima, pintura. Associação Cabo-Verdiana, R. Duque de Palmela, 2-8.ª. Inaugura sábado. Das 18.00 às 22.00 (até 2/11). QUELUZ.  
 Ourivesaria — Coleção do Palácio Nacional da Pena. Sintra. Palácio da Pena. SINTRA.  
 Francisco Nunes de Oliveira, «Palácios Imaginários». Galeria de exposições temporárias do Palácio Nacional da Pena. SINTRA.  
 Escultura (João Bento de Almeida) e Pintura (Francisco Simões, Helena Justino). Gal. de Arte, R. Jacques Pessoa, 17. TAVIRA.  
 Lima de Freitas, pintura e desenho. Até 15/11, Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda. TORRES NOVAS.  
 Jorge Vieira, escultura. Até 11/11, Gal. Nova/Convento da Graça. TORRES VEDRAS.  
 Sarah Afonso, Galeria d'Arte (até 2/11). VILAMOURA.

# ...e ainda Música, debates, etc.



**Dias da URSS em Portugal 86**  
 Os «Dias da URSS em Portugal», comemorativos da Revolução de Outubro, realizam-se em Portugal e decorrem este ano com a participação da República Socialista Soviética da Geórgia entre 24 de Outubro e 15 de Novembro.  
 A deslocação a Portugal é composta por

**Música**  
 Centro de Arte Moderna, R. Dr. Nicolau Bettencourt. Sala Polivalente, dia 30, às 18.30 recital de canto e piano por Helena Vieira e João Paulo Santos, interpretam obras de Liszt, Wagner, Fauré, Duparc e Rossini.  
 Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 45. Grande Auditório, dia 30, às 21.30, e 31, às 18.30. Orquestra Gulbenkian e a pianista Maria João Pires, sob a direcção do maestro Max Rabinovitch interpretam em audição integral os concertos para piano e orquestra de Mozart (n.º 14 em mi bemol maior, K449; n.º 23 em lá maior, K488; n.º 21 em dó maior, K467).  
 Auditório Dois: dia 3, às 18.30 os Solistas da Orquestra Gulben-

Woman do Lado, de François Truffaut, 1981, dia 4.  
 Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. Ciclo Westerns: O Homem das Pistolas de Ouro, de Edward Dmytryk, dia 31.  
 Mulher do Lado, de François Truffaut, 1981, dia 4.  
 Fórum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo, 38-C. Ciclo Westerns: O Homem das Pistolas de Ouro, de Edward Dmytryk, dia 31.  
 kian com Teresa Portugal Núncio (violoncelo) e José João Gomes dos Santos (piano), executam obras de Strauss, Chopin, Dvorak e Jean Franç.

# Tempo Fim de Semana



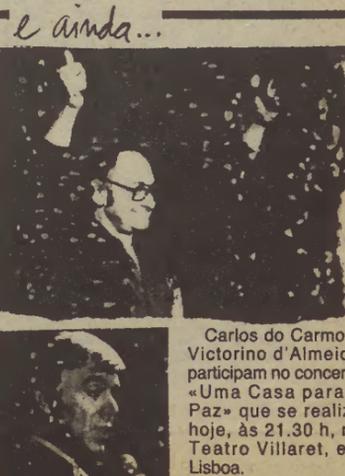
Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, a antevisão do estado do tempo para o próximo fim-de-semana, é de céu pouco nublado ou limpo, temporariamente muito nublado na região sul. Vento de leste, em geral fraco; arrefecimento nocturno com formação de orvalho.

**Cinema**

Cinematca Portuguesa, Rua Barata Salgueiro, 39. 70 Anos de Filmes Castelo Lopes: A Sombra do Guerreiro, de Akira Kurosawa, 1980, dia 31; A Cidade das Mulheres, de Frederico Fellini, 1979, dia 3; A

**Paz**

Consagrada ao Ano Internacional da Paz e Integrada na Semana Mundial de Desarma-



Carlos do Carmo e Victorino d'Almeida participam no concerto «Uma Casa para a Paz» que se realiza hoje, às 21.30 h, no Teatro Villaret, em Lisboa.

# a TV

## A paz abraça o mundo

Centenas de pessoas de todas as idades. De todas as raças. Das mais diversas classes sociais. Unidas todas no mesmo projecto: o amor e a defesa da Paz.

Isto passava-se num país, os Estados Unidos, cuja classe dirigente, representada pelo governo, pratica a ginástica à beira do abismo, em tentativas de salto mortal para a frente...

A coluna pôs-se em marcha, foi passando o testemunho de mão em mão, ao longo de cinco mil quilómetros carinhosamente recebida pelas populações. Até que chegaram ao seu destino, à cidade imensa. A televisão estava lá, recolheu as imagens da alegria vitoriosa, as saudações, os abraços, as palavras boas — e enviou-as para todo o mundo. Para o contagiar. Para o educar. Para o convidar à defesa da paz, o bem mais precioso.

O que fez a RTP? Agarrou nessas imagens, incluiu-as numa «síntese» de cambalhada com uma data de ninharias — e mandou-as pelas «24 horas», à meia-noite, com o país inteiro (ou quase...) a dormir...

Não se pode dizer que a RTP tenha o sentido perfeito da responsabilidade e da importância noticiosa. Mas o facto de ter publicado as imagens, mesmo àquela hora, já é uma melhoria em relação ao que era. Prossiga. Prossiga nesse caminho. E talvez um dia venhamos a ter as notícias de Paz no Telejornal. Oxalá.

## É a porca que torce o rabo ou o rabo que torce a porca?

A CEE, caramba, é uma coisa formidável. Todos são amigos, até se tratam por compadres. Os fortes ajudam os fracos, os ricos ajudam os pobres. Assim é que é bonito. E assim se prova que o capitalismo está a mudar de natureza e de consciência. Aquele Marx, aquele Engels, aquele Lênine, vejam só as calúnias com que atacaram o pobre cordeirinho...

Pois é, o cordeiro. Quando se chega ao cordeiro é que a porca torce o rabo — se não é mesmo o próprio rabo que torce a porca...

Já tínhamos o exemplo das relações franco-espanholas, a propósito da agricultura. De quando em quando, há Bernarda: os agricultores franceses incendeiam ou voltam os camiões espanhóis carregados de nabos, alfaces, ovos, hortaliça. As estradas ficam cobertas de omeletas e de caldo verde, os confrontos assumem proporções bélicas. Todos amiguinhos, como se vê. As pancadinhas nas costas são talvez fortes demais, chegam a partir as costelas uns dos outros. Mas é tudo por bem querer. Ah, aquele Marx...

O último evento comemorativo da «amizade» franco-britânica foi a guerra do cordeiro. Assim conforme vimos na televisão:

Os ingleses produzem cordeiros que é um ver-se-te-avias. Carne tenrinha, a fazer crescer água na boca. Então despacham-na para França, onde conseguem vendê-la a preços mais baixos que a dos cordeiros franceses.

Só que os cordeiros franceses se transformam em lobos os agricultores franceses revoltam-se. A guerra estoira — e os cordeiros de sua Majestade afogam-se na Mancha o que, mesmo depois de mortos, é uma tragédia. Saltam as queixas, os protestos, as ameaças de retaliação da parte inglesa.

Estão a ver como na CEE são todos amigos? Estão a ver como são todos uns cordeirinhos? Os marxistas é que baralham tudo...

## A gente com quem a RTP anda

Agora pronto, agora já sabemos quais são os interlocutores-comentadores políticos privilegiados da RTP. Agora já sabemos que, em alguns aspectos da sua programação, a RTP pode melhorar um pouco, pode ao menos limpar um pouco a ramela dos olhos. Mas no que diz respeito à informação, as rédeas estão bem apertadas...

Para o Telejornal temos o Nogueira Pinto, cujo currículo nos dispensamos aqui de citar.

Para — «Primeira Página», que sucede ao «Actual» (vira o disco e toca o mesmo ...) temos o Júdice, por alcunha «o social democrata». Alcinha que, diga-se, nada tem a ver com a sua verdadeira natureza. Se aquilo é social democracia, em sou Marciano.

Para esclarecimento das questões internacionais, temos o Virgílio de Carvalho, comentador nato, e o Baptista Comprido, de grande língua, ideias curtas.

Se a opinião pública não se põe a pau, outros virão, nem que a RTP tenha de os ressuscitar — tarefa que, por aqueles lados, não oferece dificuldades de maior.

Depois do que fica escrito e depois de lá vermos o Kaulza a mandar bocas, só uma coisa nos admiraria: ver a informação na TV usar um pouco de decência.

Cousa em que cada vez menos acredito.

■ **Ulisses**

## Síntese semanal da IMPRENSA

### Os conselhos do «socialismo democrático»

Esta semana deixamos o leitor com dois recortes engraçados: são conselhos dados por dirigentes do Partido Socialista, na oposição, tendo em vista oh! (de espanto) a sobrevivência do Governo da direita e da sua política de venda de Portugal a retalho.

### Se negociar conosco Governo pode durar!

• «Por isso mesmo eu lancei em aviso, primeiro numa entrevista e depois numa conferência de Imprensa. Limitei-me a dizer duas coisas: que o Governo acentua a guerrilha com o Parlamento, conferindo à situação um grau de considerável precariedade; e que esta situação não se poderá prolongar por muito tempo, estando o PS disposto a aceitar as suas responsabilidades, disputando eleições ou responsabilizando-se por um Governo que se venha a formar. E acrescentei que, se o Governo persistir nesta política do tudo ou nada, e abusar da situação de Poder que neste momento desfruta para beneficiar o partido que lhe serve de suporte, então o PS não poderá aceitar que um Executivo se transforme numa espécie de comissão eleitoral do PSD, porque isso não é bom nem para a democracia portuguesa nem para os interesses do País.

Não anunciei, portanto, que o PS ia abrir uma crise; avisei apenas que não poderia excluir essa hipótese. Ao contrário de outros partidos de oposição, o PS não tem medo e, como partido de Poder, não se demite de defender o seu projecto.

P. — Presume-se que, do seu ponto de vista, o Governo deveria negociar com a oposição.

R. — O Governo, para governar com eficácia, deveria assumir-se como um Governo minoritário. Como tal, devia dispor-se à negociação com as oposições. Se o tivesse feito, poderia ter governado melhor e fazer com que um executivo minoritário durasse mais tempo em Portugal.» (Vitor Constâncio, «o Jornal», 24. Out.)

### Deixem a direita governar!

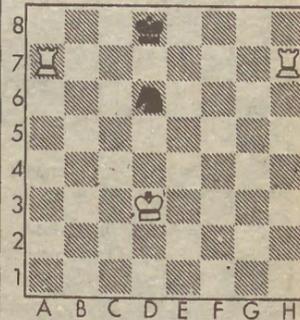
• «Todos sentimos que a direcção actual do PS está numa efectiva encruzilhada. Talvez não seja fácil perceber é como se passou de um período de extre-

ma euforia, em que a entrada de V. Constâncio viria miraculosamente redimir o PS de todos os erros passados, para esta sensação de crise prematura que, de alguma maneira, inquieta os próprios concorrentes e adversários da actual liderança» (...) «neste momento passou-se (...) de uma convicção da queda iminente de Cavaco Silva para a angústia de que ele possa ficar muitos anos no governo (...) o que se está a pagar (...) é o gigantesco erro de apreciação que a generalidade da esquerda portuguesa teve em relação a Cavaco Silva (...) foi-se descuidando do essencial: a avaliação da força do adversário é o cálculo dos recursos necessários para o derrotar. Como é óbvio, uma oposição que hoje pretendesse dizer que o Governo está inteiramente desacreditado aos olhos do povo português (como fez recentemente Carlos Brito) seria uma oposição que apenas se estaria a desacreditar a si mesma. Hoje as interpretações modificam-se. E vemos, com algum espanto, surgirem novas leituras. Se o Governo não está ainda desacreditado, é porque engana o povo todo o tempo, ou porque o povo se engana e não atina com aquilo que devia preferir. Qualquer destas interpretações corre o risco de se converter numa atitude antidemocrática em que uma vanguarda se supõe possuidora da verdade a que o povo deve chegar.»

(Eduardo Prado Coelho, «Expresso», 25. Out.)

## Xadrez

LXXV — 30 de Outubro de 1986  
PROPOSIÇÃO N.º 75  
Bonus Socius (Séc. XIII)  
Biblioteca de Florença, N.º 10  
Br.: (3): Ts.a7,h7-Rd3  
Pr.: (2):Cd6-Rd8



Mate em 2 lances

Final do Torneio de Candidatos,  
Riga 1986

(1.º, Sokolov

2.º, Yussupov)

Br.: Sokolov  
Pr.: Yussupov  
(11.ª partida)

1. é4,e6; 2. d4,d5; 3. Cc3,Bb4;  
4.é5,Cé7; 5. a3,B:c3+; 6. b:c3,c5; 7.  
Cf3,Da5; 8. Bd2,Cb6; 9. B62,c:d4;  
10. g:d4,Da4; 11. B63,b6; 12.  
Dd3,Ca5; 13. Cd2,Bd7; 14. 0-0, Tc8;  
15. Tfç1, 0-0; 16. Tab1, Cç4; 17.  
Tb3,Tç7; 18. Cf3,Tfç8; 19. Bg5,Cg6;  
20. h4,Ca5; 21. Tb4,Dç6; 22. h5,Cf8;  
23. D63,B68; 24. Bf6,h6; 25. Df4,Dç3;  
26. Dg4,Cg6; 27. h:g6,f:g6; 28.  
Bh4,D:a3; 29. Tbb1,Bf7; 30. Td1,g5;  
31. B:g5,h:g5; 32. C:g5,D67; 33.  
Bd3,T:ç2; 34. B:ç2,T:ç2; 35.  
Tbç1,Tç6; 36. T:g6,C:g6; 37. Td3,Bg6;  
38. Tç3,Cd8; 39. Tç8,Bf7; 40. f4,Dd7;  
41. Ta8 e as pretas abandonam!

SOLUÇÃO DO N.º 75

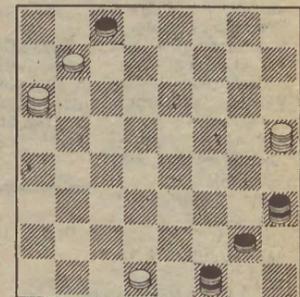
Chave: 1. Thg7!

1. ....Cb7; 2. Ta8 ++  
1. ....Cf7; 2. Tg8 ++

A. de M. M.

## Damas

LXXV — 30 de Outubro de 1986  
PROPOSIÇÃO N.º 75  
Por: «Banda-Só»  
«Vamos Decifrar» N.º 225, 6.XII.1952  
Pr.: (2)-5-(9)-31  
Br.: 3-(17)-(24)-28



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 75

Lisboa, 8 de Fevereiro de 1952  
5.º jogo do último match de LAD  
Br.: Carlos Alberto P. Gonçalves  
Pr.: Luís António David

1. 10-14, 23-19; 2. 14:23, 28-19; 3.  
9-13, 19-15; 4. 12:19, 22:15; 5. 11:20,  
24:15; 6. 7-11, 32-28; 7. 11-20, 28-  
24; 8. 20-23, 27:20; 9. 6-12, 20-16;  
10. 3-7, 26-22; 11. 12-15, 21-18; 12.  
13-17, 30-26; 13. 5-9, 22-19; 14.  
15:22, 26:19; 15. 1-5, 24-20; 16. 6-11,  
19-14; 17. 2-6, 25-21; 18. 17:26,  
29:22; 19. 6-10, 22-19; 20. 10-13, 19-  
15; 21. 13-22, 15-6; 22. 22-26, 16-  
12; 23. 7:23, 31-28; 24. 23:32, 6-3;  
25. 32:10, 3:30 Empate!

GOLPE N.º 75

Por: António de Jesus Peru  
Lisboa, 10 de Fevereiro de 1953

1. 10-14, 23-20; 2. 14-19, 22:15; 3.  
12:19, 20-15; 4. 11:20, 24:15; 5. 5-10,  
28-23; 6. 19:28, 32:23; 7. 9-13, 26-22;  
8. 7-12, 23-19; 9. 10-14, 19:10; 10.  
12:26, 29:22; 11. 8-12, 21-18; 12. 12-  
15, 18:9; 13. 6:13, 25-21; 14. 13-17,  
30-26; 15. 1-5, 21-18? Perdentel  
(Br.: 2-3-4-5-15-17  
Pr.: 9-18-22-26-27-31) J. Br. G.

SOLUÇÕES DO LXXV

N.º 75 (B-S): 17-13, 9:27/22/18; 3-  
6, 2:11; 24:9 (ou 27 ou 22)+  
Golpe n.º 75 (AJP): 16. 15-19,  
22:15; 17. 2-6, 9:2; 18. 3-7, 2:11; 19.  
7:30=D++

A. de M. M.

9  
(146)

problemas  
da paz  
e do  
socialismo

edições  
**Avante!**

A verdadeira  
aterradora  
da «morte silenciosa»

# revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

SETEMBRO 1986

Preço: 50\$00

## ÁFRICA TROPICAL como sair da crise